

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

**LAGES
2018**

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC).

LAGES
2018

**PROJETO PEDAGÓGICO DO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Coordenação Geral

Justine Maria Arruda de Souza Neto

Núcleo Docente Estruturante

Justine Maria Arruda de Souza Neto

Daniel Rengel Ramos

Munir Saleh

Paulo Roberto Elias

Sueli Feldhaus

Colegiado de Curso

Alceri Chiodeli

Alfeu Antonio Agostinnetto

Cenio Tadeu Gomes Bettu

Claudio José Piccoli

Clovis Antunes de Avila Neto

Cristina Keiko Yamaguchi

Daniel Rengel Ramos

Edson Francisco Ferreira Ronconi

Elizabeth Suppi

Elson Rogério Bastos Pereira

Jorge Antonio da Rosa

Josilaine Antunes Pereira

Justine Maria Arruda de Souza Neto

Kelli Aparecida Gotardo Armiliato

Luiz Carlos Pflieger

Madalena Pereira da Silva

Marcelo Coelho de Farias

Mareli Eliane Graupe

Munir Saleh

Neusa Maria Sens de Barros

Paulo Roberto Elias

Pedro Gasparin

Raphaela Alves Pereira

Rudivalter Giroto Vialli

Sabrina Bet Sagaz

Silvia Aparecida Correa e Correa Moreira

Sueli Feldhaus

Vanice dos Santos

Setor de Apoio Pedagógico – SEAPE

Suzana Pereira Morais Duarte

UNIPLAC

Projeto Pedagógico do Curso de Ciências
Contábeis / Universidade do Planalto
Catarinense – Lages: UNIPLAC, 2018.



**Universidade do Planalto Catarinense -
UNIPLAC**

Av. Castelo Branco, 170 – Universitário
Cep. 88509-900 – Lages/SC
Fone (49) 3251-1022

Site: www.uniplaclages.edu.br

Reitor

Msc. Kaio Henrique Coelho do Amarante

Pró-Reitor de Ensino

Msc. Alexandre Trípoli Venção

**Pró-Reitora de Pesquisa, Extensão e Pós-
Graduação**

Dra. Cristina Keiko Yamaguchi

SUMÁRIO

1	DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO	7
1.1	NOME DA MANTENEDORA.....	7
1.2	BASE LEGAL DA MANTENEDORA	7
1.3	NOME DA MANTIDA	7
1.4	BASE LEGAL DA IES	7
1.5	PERFIL E MISSÃO DA IES	8
1.5.1	Perfil	8
1.5.2	Missão	8
1.5.3	Visão	8
1.6	DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES	9
1.7	BREVE HISTÓRICO DA IES.....	11
2	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	18
2.1	NOME DO CURSO.....	18
2.1.1	Grau	18
2.2	ATOS LEGAIS DO CURSO	18
2.3	CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	19
2.4	NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS	19
2.5	PERIODICIDADE.....	19
2.6	INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO	19
2.7	TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO.....	19
2.8	MODALIDADE DE OFERTA	20
2.9	FORMAS DE ACESSO.....	20
3	ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO	21
3.1	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	21
3.2	PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO.....	24
3.3	OBJETIVOS DO CURSO	28
3.3.1	Objetivo Geral	28
3.3.2	Objetivos Específicos	29
3.4	PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO.....	30
3.5	ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS.....	31
3.5.1	Estrutura Curricular	32
3.5.2	Ementário e Referências	34
3.5.2.1	Disciplina Optativa.....	54
3.6	ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL	55
3.7	CONTEÚDOS CURRICULARES	56
3.7.1	Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares	57
3.7.2	Representação Gráfica do Perfil de Formação	59
3.7.3	Requisitos Legais	59
3.7.3.1	Educação Ambiental.....	59
3.7.3.2	Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.	61
3.7.3.3	Direitos Humanos.....	62
3.7.3.4	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	62
3.8	METODOLOGIA	63
3.9	ESTÁGIO CURRICULAR.....	64
3.9.1	Estágio Curricular Obrigatório	64

3.9.2	Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática	66
3.9.3	Estágio Curricular Não-obrigatório.....	66
3.10	ATIVIDADES COMPLEMENTARES	67
3.11	TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	68
3.12	APOIO AOS DISCENTES	68
3.12.1	Apoio e Acompanhamento Pedagógico	70
3.12.2	Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação	72
3.13	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	72
3.14	PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC	73
3.15	PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	74
3.16	AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	76
3.17	ATIVIDADES DE TUTORIA	77
3.18	CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA.....	78
3.19	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)	79
3.20	AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA).....	80
3.21	MATERIAL DIDÁTICO	81
3.22	SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)	82
3.23	RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)	85
3.24	ENCONTROS PRESENCIAIS	86
3.25	PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	86
3.26	NÚMERO DE VAGAS	87
4	CORPO DOCENTE	89
4.1	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE	89
4.2	EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	89
4.3	ATUAÇÃO DO COORDENADOR	90
4.4	REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO	91
4.5	CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO.....	91
4.6	REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO	92
4.7	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE	92
4.8	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR	92
4.9	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	93
4.10	EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	93
4.11	ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE.....	94
4.12	TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO	94
4.13	EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	95
4.14	INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA	95
4.15	PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.	96
5	INFRAESTRUTURA	97
5.1	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	97
5.2	ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR	97
5.3	SALA COLETIVA DE PROFESSORES	98
5.4	SALAS DE AULA	98
5.5	ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	98

5.6	BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)	100
5.7	BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC).....	102
5.8	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	104
5.9	LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA	105
5.10	PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)	105
5.11	COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP).....	107
6	REQUISITOS LEGAIS.....	109
7	REFERÊNCIAS	111

1 DADOS GERAIS DA INSTITUIÇÃO

1.1 NOME DA MANTENEDORA

Razão Social: Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense
CNPJ: 84.953.579/0001-05

1.2 BASE LEGAL DA MANTENEDORA

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário

Município: Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1002 - Fax: (49) 3251-1002

email: secfundacao@uniplaclages.edu.br - *homepage:* <http://www.uniplac.net>

Consolidada pela Lei Complementar Municipal n. 092, de 01/04/98. É entidade assistencial, de direito privado (Art. 242 da Constituição Federal), registrada no livro A-4, sob o n. 1.240 de pessoas jurídicas, em 13/04/1998, no Cartório do Registro Civil, Registro de Títulos, Documentos e outros Papéis e Registro de Pessoas Jurídicas da Comarca de Lages/SC.

1.3 NOME DA MANTIDA

Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC

1.4 BASE LEGAL DA IES

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 170 - Bairro: Universitário

Município: Lages/SC

CEP: 88.509-900

Contato: Fone: (49) 3251-1022 - Fax: (49) 3251-1051

email: uniplac@uniplac.net - *homepage:* <http://www.uniplac.net>

Reconhecida mediante Resolução n. 031/CEE/SC, Parecer n. 312/CEE/SC de 15/06/1999 e pelo Decreto n. 312, de 23/06/1999, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento mediante Resolução n. 058/CEE/SC, Parecer n. 334/CEE/SC de 09/11/2004 e pelo Decreto n. 2.717, de 10/12/2004, do Governo do Estado, publicado no DOE.

Renovação do credenciamento por mais 5 anos (2010-2015) mediante Resolução n. 070/CEE/SC e Parecer n. 243/CEE/SC de 23/11/2010, e pelo Decreto n. 038, de 10/02/2011, do Governo do Estado, publicado no DOE.

1.5 PERFIL E MISSÃO DA IES

1.5.1 Perfil

A UNIPLAC é IES pública de direito privado, comunitária, beneficente de assistência social, regional e em processo de migração para o Sistema Federal de Ensino, conforme Resolução do CONSUNI n. 134, de 25/07/2014 em atendimento ao Edital n.4, de 1º/07/2014 – Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007 do Gabinete do Ministro da Educação.

1.5.2 Missão

Ser uma universidade comunitária que promove a formação humanística, técnico-científica e cultural do cidadão por meio do ensino, pesquisa e extensão, priorizando o desenvolvimento regional.

1.5.3 Visão

Ser uma universidade de referência para a transformação dos padrões socioeconômicos e culturais da região.

1.6 DADOS SOCIOECONÔMICOS E SOCIOAMBIENTAIS DA REGIÃO DA IES

O Estado de Santa Catarina possui um perfil diversificado: uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, divide espaço com um parque industrial atuante, considerado o quarto maior do país. Indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalham-se, fazendo do estado de Santa Catarina a oitava maior economia brasileira pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2014, Lages é um município do estado de Santa Catarina, na região sul do Brasil, possui 158.846 habitantes. Lages é um dos municípios com área territorial de 2.631.504 km² e faz parte da mesorregião (política) e região (geográfica) serrana do Estado. Lages também se caracteriza por ter altitude elevada, que varia de 850 a 1200 metros acima do nível do mar.

A ocupação da Região Serrana de Santa Catarina, no Século XVIII, articulou pecuária extensiva, concentração fundiária e coronelismo político. O 1º ciclo econômico foi a pecuária extensiva e o 2º ciclo econômico regional: extração de madeira (*Araucariaangustifolia*), que iniciou nos anos 30, do século XX. Em 1940, a extração da madeira, superou a pecuária em importância econômica e o apogeu deu-se nos anos 50. Porém, nos anos 60 e 70, iniciou o esgotamento do ciclo madeireiro e resultou numa região empobrecida, e consta como um dos IDHs abaixo da média do Estado. Da década de 70, do século XX, até a primeira década do século XXI, a Região tem se debatido à procura da retomada do desenvolvimento.

Novas propostas surgiram para o desenvolvimento de Lages e Região, a saber: 1) Industrialização, com ênfase na agroindústria, inclusive indústria madeireira; 2) Setor de serviços (Educação, inclusive Ensino Superior); 3) Agropecuária de bases intensivas; 4) Fruticultura de clima temperado; 5) Vitivinicultura; 6) Silvicultura; 7) Turismo Rural.

A Serra catarinense possui um forte perfil agrícola, com destaque para a maior produção estadual de maçã, pera, alho, feijão e batata-inglesa. Soma-se a esta produção, a expressividade de sua produção florestal (reflorestamento de pinus), fator decisivo para a alavancagem e consolidação dos segmentos de celulose e papel, madeireiro e moveleiro da Macrorregião.

Lages é conhecida pelo apelido de "Princesa da Serra", é o município de maior extensão territorial de Santa Catarina e reconhecida pela criação de gado, por suas madeiras e lavoura, sendo um dos mais importantes municípios de Santa Catarina pela sua participação econômica.

A economia é basicamente sustentada pela pecuária, agricultura (com destaque para a

vinicultura), indústria madeireira (com destaque na produção de papel e celulose) e turismo rural. A economia de Lages sofreu um forte declínio com a redução sistemática da pujança do ciclo da madeira, que teve seu auge até a década de 1950. O município, outrora o maior e mais rico do Estado, teve sua fatia do produto interno bruto estadual bastante reduzida. Novos projetos industriais, desenvolvimento regional sustentável e investimentos no município têm contribuído para que a arrecadação volte a crescer.

O parque industrial de Lages consiste em grande parte, de empreendimentos ligados à cadeia produtiva da madeira, como madeireiras, fábrica de grampos, fábrica de portas, soleiras, batentes e congêneres. Se destaca também, empresas ligadas ao setor metalomecânico, que possui papel importante na geração de emprego e renda do município. Existem empresas que são sedes de multinacionais nos ramos de peças de tratores e outros veículos terrestres. Pode-se destacar algumas indústrias no ramo cervejeiro, exportadora de alimentos à base de frango, empresas de papel e celulose. De acordo com dados do Sebrae (2013), o município de Lages exportou o montante de US\$ 109,396.099,00 em 2011.

Lages também é um centro regional de comércio. A população de municípios vizinhos encontra um ambiente propício para compras e negócios na cidade. Além do centro da cidade, também existe fortíssima concentração de comércio no bairro Coral, tanto que tal bairro é considerado um "bairro-cidade", devido à esta grande concentração de comércio e serviços. Existem ainda polos de comércio em alguns bairros periféricos da cidade, como Guarujá, Santa Helena, Penha e Santa Catarina. No inverno, o comércio é bastante fortalecido com o turismo rural e com a Festa Nacional do Pinhão, o segundo maior evento gastronômico e cultural de Santa Catarina.

Outro forte segmento é o turismo rural da região, que iniciou em 1984, buscando agregar valor às fazendas centenárias da região que começaram a adaptar-se para receber visitantes e turistas que buscavam conhecer a vida de campo, a vida simples do homem serrano, com ordenhas, plantações, gastronomia, além de proporcionar às pessoas um refúgio do agito da cidade para passar dias agradáveis junto à natureza. O turismo rural é um dos grandes atrativos da Macrorregião Serra Catarinense. O planalto serrano por suas paisagens bucólicas e pela neve que se precipita em algumas cidades faz com que todos os anos a região receba milhares de visitantes no inverno.

A cidade possui uma extensa malha viária urbana, com mais de 600 quilômetros de ruas e possui um complexo mapa viário, com várias avenidas interligando todos os pontos da cidade. Além disso, o município de Lages é cortado por 3 rodovias federais e estaduais, que propicia a logística adequada para o escoamento dos produtos desenvolvidos no município. A

BR 282 - corta o município de leste a oeste, ligando a cidade à Florianópolis e ao oeste do estado. A BR 116 - corta o município de norte a sul, ligando a cidade à Curitiba e Porto Alegre. Conta ainda com a rodovia SC 114 (antiga SC 438) - liga o município à cidade de São Joaquim e a SC 114 (antiga SC 425), que liga o município à BR 470, cruzando a cidade de Otacílio Costa. É utilizada como via alternativa de ligação com o litoral catarinense, e também liga à cidades como Blumenau, Itajaí e Joinville.

Visando o fortalecimento e a elevação da competitividade de todos os segmentos econômicos da serra catarinense, há a necessidade de uma boa estrutura como o capital humano, infraestrutura, inovação e empreendedorismo, internacionalização, investimento e política pública, mercado, saúde e segurança. Para isso, o município de Lages conta com duas universidades, sendo uma pública, e outra privada. Além de um centro universitário e outras com a modalidade de ensino à distância. As universidades e instituições de ensino possui papel fundamental no suporte à inovação e na liderança de políticas locais em direção a uma abordagem mais empreendedora regional.

1.7 BREVE HISTÓRICO DA IES

Para relatar os fatos que marcaram a história da Uniplac desde sua gênese até esta primeira década do Terceiro Milênio, optamos por citá-los em formato de tópicos para que a leitura seja pontual e objetiva.

Faz-se mister entender o histórico da Instituição de Ensino Superior – IES articulado ao contexto sócio, econômico e político regional para que se compreendam as nossas metas para o período de 2010-2018.

1959: A proposta de interiorizar o Ensino Superior na Região Serrana de Santa Catarina se apresenta exatamente em 19.07.59, com a fundação, em Lages, da Associação Catarinense de Cultura - ACC e o objetivo de criar, implantar e manter estabelecimentos de Ensino Superior sem fins lucrativos e com objetivos filantrópicos e, ainda, manter estabelecimentos de ensino médio (Escolas Técnicas de Comércio)¹.

1964: Em 23.02.64, foi instalada a Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis de Lages - FACEC, uma das instituições isoladas de ensino superior que vai dar origem à Universidade. Iniciou atividades letivas no mês de março².

¹ - Ata n. 4, de 19.07.59 - D.O. n. 6372, de 03.08.59

² - ACAFE, 1991 a 1993, agosto, 1994

1968: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas (Parecer n. 102).

1969: Surge a primeira menção à denominação Uniplac e a um projeto de universidade na Região Serrana de Santa Catarina, a Fundação Universidade do Planalto Catarinense. (Lei n. 005, de 14.03.69).

1970: Criação da Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages – Facip, obedecendo às mesmas diretrizes norteadoras definidas pelo Governo Federal e o Sistema Fundacional Catarinense sobre a necessidade de expansão do Sistema de Ensino como subsidiário da expansão geral da economia brasileira no período.

Esta faculdade será mais tarde uma das que darão base institucional à Universidade, juntamente com a Facec.

Autorização de abertura dos cursos de Ciências Sociais Licenciatura, Letras Licenciatura Plena, Pedagogia e Matemática (Parecer 48).

1973: A Lei Municipal n. 001, de 03.04.73, estabelece um novo limite institucional ao Projeto Universidade do Planalto Catarinense, enquadrando-o na condição de Uniplac - Fundação das Escolas Unidas do Planalto Catarinense, entidade jurídica de direito privado integrada ao sistema da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe.

A denominação da mantenedora da Uniplac é a mesma até os dias de hoje.

1974: Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado (Decreto n. 73650/74 CFE).

1985: Autorização de abertura do curso de Direito (Decreto n. 91252).

1991: Autorização de abertura do curso de Ciências Biológicas Magister (Parecer n. 5644).

1994: Instaura-se o processo estatuinte visando à elaboração dos novos Estatutos da Fundação UNIPLAC, da Universidade do Planalto Catarinense e Regimento Geral. Em 27.02.97, são aprovados os novos estatutos da Uniplac. Em 11.12.97, é aprovado o Regimento Geral da Universidade (em acompanhamento).

De dez/1996 a mar/1997, transcorrem os trabalhos de verificação das condições de funcionamento da Universidade.

Autorização de abertura do curso de Educação Física (Parecer n. 330).

1996: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Biológicas Bacharelado (Parecer n. 338) e Pedagogia Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental (Parecer n. 339).

1996 a 1999: São reestruturados os projetos pedagógicos dos cursos da Uniplac.

1996 a 2004: Implantação do Programa de Avaliação Institucional.

1997: Autorização de abertura dos cursos de Educação Física Bacharelado (Parecer n. 293) e Informática (Parecer n. 375).

1999: Em 15.06.99 é oficialmente reconhecida a Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina – CEE/SC (Resolução n. 31/99), logo seguida do reconhecimento pelo Governo do Estado, em 23.06.99 (Decreto n. 312/99). A instalação formal acontece em 27.07.99.

Autorização de abertura dos cursos de Odontologia (Parecer n. 101), Administração Bacharelado em São Joaquim (Parecer n. 901) e Enfermagem Licenciatura Plena (Parecer n. 900).

2000: Criação do Plano Institucional de Pesquisa. Autorização de abertura dos cursos de Letras Língua Portuguesa, Espanhola, Inglesa e Literaturas correspondentes (Parecer 1254), Psicologia (Parecer n. 1098) e Engenharia Industrial Madeireira (Parecer n. 1255).

2001: Autorização de abertura do curso de Arte Educação Magister em Lages e Florianópolis (Parecer n. 1761), habilitação Artes Visuais, Cênicas e Música.

2002: Autorização de abertura dos cursos de Ciências Econômicas em Otacílio Costa (Parecer n. 394), Sistemas de Informação (Parecer n. 607), Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 608), Terapia Ocupacional (Parecer n. 101) e Design e Tecnologia de Moda (Parecer n. 406).

2003: Autorização de abertura do curso de Medicina (Parecer CEDS n. 099). Constitui Comissão de Ética em Pesquisa (Portaria n. 027). Consolidação do Planejamento Estratégico da Uniplac. Apresentação às comunidades acadêmica e serrana. Três grandes eixos de atuação: Tecnologia voltada para a madeira; Saúde Coletiva; Cidadania.

2004: Instaurado o processo de renovação do credenciamento da Uniplac (2004/1). Três primeiros projetos institucionais de Mestrado: Educação, Administração e Saúde Coletiva (15.07.04). Solenidade de renovação do credenciamento da Universidade (01.12.04). Reconhecimento do curso de Odontologia (Parecer n. 224/04 e Resolução n. 058 CEE). Autorização de abertura do curso de Administração Bacharelado em Urubici (Parecer n. 186). Constitui Comissão Própria de Avaliação – CPA (Portaria n. 017).

2005: Plano de Expansão Universitária 2005-2010. Autorização de abertura dos cursos de Enfermagem Bacharelado (Parecer n. 1771) e Secretariado Executivo Bilíngue (Parecer n. 1337).

2006: Autorização de abertura dos cursos de Licenciaturas com disciplinas compartilhadas (Parecer n. 2475), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 2378),

Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 2086) e Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 1778). Reconhecimento do curso de Terapia Ocupacional (Parecer n. 330 e Resolução n. 089 do CEE).

2007: Autorização de abertura dos cursos de Engenharia Civil (Parecer n. 756) e Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n 319). Reconhecimento do curso de Tecnologia em Operações de Processos Industriais Eletromecânicos (Parecer n. 080 e Resolução n. 020 do CEE).

2008: Autorização de abertura dos cursos de Biomedicina (Parecer n. 753), Educação Física em Santo Amaro da Imperatriz (Resolução 071) e Serviço Social (Parecer n. 386). É sugerida a elaboração de um Plano de Recuperação Judicial da Fundação Uniplac (29.09.08). Conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho - GT de revisão estatutária. Entrega ao reitor de proposta de Estatuto da Universidade (22.10.08). Instituída a intervenção judicial na Fundação Uniplac, a requerimento a Prefeitura do Município de Lages. (24.10.08). Nomeação do primeiro Interventor, Arnaldo Moraes.

2009: Reconhecimento dos cursos de Medicina (Parecer n. 376/09 e Resolução n. 085 CEE), Ciências Biológicas (Parecer n. 412 e Resolução n. 092 do CEE), Tecnologia em Ciências Equinas (Parecer n. 449 e Resolução 095 do CEE), Tecnologia em Design de Interiores (Parecer n. 560 e Resolução n. 129 do CEE), Tecnologia em Cosmetologia e Estética Facial e Corporal (Parecer n. 558 e Resolução n. 127 do CEE) e Tecnologia de Negócios – Gestão de Cooperativas em São Joaquim (Parecer n. 534 e Resolução n. 105 do CEE). Toma posse (agosto) o segundo Interventor, Walter Manfroi. Inclusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras como componente curricular dos cursos superiores da UNIPLAC (Resolução n. 1086). Autorização de abertura do curso Superior Sequencial de Formação de Agentes para o Desenvolvimento Regional – Proesde (Parecer n. 594).

2010: Criação do Curso de Graduação em Fisioterapia (Resolução n. 089, de 15 de outubro de 2010). Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes - NDE dos Cursos de Graduação da UNIPLAC (Resolução N. 088/2010 de 24 de setembro de 2010).

2011: Criação do Curso de Graduação Jornalismo da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC (Resolução n. 094, de 18 de outubro de 2011). Criação do Curso de Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 092, de 11 de março de 2011).

2012: Criação do Curso Superior de Química: Licenciatura, da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (Resolução n. 105, de 27 de novembro de 2012). Aprovado o Curso Superior de Complementação de Formação Pedagógica em Informática da

Universidade do Planalto Catarinense - (Resolução n. 104, de 02 de julho de 2012). Criação do Curso Superior de Tecnologia em Fabricação Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 099, de 22 de março de 2012. Aprovação do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução Consad n. 01, de 03 de setembro de 2012).

2013: Torna obrigatória a inclusão em todos os Cursos de Graduação da Uniplac , de conteúdos de disciplinas e/ou atividades curriculares, de modo transversal, contínuo e permanente de Educação Ambiental (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013). Torna obrigatória a inclusão da Educação das Relações Étnico-raciais nas estruturas curriculares dos Cursos de Graduação da Uniplac (Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013.). A forma de avaliação de aprendizagem prevista no art. 123, do Regimento Geral da Universidade do Planalto Catarinense, passará ser aplicada a partir do 1º semestre de 2014 (Resolução n. 112, de 04 de setembro de 2013). Aprova o Programa de Pós-Graduação stricto sensu Mestrado em Ambiente e Saúde (Resolução n. 110, de 02 de julho de 2013). Aprova o Regimento Interno da Diretoria Executiva da Fundação Uniplac, (Resolução Consad n. 03, de 12 de março de 2013). Instituição do Apoio e Acompanhamento Pedagógico para Alunos da Uniplac, nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (Edital n. 237, de 20 de dezembro de 2013).

2014: Migração da Universidade do Planalto Catarinense – Sistema Federal de Ensino (Resolução n. 134, de 25 de julho de 2014). Regulamentação da nova metodologia de Avaliação da Aprendizagem no âmbito da Uniplac, considerando conhecimentos, habilidades e atitudes, que deverá ser adotada pelos cursos de Graduação e Pós-Graduação, prevista no Artigo 123, parágrafo único, do Regimento Geral da Universidade – Subseção VI - Da Avaliação da Aprendizagem (Resolução n.131, de 08 de julho de 2014). Aprova a criação do Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Odontologia (PPGO), Mestrado Profissional e seu Regimento Geral. Aprova a criação do Curso Complementar para a Formação de Professor de Psicologia (Resolução n.º 128, de 18 e junho de 2014. Criação do Curso Superior de Arquitetura e Urbanismo da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac, (RESOLUÇÃO n. 117, de 11 de fevereiro de 2014.) Criação do Curso Superior de Engenharia Mecânica da Universidade do Planalto Catarinense (Resolução n. 116, de 11 de fevereiro de 2014).

2015: Ato Normativo n. 022, de 13/11/2015, reestrutura o Ato Normativo, n. 015, publicado em 22 de julho de 2015: pesquisas empreendidas por docentes/pesquisadores da UNIPLAC. Ato Normativo n. 024, de 23/11/2015: pesquisas empreendidas por docentes/extensionistas da Uniplac. Portaria n. 108, de 06/11/2015: Reconstitui o Conselho Editorial da Revista Uniplac. Portaria n. 052, de 22/04/2015: Reconstitui a Comissão

Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Portaria n. 091, de 19/08/2015: Reconstitui o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Portaria n. 095, de 24/08/2015: Reconstitui a Comissão de Desenvolvimento do Acervo da Biblioteca Central da Uniplac. Resolução n. 182, de 16/09/2015: Aprova o Curso de Pós-Graduação Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável da Universidade do Planalto Catarinense – Uniplac. Portaria n. 114, de 1º/12/2015, constitui por tempo indeterminado a Comissão Coordenadora do Processo de Renovação do Credenciamento da Universidade. Resolução n. 201, de 14/12/2015: Aprova o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – Proesde/Licenciatura.

2016: Resolução Consuni n° 207, de 20/01/2016, define a Metodologia para a Avaliação da Aprendizagem e revoga a Resolução Consuni n° 131, de 08/07/2014. Resolução n. 209, de 19/02/2016: Reedita o Projeto de Extensão: Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional – PROESDE/Licenciatura. Resolução 219, de 08 de junho de 2016, que Revigora o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP. Resolução n. 216, de 08/06/2016: Aprova o Relatório Institucional de 2015 da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 221, de 08 de junho de 2016, que aprova o regulamento do registro de certificados de cursos de Extensão na modalidade EaD. Resolução n. 223, de 21 de junho de 2016, que Insere os parágrafos 4º e 5º no artigo 44 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução 224, de 21 de junho de 2016, que Cria o parágrafo 2º No artigo 28 do Regimento Geral da Uniplac. Resolução n. 225, de 21 de junho de 2016 (Aprova emendas ao Regimento Geral da Universidade, cria setores e dá outras providências). Parecer n. 672, de 29/07/2016 e Resolução n. 232, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 669, de 26/02/2016 e Resolução CONSUNI n. 237, de 13/09/2016, que aprova e institui o novo Regulamento da Biblioteca Universitária e das Bibliotecas Setoriais da Uniplac. Parecer 670, de 29/07/2016 e Resolução CONSUNI n. 238, de 13/09/2016, aprova e estabelece a Política de Desenvolvimento do Acervo das Bibliotecas da Uniplac e dá outras providências. Parecer n. 671, de 29/07/2016 e Resolução n. 231, de 08/08/2016, aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Curso de Graduação da Uniplac e dá outras providências. Resolução n. 235, de 11/08/2016: Trata da política de inclusão e acessibilidade da Fundação Uniplac e da Universidade do Planalto Catarinense. Resolução n. 236, de 30/08/2016, que aprova proposta de padronização de ementas de disciplinas dos cursos de Graduação da UNIPLAC. Resolução CONSUNI n. 239, de 04/10/2016, que aprova o Sistema de Avaliação da CPA. Resolução

CONSUNI n. 240, de 04/10/2016, que aprova o Regulamento da Comissão própria de Avaliação (CPA). Resolução CONSUNI n. 241, de 17/11/2016, que aprova a Atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2010- 2018 da UNIPLAC.

2017: Portaria n. 023, de 20 de março de 2017, que reestrutura o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP), vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 033, de 04 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UNIPLAC, nomeada pela Portaria n. 139, de 07 de julho de 2016. Portaria n. 034, de 05 de abril de 2017, Reconstituir a Comissão de Recredenciamento da UNIPLAC. Resolução n. 259, de 05 de maio de 2017, aprova o Relatório Institucional de 2016. Resolução n. 267, de 16 de maio de 2017, cria a Editora UNIPLAC, altera o Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 288, de 25 de setembro de 2017, aprova a certificação *on line* de atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 291, de 21 de novembro de 2017, cria as disciplinas institucionais, insere os parágrafos 4º, 5º, 6º e 7º no artigo 99 do Regimento Geral; altera o inciso VII do artigo 101, que trata do crédito como unidade de trabalho escolar; insere o inciso XIII no artigo 101 do Regimento Geral e dá outras providências. Resolução n. 292, de 27 de novembro de 2017, regulamenta as Disciplinas Institucionais na Modalidade a Distância, as Atividades Práticas Extraclasse, a alteração do número de horas do crédito. Resolução n. 295, de 21 de dezembro de 2017, consolida a normatização interna sobre Núcleos Docentes Estruturantes – NDEs e dá outras providências.

2018: Resolução n. 353, de 08 de junho de 2018, reformula o Regulamento da Avaliação Institucional no âmbito da UNIPLAC. Resolução n. 354, de 08 de junho de 2018 Aprova o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. Resolução CONSAD n. 07, de 18 de junho de 2018, escolhe o Prof. Kaio Henrique Coelho do Amarante para exercer o cargo de Reitor da Universidade do Planalto Catarinense - UNIPLAC, pelo período de 04 anos a partir de 01 de julho de 2018. Resolução n. 344, de 16 de abril de 2018, aprova o Relatório de Atividades Institucionais de 2017.

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.1 NOME DO CURSO

Curso de Ciências Contábeis

2.1.1 Grau

Bacharel

2.2 ATOS LEGAIS DO CURSO

O projeto original desse Curso foi autorizado pelo **Autorização:** Parecer n. 36/70 do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto n. 69.457/71, do Conselho Federal de Educação.

Seu reconhecimento como Curso Superior se deu através do Decreto n. 69.457/71, também pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 312, de 23/06/1999 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 031, de 15/06/1999 e Parecer n. 134, de 15/06/1999 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.717, de 10/12/2004 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 058, de 09/11/2004 e Parecer n. 334, de 09/11/2004 do CEE/SC, juntamente com o recredenciamento da Universidade.

Readequação da estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis, Parecer CONSEPE n. 317, de 31/05/2007.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 711, de 07/12/2011 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n.131, de 13/12/2011 e Parecer n. 272, de 13/12/2011 do CEE/SC.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.380, de 28/08/2014, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 168, de 20/05/2014 e Parecer n. 189, de 20/05/2014, do CEE/SC.

Reestruturação: em 15/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 027 de 15/06/2018 e Resolução n. 356, de 27 de junho de 2018, o Curso de Ciências Contábeis foi reesturado para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 292/2017, 342/2018 e 355/2018.

2.3 CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO

Carga horária de 2.880 horas, mais 120 horas de atividades complementares, totalizando 3.000 horas.

2.4 NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS OU AUTORIZADAS

80 vagas anuais.

2.5 PERIODICIDADE

Semestral

2.6 INTEGRALIZAÇÃO DO CURSO

Mínimo: 4 anos / 8 semestres.

Máxima: 8 anos / 16 semestres, conforme Resolução n. 172, de 25/05/2015.

2.7 TURNO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

Noturno em regime regular.

2.8 MODALIDADE DE OFERTA

Presencial, com 20% na Modalidade a Distância, conforme autorizado pela Portaria n. 1.134, de 10/10/2016, do Ministério da Educação.

2.9 FORMAS DE ACESSO

Vestibular ou processo seletivo, conforme edital.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA DO CURSO

3.1 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas para o Ensino de Graduação da UNIPLAC estão atentas às novas metodologias de apropriação e produção do conhecimento, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação. Dentre elas destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração

- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;

- articular o ensino, pesquisa e extensão, em diferentes níveis, produzindo o conhecimento para contribuir com as mudanças sociais responsáveis pela melhoria da qualidade de vida

- centrar o ensino na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, levando o aluno a compreender o papel das diferentes ciências nas soluções para os problemas com os quais se defronte;

- estimular o relacionamento interpessoal e a comunicação eficaz, propiciando o trabalho em grupo e em equipes;
- fomentar práticas de aprendizagem para formação do cidadão comprometido com uma sociedade justa;
- garantir estrutura para o desenvolvimento da educação continuada e da educação profissional aos egressos;
- organizar e sistematizar a produção de conhecimento dos alunos e professores, socializando-os através de seminários, simpósios, cursos e publicações;
- proporcionar educação de qualidade que possibilite a inserção do ser humano na sociedade globalizada;
- estimular, viabilizar e fomentar, na comunidade acadêmica e junto aos diferentes setores da sociedade, a integração da UNIPLAC, sugerindo mecanismos que favoreçam a melhoria de ensino;
- promover programas de capacitação e atualização de professores e alunos;
- acompanhar o aprimoramento dos projetos pedagógicos;
- expandir a oferta de vagas na graduação;
- planejar e coordenar as atividades do sistema acadêmico no que se refere à graduação;
- atualizar estudos e investigações sobre o conteúdo pedagógico na educação superior;
- estimular a utilização de multimeios para o trabalho nos conteúdos das diversas disciplinas;
- ampliar serviços educacionais;
- fomentar e desenvolver a pesquisa integrada ao ensino e à extensão;
- criar um Programa de Capacitação e Atualização Pedagógica Permanente;
- ampliar a oferta melhorar a qualidade do ensino de graduação;
- fortalecer o processo de inclusão social;
- ampliar a articulação com a sociedade e contribuir para a desenvolvimento regional;
- criar e implantar novos cursos de graduação de acordo com a demanda regional.

Os cursos de Graduação na UNIPLAC se constituíram ao longo dos anos na atividade mais significativa da Instituição, isto é, a partir deles são pensadas, também, as políticas de

formação continuada em nível de Pós-Graduação *lato e stricto sensu*. Assim sendo, os cursos de Graduação são entendidos como espaços de formação inicial, constroem um processo de aprendizagem holístico que legitima a sua identidade enquanto universidade e a sua relevância para a comunidade onde está inserida, capacitam seus egressos para atuação nas diferentes áreas, ancorados nos princípios da ética, da competência técnica e científica do exercício da cidadania, conforme explicitado no PDI 2010/2018.

Assegurada nas legislações pertinentes, nas necessidades de seu entorno, a UNIPLAC vem proporcionando cursos de Graduação em diferentes modalidades, turnos de funcionamento, regimes de oferta e flexibilizações curriculares necessárias. Estes cursos oferecem titulação a licenciados, bacharéis e tecnólogos, sempre em observância às demandas emergentes e às expectativas da Região Serrana de Santa Catarina.

O ensino da UNIPLAC é trabalhado como espaço efetivo de aprendizagens fundamentais para a vida pessoal e profissional, levando em conta aspectos como a globalização e a integração regional, conduzindo o aluno à descoberta e entendimento dos quatro pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

O Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC, como instrumento estratégico norteador de ações e esforços a serem desenvolvidos em direção a objetivos e compromissos futuros, foi construído a partir de análises situacionais do ambiente interno da Universidade e do ambiente geral que o cerca. Estando de acordo com o PDI da instituição que organiza todas as ações pedagógicas planejadas para a construção deste PPC, políticas com ações que estarão implantadas no âmbito do curso, tais como:

- O curso realiza atividades de extensão com responsabilidade socioambiental, integrando assim comunidade, discentes e docentes.
- O curso realiza seminários e eventos específicos que envolve todos os alunos e professores num contexto interdisciplinar;
- Novas metodologias ativas de ensino aprendizagem que estimulam o pensamento crítico e raciocínio lógico, bem como trabalho em equipe são discutidas em reuniões de colegiado e NDE, onde são avaliadas para posteriormente serem colocadas em prática;
- O curso realiza Semanas Acadêmicas com a participação de profissionais e empresas da região, integrando teoria a prática, a proximando os acadêmicos da realidade profissional.

- O curso oferece junto com entidades contábeis, como sindicatos dos contabilistas, núcleo de contadores e conselho regional de contabilidade, oficinas para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao perfil do egresso;
- O curso oferece aos docentes e discentes visitas técnicas para aproximação do mercado de trabalho e do dia a dia do profissional contabil;
- O curso efetuará revisões constantes em seu PPC, atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais e o que o mercado necessita;
- O curso participa de atividades de Iniciação Científica, promovido pela IES.

3.2 PESQUISA E EXTENSÃO NO CONTEXTO DO CURSO

A UNIPLAC, na condição de universidade, sustenta-se na tríade ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO, uma vez que esse “tripé” é o articulador e o sustentáculo daquilo que a universidade se propõe a ser, ou seja, uma entidade que deveria ajudar as pessoas a descobrir o seu lugar no universo e, acima de tudo, contribuir com a formação de talentos humanos para o desenvolvimento social (FOX, 1988).

A missão de uma universidade não está pautada apenas no ENSINO, mas também na produção de conhecimento, por meio da PESQUISA acadêmica, e na sua aplicação – EXTENSÃO - na sociedade em que a instituição se insere, com vistas a formação humana e cidadã, comprometida com o bem estar coletivo e com o desenvolvimento econômico e social regional.

Essas três esferas não existem de forma isolada, elas articulam-se num movimento dialógico que enriquece o processo de aprendizado por meio da geração do conhecimento e sua consolidação por meio da prática, o que corrobora com um processo de ensino holístico à medida que compreende o desenvolvimento das mais diversas atitudes, competências e habilidades inerentes e imprescindíveis ao profissional e cidadão do mundo contemporâneo.

A UNIPLAC é uma universidade comunitária e, respeitando este perfil, os conceitos dos três eixos temáticos que norteiam suas linhas de pesquisa, que também valem para os cursos de graduação e Pós-Graduação, foram meticulosamente discutidos e escolhidos, respeitando a identidade institucional:

1. **Educação**, como natureza e especificidade do trabalho da Universidade, com base nos conceitos desenvolvidos por Dermeval Saviani, nas obras “Escola e Democracia” e “Pedagogia Histórico-crítica”.
2. **Trabalho**, conceito marxista de produção da existência humana e não somente a venda da força produtiva por um salário.
3. **Política**, ou a arte de laborar em prol do bem-estar social.

A partir daí, uma redefinição das linhas de Pesquisa da UNIPLAC, aconteceu durante o IV Diálogos Integradores (08/11/2011), que resultaram em 6 linhas, aprovadas pelo CONSUNI em 15/12/2011, com Parecer n. 080. As novas linhas de pesquisa são:

1. Planalto Serrano Catarinense: desenvolvimento territorial.
2. Educação, cultura e políticas públicas.
3. Trabalho, educação e sistemas produtivos.
4. Democracia, cidadania e sociedade.
5. Saúde, ambiente e qualidade de vida.
6. Ciência, política e tecnologia.

As novas linhas de pesquisa trabalham na ótica do respeito ao contexto histórico, porém de forma mais ampla e contemplando um número expressivo de cursos de graduação e Pós-Graduação; da apresentação em forma de categorias, eixos temáticos, com o cuidado de que a primeira categoria sempre seja a macro (principal) e que a segunda faça a mediação desta com a terceira; de que as especificidades sejam trabalhadas nos grupos de pesquisa e nos cursos de graduação e Pós-Graduação.

No curso de Ciências Contábeis a pesquisa percebe-se através de incentivo pelos docentes mestres e doutores do curso a todos os discentes, na realização e incentivo de pesquisas em suas disciplinas, onde os resultados encontrados são apresentados aos demais discentes em sala de aula. O curso possui ainda, como disciplina institucional no 4º semestre Iniciação a pesquisa científica, a qual incentiva discentes a realização de pesquisas no âmbito do curso.

A UNIPLAC oferece atualmente bolsas de iniciação científica, através de recursos do Artigo 170, da Constituição Estadual de SC; bolsas do Artigo 171 provenientes do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), previstos em

Lei Orçamentária Anual (LOA); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), que e um Programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBITI/CNPq); bolsas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – Ensino Médio (PIBIC-EM).

Outra atuação importante da pesquisa na UNIPLAC é a apreciação dos aspectos éticos dos protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos, que se da através do CEP/UNIPLAC. O CEP/UNIPLAC tem tido, atualmente, atuação legitimada pelos docentes e discentes da universidade, à medida que funciona como setor próprio, com ações de informação, capacitação, fiscalização e apreciação sobre os processo de pesquisa que envolvem seres humanos.

No bojo de todo o processo a UNIPLAC, por meio do seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) – 2010-2018, preconiza uma política de extensão voltada para a constituição de um processo educativo, cultural e científico a partir da articulação com o Ensino e a Pesquisa, viabilizando uma relação entre a universidade e a sociedade.

Dentre as regulamentações que viabilizam a extensão, podemos citar o Decreto n.7.416, de 30 de Dezembro de 2010, que regulamenta a concessão de bolsas para o desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária; Lei n. 12.155 de 23 de dezembro de 2009, que em seu artigo décimo reitera a concessão de bolsas para o desenvolvimento das atividades de ensino e extensão e o Decreto n. 6.495 de 30 de junho de 2008, que instituiu o Programa de Extensão Universitária – PROEXT, fomentando o financiamento a projetos de extensão universitária para estreitar os laços da universidade com a sociedade na transformação social. Além dessas, podemos ainda citar a Lei n. 8.035 de 2010, e o Plano Nacional de Educação (PNE) 2010-2020, que reitera a relevância da extensão no âmbito da graduação por meio de programas e projetos de extensão universitária.

Em toda essa legislação percebe-se a extensão como um espaço de produção do conhecimento, onde existe a convergência com o ensino e a pesquisa de forma articulada com a mudança social e comprometida com o desenvolvimento econômico e social das regiões abarcadas pelas instituições universitárias.

Trata-se de uma busca pela ligação entre teoria e prática, a fim de produzir conhecimento e compor um processo de formação de cidadãos e profissionais capacitados para o trato social e profissional. O PDI da UNIPLAC 2010-2018 (p. 100 a 109) também

preconizou o foco dos Programas de Extensão para o período por ele compreendido, sendo eles:

1. Promoção da Educação e do Trabalho;
2. Assistência Jurídica a Família;
3. Assistência Social a Família;
4. Manutenção dos Alunos Carentes na Universidade;
5. Envolvimento da Comunidade Externa em eventos esportivos, artísticos, culturais, lúdicos, recreativos e educativos;
6. Inclusão social para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida, Transtornos de Conduta e Altas Habilidades/Superdotação;
7. Garantia do direito a Assistência de Crianças, Adolescentes, mulheres e Idosos;
8. Ações comunitárias com vistas ao Desenvolvimento Regional sustentável;

As linhas de ação acima citadas, juntamente com as políticas nacionais de incentivo a extensão universitária, constituem o embasamento por meio do qual se desenvolvem as atividades extensionistas na universidade e, por consequência, incidem nas ações desenvolvidas no âmbito do ensino de graduação, bem como na pesquisa universitária.

Isso porque a extensão em uma IES Comunitária como a UNIPLAC nos remonta a função social da universidade, uma vez que a junção da tríade sustentadora deste título permite o desenvolvimento de um trabalho na democratização do conhecimento, por meio da interdisciplinaridade e do compromisso com a busca de alternativas para as demandas sociais da região de abrangência da instituição, pois:

No conjunto das finalidades da instituição educadora, conforme a definição constitucional, está a formação humana, a capacitação profissional e a qualificação para a cidadania, promovida por meio do ensino, da Pesquisa e da Extensão. Neste caso a extensão cumpre um papel importante na medida em que posiciona a instituição, junto com todo o seu projeto pedagógico, no horizonte das novas fronteiras do conhecimento e das construções sociais. (SÍVERES, 2011, p. 26)

A partir dessa concepção de necessária convergência entre o ensino e a extensão, é que a IES, por meio da Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, por meio de sua Coordenação de Extensão, promove um movimento de formação extensionista para docentes e discentes, no sentido de construir sólidas bases para que os cursos de graduação possam ampliar e fortalecer as suas atividades de extensão.

No contexto da graduação, a extensão universitária se faz presente por meio de diversas atividades de extensão, sendo estas Programas de Extensão, Projetos de Extensão (Curta Duração e Permanentes), eventos e cursos de extensão. Ao colegiado do curso compete a reflexão em torno da relevância das atividades extensionistas para cada etapa do processo de formação no curso, bem como a execução destas, seja por meio de submissão de propostas nas diversas modalidades acima mencionadas.

Ressalta-se que a universidade mantém anualmente um edital de bolsas de extensão para projetos permanentes com financiamento por meio de recursos próprios, permitindo ao colegiado a captação de verbas para a promoção de atividades de extensão de longa duração que articulem os âmbitos do ensino e da extensão, bem como o da própria pesquisa, em face de necessidade de indissociabilidade dessa tríade preconizada pela legislação supracitada.

O curso de Ciências Contábeis possui Projetos de extensão envolvendo entidades beneficentes e sem fins lucrativos; escolas; empresas da região serrana; pessoas com baixa renda; serviços estes prestados a comunidade pelos discentes e docentes, estimulando dessa forma o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e inclusão social das pessoas atendidas.

3.3 OBJETIVOS DO CURSO

Os objetivos do curso, constantes no PPC, estão implementados, considerando o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso, de acordo com a DCN de Ciências Contábeis Resolução CNE / CES no 10 de 16 de dezembro de 2004.

3.3.1 Objetivo Geral

Formar profissionais em Ciências Contábeis que dominem tecnicamente os conhecimentos abrangentes e atualizados da contabilidade, com senso de responsabilidade, ética, competência e iniciativa, capazes de assumir os serviços contábeis de instituições

públicas e privadas, promovendo o desenvolvimento sustentável das organizações e da sociedade assessorando na tomada de decisões.

3.3.2 Objetivos Específicos

Formar profissionais em Ciências Contábeis que sejam capazes de exercer, com competência e responsabilidade, a função social que corresponda à expectativa da comunidade, contemplando:

a) de natureza humana:

- senso de responsabilidade;
- capacidade de discernimento para julgar e optar diante de alternativas;
- agilidade no raciocínio e criatividade;
- capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações.

b) de natureza social:

- espírito de equipe;
- capacidade de envolvimento e de participação em iniciativas de interesses comum;
- disponibilidade para cooperar no equacionamento de problemas e na busca de soluções que satisfaçam profissionais comuns;
- capacidade de desenvolver críticas construtivas e de evitar as destrutivas;
- capacidade de gerenciamento de pessoas, aptidões para administrar conflitos organizacionais.

c) de natureza profissional:

- visão de conjunto da área de conhecimento abrangida pela profissão;
- conhecimento de práticas contábeis de uso nacional e internacional;
- conhecimento de aspectos contábeis pertinentes a blocos sócio- econômicos ou geopolíticos e específicos (como por exemplo, contabilidade na América Latina);
- preocupação em manter-se atualizado em áreas sujeitas às alterações mais frequentes (como o acompanhamento da legislação tributária das Normas

Brasileiras e Internacionais de Contabilidade e os pronunciamentos técnicos de entidades de classe e outros);

- capacidade de avaliação judiciosa do fator custo/benefício;
 - preocupação com a correção de seus atos e com a precisão de suas avaliações;
 - capacidade de administrar adequadamente o cumprimento de cronogramas de prioridades e de prazos estabelecidos e outros;
 - visão empreendedora e cenários de negócios;
 - conhecimento de informática como instrumento de trabalho;
 - conhecer a linguagem e técnicas contábeis.
-
- medida de desempenho, indicador da continuidade, indicador social, tomada e concessão de crédito e investimento.

3.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

Buscar-se-á formar um profissional contábil, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES nº 10 de 16 de dezembro de 2004, atendendo as necessidades regionais e locais apto a utilizar adequadamente a terminologia e a linguagem das Ciências Contábeis e Atuariais, demonstrando visão sistêmica e interdisciplinar da atividade contábil; com capacidade de elaboração de pareceres e relatórios que contribuam para o desempenho eficiente e eficaz de seus usuários, aplicando adequadamente a legislação inerente as suas funções; desenvolver a liderança e motivação entre equipes exercendo suas responsabilidades com o expressivo domínio das funções contábeis, incluindo noções de atividades atuariais e de quantificações de informações financeiras, patrimoniais e governamentais, gerando dessa forma informações para a tomada de decisão; desenvolver, analisar e implantar sistemas de informação contábil e de controle gerencial, exercendo suas atividades com ética e proficiência adequados aos diferentes modelos organizacionais.

O Bacharel em Ciências Contábeis da UNIPLAC deverá estar fundamentado em sólida e excelente formação acadêmica pelo referencial teórico acumulado no curso, com visão histórica, social e ética para enfrentar os desafios da profissão em um mercado globalizado, inclusive com a consciência da atualização e reciclagem profissional permanente através do processo de educação continuada.

A partir dos conhecimentos adquiridos, o profissional formado em Ciências Contábeis deverá estar apto tecnicamente com conhecimentos profundos, abrangentes e atualizados da contabilidade, cultura humanística e domínio das ciências comportamentais, bem como ser capaz de exercer, com competência e responsabilidade, a função social que corresponda ao que dele a comunidade espera.

Quanto à natureza humana, espera-se que tenha senso de responsabilidade, capacidade de discernimento para julgar e optar diante de alternativas, capacidade de desenvolver pensamento crítico, agilidade no raciocínio e criatividade, assim como capacidade de identificar as próprias potencialidades e limitações.

Referente à natureza social, espera-se que o profissional Bacharel em Ciências Contábeis tenha desenvolvido espírito de equipe, capacidade de envolvimento e de participação em iniciativas de interesses comuns, disponibilidade para cooperar no equacionamento de problemas e na busca de soluções que satisfaçam profissionais comuns, capacidade de desenvolver críticas construtivas e de evitar as destrutivas, bem como a capacidade de gerenciamento de pessoas.

No que diz respeito à natureza profissional, espera-se que tenha desenvolvido visão de conjunto da área de conhecimento abrangida pela profissão, conhecimento de práticas contábeis de uso internacional e conhecimento de aspectos contábeis pertinentes a blocos sócio-econômicos ou geopolíticos específicos. Que tenha preocupação em manter-se atualizado em área sujeita às alterações mais frequentes, como o acompanhamento da Legislação Tributária, Normas Brasileiras de Contabilidade e Internacionais de Contabilidade, dos pronunciamentos técnicos de entidades de classe e outros, capacidade de avaliação judiciosa do fator custo/benefício, preocupação com a correção de seus atos e com a precisão de suas avaliações, capacidade de administrar adequadamente o cumprimento de cronogramas de prioridades e de prazos estabelecidos, visão empreendedora de cenário de negócios, assim como o conhecimento de informática como instrumento de trabalho.

3.5 ESTRUTURA CURRICULAR, EMENTÁRIO E REFERÊNCIAS

A estrutura curricular do Curso de Ciências Contábeis UNIPLAC, busca estar de acordo com as competências e habilidades descritas na Resolução do CNE/CES N° 10 de 16

de dezembro de 2004 que institui as DCN do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, considerando a interdisciplinaridade, o mercado de trabalho e a articulação entre teoria e prática tendo compatibilidade da carga horária total 3.000 horas, sendo oferecido também a disciplina de LIBRAS como conteúdo optativo, promovendo também a familiarização com disciplinas na modalidade a distância.

A articulação da teoria com a prática é contemplada através das Práticas Contábeis em laboratório de informática do Curso de Ciências Contábeis, o qual possui softwares atualizados para lançamentos contábeis na área trabalhista, contábil, fiscal e tributária. Todos os alunos do curso, tem acesso ao sistema tanto em laboratório como em seus computadores pessoais para realização de atividades propostas pelos docentes.

Com a reestruturação do curso foram inseridas disciplinas na modalidade Educação a Distância, de acordo com a estrita observância dos 20% exigidos sobre a carga horária total do curso, conforme Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016.

A seguir é apresentada a estrutura curricular do curso:

3.5.1 Estrutura Curricular

1º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Legislação Tributária	80	4		66	14
Contabilidade I	80	4		66	14
Contabilidade Informatizada	80	4	66	-	14
Comportamento Humano nas Organizações	40	2		33	07
Tecnologia da Informação e Comunicação*	80	4	-	-	-
Subtotal	360	18	-	-	-
2º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade II	80	04	20	46	14
Contabilidade Fiscal I	80	04	32	34	14
Contabilidade Ambiental	40	02	-	33	07
Contabilidade Imobiliária	40	02	-	33	07
Administração	40	02	-	33	07
Cultura, Diferença e Cidadania*	80	04	-	-	-
Subtotal	360	18	-	-	-
3º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade III	80	04	20	46	14
Contabilidade Fiscal II	80	04	48	18	14
Direito Trabalhista e Previdenciário	80	04	-	66	14
Teoria da Contabilidade	40	02	-	30	10
Língua Portuguesa*	80	04	-	-	-
Subtotal	360	18	-	-	-

4º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade Societária	40	02	08	25	07
Contabilidade Empresarial	40	02	-	33	07
Contabilidade de Custos	80	04	12	54	14
Métodos Quantitativos	80	04	-	66	14
Direito de empresa	40	02	-	33	07
Iniciação à Pesquisa Científica*	80	04	-	-	-
Subtotal	360	18	-	-	-
5º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade de Cooperativas	40	02	12	21	07
Marketing aplicado a contabilidade	40	02	-	33	07
Contabilidade Tributária	80	04	12	54	14
Análise de Custos	40	02	08	25	07
Economia	40	02	-	30	10
Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento*	80	04	-	-	-
Estágio - Práticas Contábeis I – Contabilidade Societária e Comercial	40	02	20	13	07
Subtotal	360	18	-	-	-
6º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Controladoria	80	04	32	34	14
Comercio Exterior	40	02	-	30	10
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	40	02	08	22	10
Matemática Financeira e Atuarial	80	04	-	66	14
Elaboração de projetos	40	02	12	21	07
Estágio - Práticas Contábeis II – Contabilidade Trabalhista e Previdenciária	80	04	60	06	14
Subtotal	360	18	-	-	-
7º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade Pública I	80	04	12	54	14
Contabilidade Avançada	80	04	-	66	14
Ética e legislação profissional em contabilidade	40	02	-	33	07
Perícia Contábil e Arbitragem	40	02	08	25	07
Administração Financeira	40	02	16	17	07
Estágio - Práticas Contábeis III – Contabilidade Fiscal e Tributária	80	04	60	06	14
Subtotal	360	18	-	-	-
8º SEMESTRE					
Disciplinas	C/H	Créditos	Lab.	CH Sala de Aula	CH Extraclasse
Contabilidade Pública II	40	2	24	09	07
Normas de Contabilidade Internacional	80	4	-	66	14
Auditoria Contábil	40	2	08	25	07
Planejamento Tributário	80	4	12	54	14
Orçamento Empresarial	40	4	16	17	07
Estágio - Práticas Contábeis IV e Trabalho de Conclusão de Curso (TC)	40	2	30	03	07

Subtotal	360	18	-	-	-
Atividades Complementares	120	-	-	-	-
CARGA HORÁRIA TOTAL	3000	144	-	-	-
LIBRAS**	80	04	-	-	-

* Disciplina Institucional.

**O Decreto Lei n. 5626 em seu art. 3º parágrafo 2º publicado em 22 de dezembro de 2005 normatizou a oferta da disciplina de LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em todos os cursos de Graduação. Tornando-o obrigatório nos cursos de Licenciatura e facultando o seu oferecimento em outros cursos de Graduação.

3.5.2 Ementário e Referências

1º semestre	
CONTABILIDADE I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Princípios básicos da contabilidade. Relatórios contábeis, bens, direitos e obrigações. Grupos de contas. Ciclo operacional. Apuração do resultado de forma algébrica. Regimes contábeis. Receitas. Despesas. Perdas. Ganhos. Custos das vendas. Demonstração do resultado do exercício. Plano de contas. Contabilidade por balanços sucessivos.
Referências	<p>Básicas: MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 7 ed. atual. São Paulo: Atlas, 2004. _____. Contabilidade empresarial. 11 ed. São Paulo: Atlas, 2005. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade comercial. 7 ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2003.</p> <p>Complementares: CREPALDI, Silvio A. Contabilidade gerencial: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2004. FERREIRA, Araceli C. de Sousa. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2011. FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 22 ed. São Paulo: Atlas, 1994. IUDÍCIBUS, Sérgio de (Coord.). Contabilidade introdutória: por uma equipe de professores da FEA da USP. 9 ed. São Paulo: Atlas, 1998. MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Direito tributário. Princípios constitucionais tributários e limitações ao poder de tributar. Normas gerais de direito tributário. Impostos sobre o patrimônio. Repartição constitucional das receitas tributárias. Crimes contra a ordem tributária.
Referenciais	<p>Básicas AMARO, Luciano da Silva. Direito tributário brasileiro. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005. CASSONE, Vittorio. Direito tributário. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003. FRANCO, Vera Helena de Mello (Org.). CARAZZA, Roque Antonio (Org). Constituição federal, código comercial, código tributário nacional. 4. ed. atual ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>Complementares BALEIRO, Aliomar. Direito tributário brasileiro. 11. ed. atual. Rio de Janeiro: Forense, 1999. BARROSO, Luís Roberto. Temas de direito constitucional. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito constitucional. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. CARRAZZA, Roque Antonio. Curso de direito constitucional tributário. 21. ed. São</p>

	Paulo: Malheiros, 2005. CASSONE, Vittorio. Direito tributário . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
CONTABILIDADE INFORMATIZADA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Informática na contabilidade. Aplicativos básicos. Aplicativos específicos. Recursos de hardware na contabilidade.
Referências	<p>Básicas DE LOUREIRO, Antonio; BIANCOLINO, César Augusto; BORGES, T. Nascimento. Sistemas de informações contábeis na era da informática. São Paulo: Saraiva, 2010. OLIVEIRA, Edson. Contabilidade informatizada: teoria e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006. PRIMAK, Fábio Vinicius. Infotabilidade: a contabilidade na era da informática. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.</p> <p>Complementares CORNACHIONE, Edgard Bruno. Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002. GIL, Antônio de Loureiro. Sistemas de informações: contábil, financeiros. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001. MOSCOVE, Stephen A. BAGRANOFF, Nancy A. SIMKIN, Marrk G. Sistemas de informações contábeis. São Paulo: Atlas, 2002. PEREIRA, Mário S. de. Excel para contadores. São Paulo: IOB, 2010. ZENTGRAF, Walter. Contabilidade empresarial: com aplicações na HP 12c e EXCEL, A - vol. 3, São Paulo: Atlas, 1999.</p>
COMPORTAMENTO HUMANO NAS ORGANIZAÇÕES	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Comportamento pessoal versus comportamento organizacional. Comportamento humano no Ambiente de Trabalho – variáveis que afetam e condicionantes. Cultura e clima organizacional. Liderança e poder nas organizações. Administração de conflitos. Criatividade. Comunicação. Trabalhando em grupos e equipes de trabalho. Administrando os processos de mudança. Práticas de recursos humanos.
	<p>Básicas DAVIS, Keith. NEWSTROM, Joh w. Comportamento humano no trabalho: uma abordagem psicológica. V.1. São Paulo: Thomson, 2002. PEREIRA, Orlindo Gouveia. Fundamentos do comportamento empresarial. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004. ROBBINS, Sepsen P. Comportamento organizacional. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.</p> <p>Complementares BERGAMINI, Cecília Whitaker. Psicologia aplicada à administração de empresas: psicologia do comportamento organizacional. São Paulo: Atlas, 2008. BOLLANDER, g.w. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2003. HANASHIRO, D.M.M. TEIXEIRA, M. L. M. ZACARELLI, L.M. Gestão do fator humano: uma visão basModalidade a Distância.a em stakeholders. São Paulo: Saraiva, 2007. SPECTOR, Raul E. Psicologia nas organizações. São Paulo: Atlas, 2008. WAGNER, J.A ; HOLLENBECK, J.R. Comportamento organizacional: criando vanytagem competitiva. São Paulo: Saraiva, 2009.</p>
TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Ensino superior e educação a distância. Informática básica. Comunidades de aprendizagem virtual. Ambientes colaborativos. Softwares e sistemas de informação direcionados para as áreas do conhecimento.
Referências	<p>Básicas FRANÇA, Alex Sandro de. Games, web 2.0 e mundos virtuais em educação. São Paulo:</p>

	<p>Cengage Learning, 2015. JENKINS, Henry. Cultura da convergência. São Paulo: Aleph, 2012. MOORE, Michael. Educação à distância uma visão integrada. São Paulo: Cengage Learning, 2012.</p> <p>Complementares BATISTA, Sueli Soares dos Santos. Sociedade e tecnologia na era digital. São Paulo: Erica, 2014. LEVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34 LTDA, 2010. MESQUITA, Deleni. Ambiente virtual de aprendizagem conceitos, normas, procedimentos e práticas pedagógicas no ensino à distância. São Paulo: Erica, 2014. MUNHOZ, Antonio Siemsen. Qualidade de ensino nas grandes salas de aula. São Paulo: Saraiva, 2016. SANTOS, Aldemar de Araújo. Informática na empresa. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Vanice dos. Ágora digital: o cuidado de si no caminho do diálogo entre tutor e aluno em um ambiente de aprendizagem. Jundiaí: Paco editorial, 2013.</p>
2º semestre	
Contabilidade II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Escrituração contábil. Livros contábeis. Balancetes e apuração do resultado. Levantamento das demonstrações contábeis.
Referências	<p>Básicas FRANCO, Hilário. Contabilidade geral. 22 ed. São Paulo: Atlas, 1994. MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1998. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade geral. São Paulo: Saraiva, 1999.</p> <p>Complementares FAVÉRO, Hamilton Luiz et al. Contabilidade: teoria e prática. v. 1. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1997. IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. Contabilidade comercial. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2000. MAHER, Michael. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2008. MARTINS, Eliseu. Contabilidade de custos. São Paulo: Atlas, 2008. SILVA, César Augusto Tibúrcio; TRISTÃO, Gilberto. Contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2008.</p>
Contabilidade Fiscal I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Documentos fiscais. Livros fiscais e prática no âmbito estadual e municipal. Controle de caixa. Escrituração fiscal através de sistemas informatizados.
Referências	<p>Básicas: GORGES, Almir José. Dicionário do ICMS de A a Z: o seu plantão fiscal. 11 ed. Florianópolis: FADEL, 2010. SILVA, Lourival Lopes da. Contabilidade avançada e tributária. São Paulo: Editora Thomson, 2007. HARADA, Kiyoshi. Código tributário nacional anotado. 6 ed. São Paulo: Iglu, 2003.</p> <p>Complementares: FREITAS, Vladimir Passos de. Código tributário nacional comentado. 3 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005. FABRETTI, Lúdio Camargo. Prática tributária da micro e pequena empresa. 3 ed. rev. atual. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999. SILVA, Lourival Lopes da. Contabilidade avançada tributária. São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2015. CREPALDI, Silvio Aparecido e Crepaldi, Guilherme Simões. Manual de IPI/ICMS para o estado de santa catarina. 5 ed./2017. RIBEIRO JUNIOR, Geraldo Roberto. Auditoria integrada do Simples Nacional o que</p>

	muda com o Sefisc, Sistema Eletrônico Único de Fiscalização. 2 ed. São Paulo Atlas 2015.
Contabilidade Ambiental	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Desenvolvimento econômico versus ecológico. Desenvolvimento econômico sustentável. Interação com o meio ambiente. Responsabilidade socioambiental. Crimes ambientais. Gestão ambiental e seus aspectos econômicos. Contabilidade ambiental. Campo de atuação da contabilidade e a inserção dos aspectos ambientais. Como contabilizar os itens de natureza ambiental. Plano de contas ambientais. Receitas e despesas ambientais. Custos ambientais. Perdas Ambientais. Ativo Ambiental. Passivo Ambiental. Evidenciação nas demonstrações contábeis.
Referências	<p>Básicas: FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; GOMES, Mônica Zaidan. Contabilidade ambiental e relatórios sociais. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2009. FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. Contabilidade ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011. YAMAGUCHI, Cristina Keiko. Contabilidade ambiental nas organizações: instrumento de criação do conhecimento. Curitiba: Editora Juruá, 2013.</p> <p>Complementares: ALIGLERI, Lilian. Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2009. LOUETTE, Anne. Compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 2007. LOUETTE, Anne. Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental. São Paulo: WHH, 2008. SANTOS, A.O.; SILVA, F.B.; SOUZA, S.; SOUSA, M. Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua Aplicabilidade em Empresas Brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI - FEA - USP, São Paulo, FIPECAFI, v.16, n. 27, 2001. TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanco social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo Atlas 2010. VARELA, Sayonara; KANAN, Lilia Aparecida; YAMAGUCHI, Cristina Keiko. compartilhamento do conhecimento nas ações de responsabilidade socioambiental das indústrias de médio e grande porte da serra catarinense. Lages, 2017.</p>
Contabilidade Imobiliária	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Introdução à empresa imobiliária e atividade inerentes; Plano de contas e sua aplicação; Contabilidade da construção civil; Contabilidade da atividade imobiliária; Aspectos fiscais e tributários.
Referências	<p>Básica: ANTONIO, Paulo Joaquim. Manual de contabilidade e tributos de construtoras e imobiliárias. São Paulo: Atlas, 2003. COSTA, Magnus Amaral da. Contabilidade da construção civil e atividade imobiliária. São Paulo: Atlas, 2005. SCHERRER, Alberto Manoel da. Contabilidade imobiliária. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>Complementar: MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2006. COSTA, Magnus Amaral da. Contabilidade da construção civil e atividade imobiliária. São Paulo: Atlas, 2005. FRANCO, Ademar. Organização e contabilidade das empresas imobiliárias. São Paulo: Atlas, 1962. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade intermediária. São Paulo. Saraiva. 2005. SCHERRER, Alberto Manoel da. Contabilidade imobiliária. São Paulo: Atlas, 2003.</p>
Administração	

Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Teoria geral de Administração. Funções Administrativas. Estratégia Empresarial.
Referências	<p>Básicas</p> <p>GUIDOLIN, Benedito. Economia e comércio internacional ao alcance de todos. São Paulo: Aduaneiras, 1991.</p> <p>MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>RATTI, Bruno. Comércio internacional e câmbio. 10 ed. São Paulo: Aduaneiras, 2001.</p> <p>Complementares</p> <p>GARCIA, Luiz Martins. Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de Preços. São Paulo: Aduaneiras, 2001.</p> <p>HELLER, H. Roberto. Comércio internacional: teoria e evidência empírica. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1978.</p> <p>CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. Introdução ao estudo das relações internacionais. Porto Alegre: Síntese, 2003.</p> <p>GARCIA, Luiz Martins. Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de Preços. São Paulo: Aduaneiras, 2001.</p> <p>MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>
CULTURA, DIFERENÇA E CIDADANIA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Abordagem conceitual: cultura, etnocentrismo e relativismo cultural. Diversidade cultural: biológica, geográfica e cultural. Identidade cultural: raça, racismo e relações étnico-raciais- Identidade e diferença: gênero e sexualidade. Cidadania no Brasil: Desafios e conquistas. Cidadania, Movimentos sociais e direitos humanos. Saberes necessários a uma cidadania planetária. Panorama das políticas públicas de direitos humanos e diversidade cultural no Brasil. Fundamentos de ciência política. Políticas públicas de Inclusão.
Referências	<p>Básicas</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Disponível em https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/download/.../8899/</p> <p>GROSSI, M.P., IDENTIDADE DE GÊNERO. Disponível em e SEXUALIDADE http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/files/2012/03/grossi_miriam_identidade_de_genero_e_sexualidade.pdf</p> <p>HALL, Stuart; SILVA, Tomaz Tadeu da. A identidade cultural na pós modernidade. 7 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.</p> <p>MORIN, E. Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem e incerteza humana. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>SILVA, T. T. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes; WOLKMER, Antônio Carlos (Org.); VIEIRA, Reginaldo de Sousa (Org.). Estado, política e direito: relações de poder e políticas públicas. Criciúma: UNESC, 2008.</p> <p>Complementares</p> <p>BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: Min. da Educação, 2013.</p> <p>MORGAN, L. S. A noção contemporânea de cidadania como pré-compreensão para a materialização dos valores éco-jurídicos fundamentais. In: ENCONTRO PREPARATÓRIO PARA O CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI, 16.,13, 14 e 17 jun. 2007, Campos dos Goytacazes. Anais... Florianópolis: Fundação Boiteux: 2007.</p> <p>CECCHETTI, Elcio; POZZER, Adecir. Educação e diversidade cultural: tensões, desafios e perspectivas. Blumenau: Edifurb, 2014.</p> <p>APROXIMAÇÕES ENTRE DIREITO E ANTROPOLOGIA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO PROJETO DE LEI N° 1.057/20 071 Débora Fanton</p>

	http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2009_2/debora_fanton.pdf .
3º semestre	
Contabilidade III	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Depreciação, amortização e exaustão. Balanço Patrimonial. Demonstração do resultado do exercício. Demonstração dos lucros ou prejuízos Acumulados. Demonstração das mutações do patrimônio líquido. Demonstração das origens e aplicações de recursos.
Referências	<p>Básica: ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Curso básico de contabilidade: introdução à metodologia da contabilidade básica. São Paulo: Atlas, 2005. RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade intermediária. São Paulo: Saraiva, 2005. IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de balanços. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>Complementar: ASSAF NETO, Alexandra. Estrutura e análise de balanços. São Paulo: Atlas, 2006. BRAGA, Hugo Rocha e Almeida, Marcelo Cavalcanti. Mudanças Contábeis na lei societária. 1 ed. São Paulo: Atlas 2008. BRAGA, Hugo Rocha. Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação. São Paulo: Atlas, 2003. MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial. São Paulo: Atlas, 2005. REIS, Arnaldo Carlos de Rezende. Demonstrações contábeis: estrutura e análise. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>
Contabilidade Fiscal II	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Legislação fiscal aplicada à comercialização, produção, consumo e serviços de competência estadual e municipal; fatos geradores dos impostos.
Referências	<p>Básica: NOGUEIRA, Johnson Barbosa; MELO, José Eduardo Soares de; LIMA, Pérsio de Oliveira; OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; CAMPOS, Roberto Siqueira; BALERA, Wagner; PINTO, Antônio Mário de Abreu. Direito tributário contemporâneo: estudos de especialistas. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2013. FABRETTI, Lúdio Camargo. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011. RUIZ, Davi Leandro; SOUZA, Rodolfo Tomaz de. Manual prático da nota fiscal eletrônica (NF-e): e os reflexos da escrituração fiscal digital (EFD). São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2011.</p> <p>Complementar: Regulamento do ICMS. Sítio Oficial: disponível em www.sef.sc.gov.br. Aprovado pelo decreto 2.870/01 Regulamento IPI. Sítio Oficial: disponível em www.receita.fazenda.gov.br Regulamento e Anexos do ICMS/SC. KOENIG ICMS/SC. Regulamento e Anexos do ICMS/SC. Aprovado pelo decreto 2.870/01. Proagil Sistemas. Regulamento e Anexos do ICMS/SC. 2001 IOB A Thomson Company. Boletim IOB. Caderno ICMS - IPI e Outros. Prefeitura Municipal de Lages. Código Tributário Consolidado, 2002. Gorges, Almir José. Dicionário do ICMS – SC, 14 ed., Editora Nova Letra, 2013.</p>
Direito Trabalhista e Previdenciário	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Formação histórica do Direito do Trabalho no Mundo. Conceito e princípios do Direito do Trabalho. Direitos Sociais Constitucionais. Direito Individual do Trabalho. Direito Coletivo do Trabalho. Noções de Processo do Trabalho. Prescrição e decadência no Direito do Trabalho. Regulamentações especiais de trabalho. Seguridade social e Previdência Social no Brasil. Saúde e Acidentes de Trabalho.
Referências	Básica:

	<p>BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 8 ed. rev. e atual. São Paulo: Ltr Editora Ltda., 2012.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. Curso de direito do trabalho. 11 ed. São Paulo: Ltr Editora Ltda., 2012.</p> <p>SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELLO BRANCO, Ana Maria Saad. CLT comentada. 48 ed. São Paulo: Ltr Editora Ltda., 2015.</p> <p>Complementar:</p> <p>RODRIGUES, Américo; GIGLIO, Wagner D. Princípios de direito do trabalho. São Paulo: Ltr Editora Ltda., 1978.</p> <p>NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho. 29 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2014.</p> <p>CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar, jurisprudência. 31 ed. atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.</p> <p>DELGADO, Mauricio Godinho. A reforma trabalhista no Brasil: com os comentários à Lei n. 13.467/2017: São Paulo: LTr, 2017</p> <p>CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. 10 ed. atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.</p>
Teoria da Contabilidade	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	O desenvolvimento do pensamento contábil (historicidade) A Escola Italiana e Norte-Americana e sua influência na Contabilidade Brasileira. A evolução da contabilidade no Brasil. Princípios Fundamentais da Contabilidade. Ativo e Passivo Ambiental (conceituação, avaliação/mensuração). Evidenciação (disclosure). CFC (Normas Brasileiras de Contabilidade)
Referências	<p>Básica:</p> <p>SÁ, Antônio Lopes de. Teoria da contabilidade. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1997.</p> <p>HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDÁ, Michael F.; SANVICENTE, Antonio Zoratto. Teoria da contabilidade. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999.</p> <p>Complementar:</p> <p>ISBN. Teoria avançada da contabilidade. São Paulo Atlas 2014.</p> <p>NIYAMA, Jorge Katsumi. Teoria da contabilidade. 3 ed. São Paulo Atlas.</p> <p>SUNDER, Shyam. Teoria da contabilidade e do controle. São Paulo Atlas 2014.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARION, José Carlos. Introdução à teoria da contabilidade: para nível de Graduação. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p>
LÍNGUA PORTUGUESA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Introdução à comunicação. Ato comunicativo. Noção de texto. Níveis de leitura do texto. Hipertexto. Comunicação e o texto. Especificidades da estrutura frásica no texto. Qualidade da frase. Relações sintáticas na expressividade: concordância, regência e colocação.
Referências	<p>Básicas</p> <p>RONCARATI, Cláudia. As cadeias do texto: construindo sentidos. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 215p. (Série estratégias de ensino).</p> <p>CASTILHOS. Ataliba T. de. Nova gramática do português brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2010.</p> <p>KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Introdução à Linguística Textual. São Paulo: Cortez, 2015.</p> <p>Complementar</p> <p>GARCIA, Othon Moacyr. Comunicação em prosa moderna: aprender a escrever, aprendendo a pensar. 20 ed. Rio de Janeiro: FGV – Fundação Getúlio Vargas, 2001.</p> <p>KOMESU, Fabiana / LEANDRO, Diêgo Cesar / DIAS, Iky Anne. Redes Sociais e</p>

	<p>Ensino de Línguas – O Que Temos de Aprender? São Paulo: Parábola, 2016.</p> <p>MASSIP, Vicente. Interpretação de textos: curso integrado de lógica e linguística. São Paulo, EPU, 2015.</p> <p>FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão (Autor). Para entender o texto: N. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.</p> <p>GOLDSTEIN, Norma; LOUZADA, Maria Silvia; IVAMOTO, Regina. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática, 2009.</p>
4º semestre	
Contabilidade Societária	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Sociedades. Entidades sem fins lucrativos. Tipos. Atos constitutivos. Alterações. Equiparações. Legislação específica e seus registros.
Referências	<p>Básicas</p> <p>SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Societária. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011.</p> <p>LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Lei de Sociedades Anônimas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Manual de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>REALE, Miguel. Código Civil 2002 – prefaciado. São Paulo - Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>Complementares</p> <p>LEMES, Sirlei. Casos para ensino em contabilidade societária. São Paulo Atlas 2014.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de et alii. Contabilidade Comercial. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>BOLETIM IOB: imposto de renda e legislação societária. São Paulo: Informações Objetivas Iob.19uu.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: direito de empresa. 3 ed. rev.atual. e ampl. São Paulo: s.l., 2003.</p> <p>BRASIL. Código civil. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>
Contabilidade Empresarial	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Contabilidade comercial, de serviços, de cooperativas. Legislação específica. Tributação das microempresas e empresas de pequeno porte. Operações financeiras. Folha de pagamento. Provisão para férias e 13º salário e encargos sociais. Perdas nos recebimentos de créditos. Matriz e filial. Procedimentos contábeis e encerramento de exercício. Apuração de resultado.
Referências	<p>Básicas</p> <p>FUNDAÇÃO INSTITUTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS. ; IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GEIBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: Aplicável as demais sociedades. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2000.</p> <p>MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 16 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2012.</p> <p>Administração financeira e orçamentária. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. 12 ed. Rio de Janeiro Atlas 2017.</p> <p>Complementares</p> <p>MARION, José Carlos. Análise das demonstrações contábeis contabilidade empresarial. 7 ed. São Paulo Atlas 2013.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GEIBCKE, Ernesto Rubens. Manual de contabilidade das sociedades por ações: Aplicável as demais sociedades. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2000.</p> <p>PEIXOTO, Themistocles Pinho; PEIXOTO, Álvaro. A reforma da lei das sociedades anônimas: (através da lei nº 10.303 de 31.10.2001). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Administração estratégica na prática a competitividade para administrar o futuro das empresas. 8. São Paulo Atlas 2013</p>
Contabilidade de Custos	

Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Vocabulário da contabilidade de custos. Custos dos produtos e despesas do período. Custos dos serviços, comerciais e industriais. Cálculo de custos dos serviços, comerciais e industriais. Cálculo de custos. Classificação de custos. Custos diretos e indiretos, fixos e variáveis. Sistemas de produção (tipos gerais de indústrias). Delineamento de um sistema de custo. Custo para determinação do lucro. Lucro para controle. Custo para tomada de decisões. Sistemas de custeio, métodos de custeio, sistemas de acumulação de custos. Departamentalização, implantação de sistemas de custos. Plano de contas. Escrituração integrada com apuração de custos para departamento ou centro de custos.
Referências	<p>Básicas RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos Fácil. 6 ed. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001. MARTINS, Elizeu. Contabilidade de Custos. 10 ed. Ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2010. LEONE, George Sebastião Guerra. Custos: planejamento, implantação e controle. 3 ed. Editora Atlas Ltda.</p> <p>Complementares WERNKE, Rodney. Gestão de Custos: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas Ltda, / 2001. BERTÓ, Dalvio José. Gestão de Custos. Saraiva, 3 ed. 2013. CREPALDE, Silvio Aparecido. Curso Básico de Contabilidade de Custos. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999. BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos aplicação em empresas modernas. 3 ed. São Paulo Atlas 2010. IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de custos uma abordagem quantitativa. São Paulo Atlas 2013.</p>
Métodos Quantitativos	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Conceitos básicos. Séries estatísticas. Apresentação tabular e gráfica de séries. Medidas de tendência central, dispersão, assimetria e curtose. Probabilidade. Distribuições de Probabilidade. A distribuição normal. Amostragem e estimação. Correlação e Regressão.
Referências	<p>Básicas CRESPO, A. A. Estatística fácil. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2009. SMAILES, Joanne; MCGRANE, Angela. Estatística aplicada à administração com excel. São Paulo: Atlas, 2006. MARTINS, Gilberto de Andrade. Estatística geral e aplicada. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005.</p> <p>Complementares VIEIRA, S. Elementos de estatística. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012. MORETTIN, Pedro A.; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006. BRAULE, Ricardo. Estatística aplicada com Excel: para cursos de administração e economia. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001. ARA, A. B.; MUSETTI, A. V.; SCHNEIDERMAN, B. Introdução à estatística. São Paulo: Blücher, 2003. LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. Estatística: teoria e aplicações: usando microsoft excel em português. São Paulo: LTC, 2000.</p>
Direito de Empresa	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Noções preliminares. Teoria da empresa. Personalidade jurídica. Elementos de identificação da empresa. Sociedades. Títulos de crédito.
Referências	<p>Básicas BIFANO, Elidie Palma; BENTO, Sergio Roberto de Oliveira. Aspectos relevantes do direito de empresa de acordo com o Novo Código Civil. São Paulo: Quartier Latin, 2005.</p>

	<p>OLIVEIRA, Celso Marcelo de. Direito empresarial à luz do novo código civil. Campinas: LZN, 2003.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. Teoria e prática dos títulos de crédito. 22 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2003.</p> <p>Complementares</p> <p>CAVALLAZZI FILHO, Tullo. Atualidades do novo direito empresarial. Florianópolis: OAB/SC, 2002.</p> <p>HOOG, Wilson Alberto Zappa. Dicionário de direito empresarial: relativo ao livro II do código civil/2002. 2 ed. rev. e atual. Curitiba: Editora Juruá, 2007.</p> <p>CAMPINHO, Sérgio. O direito de empresa: à luz do novo código civil. 6 ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Renovar Ltda, 2005.</p> <p>COZZA, Mario. Novo código civil do direito de empresa: (Arts. 966 a 1.195) anotado. Porto Alegre: Editora Síntese, 2002.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: direito de empresa. 3 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo 2003.</p> <p>QUINTANS, Luiz Cezar P. Direito da empresa: (pelo novo código civil - Lei n.º 10.406/2002). Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2003. 203 p. ISBN 8535302638</p>
INICIAÇÃO À PESQUISA CIENTÍFICA	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Interação entre ciência, pesquisa e inovação. Elaboração de protocolos de pesquisa: pergunta de pesquisa, justificativa/problema, objetivos, hipóteses, revisão de literatura, métodos e técnicas da pesquisa científica. Organização e análise de dados científicos. Pesquisa em bases de dados. Normas de produção e apresentação de trabalhos científicos. Normas de publicações específicas por área do conhecimento.
Referências	<p>Básicas</p> <p>APPOLINÁRIO, Fabio. Metodologia científica. São Paulo Cengage Learning 2015 (Recurso on line)</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Manual de metodologia da pesquisa científica. 4 ed. Rio de Janeiro Atlas 2016 (recurso on line)</p> <p>CRESWELL, John W. Pesquisa de métodos mistos. 2 ed. Porto Alegre Bookman, 2014 (recurso on line).</p> <p>Complementares</p> <p>ACEVEDO, Claudia Rosa. Como fazer monografias TCC, dissertações e teses. 4 ed. São Paulo Atlas 2013 (recurso on line)</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico elaboração de trabalhos na graduação. 10 ed. São Paulo Atlas 2012(recurso on line)</p> <p>BAPTISTA, Makilim Nunes. Metodologias pesquisa em ciências análise quantitativa e qualitativa. 2 ed. Rio de Janeiro LTC 2016 (recurso on line)</p> <p>BARROS, Aidil Jesus; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Fundamentos de metodologia científica. 3 ed. ampl. São Paulo: Pearson. 2014.</p> <p>CRESWELL, John W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre Penso 2014 (recurso on line).</p> <p>CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre Bookman 2010 (recurso on line).</p> <p>DEMO, Pedro. Pesquisa e construção de conhecimento: metodologia científica no caminho de Habermas. 7 ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 2012.</p> <p>FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. Planejamento da pesquisa científica. 2 ed. São Paulo Atlas 2015 (recurso online)</p> <p>KROKOSZ, Marcelo. Outras palavras para autoria e plágio. São Paulo Atlas 2015 (recurso on line).</p>
5º semestre	
Contabilidade de Cooperativas	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Conceito e história do Cooperativismo. Funcionamento e objetivos de empresas cooperativas. Legislação aplicada. Tipos de cooperativas. Estatutos sociais. Capital

	social. Estrutura e funcionamento contábil de uma cooperativa. Plano de Contas. Operações contábeis com associados e terceiros. Encerramento e apuração de resultados. Balanço e demonstrações contábeis.
Referências	<p>Básicas Congresso brasileiro de cooperativismo. Rio de Janeiro. Organização Das Cooperativas Brasileiras, 2000. KRUEGER, Guilherme. Cooperativismo e o novo código civil. Belo Horizonte: Mandamentos, 2003. PREISS, Kenneth; GOLDMAN, Steven L.; NAGEL, Roger N. Cooperar para competir: construindo parcerias eficazes. São Paulo: Editora Futura, 1998.</p> <p>Complementares TERCEIRO setor e tributação, V.4. Rio de Janeiro Forense 2011. SILVA FILHO, Cícero Virgulino. Cooperativa de trabalho. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2001. PADILHA, Dráuzio Leme. Sociedades cooperativas: organização, contabilidade e legislação. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1966. LEI Nº 5.764, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1971. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.</p>
Marketing Aplicado a Contabilidade	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	O que é Marketing. Conceitos e Definições. Marketing Aplicado à Contabilidade. Natureza e Características de um Serviço. Os componentes da Administração de Serviços. O Serviço do Ponto de Vista do Cliente. Produtividade e qualidade nos serviços. Projetando os sistemas de entrega dos serviços. Recrutando e retendo funcionários para os serviços.
Referências	<p>Básicas LAS CASAS, Alexandre Luzzi; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. Marketing de serviços. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. ZEITHAML, Valarie A.; BITNER, Mary Jo; GREMLER, Dwayne D. Marketing de serviços: a empresa como foco no cliente. 5 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.</p> <p>Complementares GIANESI, Irineu G. N. Administração estratégica de serviços operações para a satisfação do cliente. São Paulo Atlas 2012. COBRA, Marcos. Administração de marketing no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. LOVELOCK, Christopher; WIRTZ, Joshen. Marketing de serviços: pessoas, tecnologia e resultados. 5 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. SOARES, Everton. Quem disse que o cliente sempre tem razão? Florianópolis: Pandion, 2007. PAIXÃO, Marcia Valéria. A influência do consumidor nas decisões de marketing. Curitiba: IBPEX, 2011.</p>
Contabilidade Tributária	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Imposto de renda das pessoas jurídicas. Contribuições sociais das pessoas jurídicas. Imposto de renda das pessoas físicas. Declarações e informações dos tributos federais.
Referências	<p>Básicas SILVA, Lourivaldo Lopes da. Contabilidade avançada e tributária. São Paulo: Editora Thomson, 2013. FABRETTI, Láudio Camargo. Contabilidade tributária. 9 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2014. HIGUCHI, Hiromi. Imposto de renda das empresas: interpretação e prática. 34 ed. São</p>

	<p>Paulo: Editora Atlas Ltda, 2013.</p> <p>Complementares ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições. 3 ed. São Paulo Atlas, 2009. Regulamento do Imposto de Renda. RIR/99. Sítio Oficial, disponível em www.receita.fazenda.gov.br. CRCSC JORNAL. Informativo do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. 2018 RIBEIRO JUNIOR, Geraldo Roberto. Auditoria integrada do Simples Nacional o que muda com o Sefisc, Sistema Eletrônico Único de Fiscalização. 2 ed. São Paulo Atlas, 2015. RIBEIRO JUNIOR, Geraldo Roberto. Auditoria integrada do Simples Nacional o que muda com o Sefisc, Sistema Eletrônico Único de Fiscalização. 2 ed. São Paulo Atlas 2015.</p>
Análise de Custos	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Análise de custo-volume-lucro. Ponto de equilíbrio. Volume para meta de resultados. Retorno sobre investimento. Análise e formação de preço de venda. Análise de resultados a partir dos preços de mercado. Custo meta, resultado meta.
Referências	<p>Básicas WERNKE, Rodney. Gestão de Custos: uma abordagem prática. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2001. BORNIA, Antonio Cezar. Análise Gerencial de Custos: aplicação em empresas modernas. 3 ed, Porto Alegre: Bookman, 2010. GURGEL, Floriano do Amaral. Administração de materiais e do patrimônio. São Paulo Cengage Learning 2012 1 recurso on line ISBN 9788522109616.</p> <p>Complementares RIBEIRO, Osni Moura. Contabilidade de Custos Fácil. 6 ed. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001. MARTINS, Elizeu. Contabilidade de Custos. 10 ed. Ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2010. MORANTE, Antonio Salvador. Formação de preços de venda preços e custos, preços e composto de marketing, preços e concorrência, preços e clientes. São Paulo Atlas 2009 1 recurso online ISBN 9788522464890 IUDÍCIBUS, Sergio de. Análise de custos uma abordagem quantitativa. São Paulo: Atlas 2013. BORNIA, Antonio Cezar. Análise gerencial de custos aplicação em empresas modernas. 3 ed. São Paulo Atlas 2010.</p>
Economia	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Conceitos básicos. Função da demanda e oferta. Teorias da demanda. Preço e renda. Funções de Produção e Custos. O mercado perfeito e imperfeito na formação de preços. Função consumo e poupança. Função Investimento. Contas Nacionais.
Referências	<p>Básicas GREMAUD, Amaury Patrick et al. Manual de economia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 1998. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2002. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. GARCIA, Manuel Enriquez. Fundamentos de economia. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>Complementares FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 30 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001. LOPES, João do Carmo. ROSSETTI, José Paschoal. Economia monetária. 8 ed. ver. ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2002.</p>

	<p>SANDRONI, Paulo. Traduzindo o economês: para entender a economia brasileira na época da globalização. 2 ed. Rio de Janeiro: Beste Seller, 2005.</p> <p>TROSTER, Roberto Luiz. MOCHON MORCILLO, Francisco. Introdução à economia. São Paulo: Makron Books, 2002.</p> <p>ZUFFO, João Antonio. A sociedade e a economia no novo milênio: os empregos e as empresas no turbulento alvorecer no século XXI. Livro I – a tecnologia e a infossociedade. Baueri: Manole, 2003.</p>
Estágio - Práticas Contábeis I – Contabilidade Societária e Comercial	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Práticas contábeis de lançamentos e criação de atos constitutivos, alterações, equiparações, transformações, baixa de empresas. Atividade curricular de desempenho profissional.
Referências	<p>Básicas</p> <p>SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. Contabilidade Societária. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011.</p> <p>LOPES, Maurício Antonio Ribeiro. Lei de Sociedades Anônimas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de.et alii. Manual de Contabilidade. São Paulo: Atlas, 1995.</p> <p>REALE, Miguel. Código Civil 2002 – prefaciado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.</p> <p>Complementares</p> <p>LEMES, Sirlei. Casos para ensino em contabilidade societária. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio de.et ali. Contabilidade Comercial. São Paulo: Atlas, 1994.</p> <p>HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José. Contabilidade avançada texto e testes com as respostas. 8 ed. São Paulo Atlas 2012.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. Manual das sociedades comerciais: direito de empresa. 3 ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: s.l., 2003.</p> <p>BRASIL. Código civil. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.</p>
AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Estrutura, funcionamento e dinâmica dos ecossistemas. Conceitos ambientais. Desenvolvimento sustentável. Globalização e meio ambiente. Educação ambiental. Aspectos e impactos das atividades humanas no ambiente. Controle de poluição do solo, ar e água. Tratamento de resíduos e conservação de recursos naturais. Políticas públicas e legislação ambiental. Objetivos do desenvolvimento sustentável - ODS
Referências	<p>Básicas</p> <p>LEFF, Enrique. Epistemologia ambiental. 4 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.</p> <p>SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 3 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.</p> <p>TINOCO, João Eduardo Prudêncio. Balanco social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo Atlas 2010 1(recurso on line).</p> <p>Complementares</p> <p>BRUNDTLAND, C. "Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento: o nosso futuro comum." Universidade de Oxford. Nova Iorque (1987).</p> <p>LEFF, Enrique. Ecologia, Capital e Cultura. A Territorialização da Racionalidade Ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.</p> <p>LOUREIRO, Carlos Frederico; TORRES, Juliana Rezende (Orgs.). Educação Ambiental - dialogando com Paulo Freire. São Paulo: Cortez, 2014. 184p</p> <p>LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política. São Paulo: Editora Cortez, 2012,129 p.</p> <p>MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro. 19 ed. rev. atual., e ampl. São Paulo: Malheiros. 2011.</p> <p>MILARÉ, É. Direito do ambiente - A gestão ambiental em foco: doutrina, jurisprudência, glossário. 7 ed. rev. atual. e reform. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2011.</p>

	MILARÉ, É.; COSTA JR, P. J. D.; COSTA, F. J. D. Direito penal ambiental. 2 ed. revisada, atualizada e ampliada. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2013. 295. Organização das Nações Unidas BRASIL - ONU/BR. 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Disponível em https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/ PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. Tradução: Renato Carvalheira do Nascimento e Elimar Pinheiro do Nascimento. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
6º semestre	
Controladoria	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Papel da Controladoria na Empresa. Autoridade e responsabilidade da Controladoria como órgão. Instrumentos de Controle Gerencial. Sistemas de informações. Processos de planejamento, controle e políticas. Processo de planejamento empresarial. Processo de controle. Contabilidade por responsabilidade. Centros de lucro e preço de transferência. Conceitos gerenciais de mensuração. Custo de reposição. Valor presente. Custos financeiros de prazos e custos correntes. Modelo de fixação de preços de venda. Modelo mark-up e modelo G. Retorno de investimento e WACC.
Referências	Básicas CATELLI, Armando. Controladoria: Uma abordagem da gestão econômica... 2 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2001. CREPALDI, Silvio Aparecido. Contabilidade Gerencial: Teoria e Prática – 3 ed. Atlas Ltda, 2004. BANKER, Rajiv D.; KAPLAN, Robert S.; YOUNG, S. Mark; ATKINSON, Anthony A.; MOSSELMAN, André Olímpio; CASTRO, Du Chendy. Contabilidade gerencial. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2000. Complementares PITIA, Maria da Graça. Controladoria na gestão. São Paulo Saraiva 2011. NASCIMENTO, Auster Moreira. Controladoria instrumento de apoio ao processo decisório. 2 ed. São Paulo Atlas 2015. WERNKE, Rodney. Análise de custos e preços de venda. São Paulo Saraiva.
Comércio Exterior	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Conceitos básicos do comércio exterior. Câmbio. Aduana. Sisbacen. Siscomex. Tarifa externa comum. Classificação tarifária. Balança comercial. Balanço de pagamento.
Referências	Básica: NASCIMENTO, Natali. Aspectos práticos das relações internacionais no comércio exterior brasileiro. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2013. MAIA, Jayme de Mariz. Economia internacional e comércio exterior. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2003. CARVALHO, Leonardo Arquimimo de. Introdução ao estudo das relações internacionais. Porto Alegre: Editora Síntese, 2003. Complementar: MEIRA, Liziane Angelotti. Tributos sobre o comércio exterior. São Paulo Saraiva 2012 . DI SENA JÚNIOR, Roberto. Comércio internacional e globalização: a cláusula social na OMC. Curitiba: Editora Juruá, 2003. CHEREM, Giselda da Silveira. Organização mundial do comércio: economia, direito, subsídios. Curitiba: Editora Juruá, 2003. VAZQUEZ, José Lopes. Comércio exterior brasileiro. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999. GUIDOLIN, Benedito. Economia e comércio internacional ao alcance de todos. São Paulo: Editora Aduaneiras, 1991.
Contabilidade Aplicada ao Agronegócio	
Carga horária	40 horas – 02 créditos

Ementa	Contabilidade das empresas agrárias e agroindustriais. Diferença entre explorações vegetais e animais. Formação do patrimônio. Determinação dos custos e apuração dos resultados. Elaboração dos planos de contas, escrituração e demonstrações contábeis. Legislação aplicada ao agronegócio.
Referências	<p>Básica: ARAÚJO, Massilon J. Fundamentos de agronegócios. São Paulo: Editora Atlas Ltda., 2003. MATTOS, Zilda Paes de Barros. Contabilidade financeira rural. São Paulo: Editora Atlas Ltda., 1999. CALLADO, Antônio André Cunha. Agronegócio. São Paulo: Editora Atlas Ltda., 2006.</p> <p>Complementar: D'ÁURIA, Francisco. Contabilidade rural. 4 ed. São Paulo: Editora Nacional de Direito, 1956. NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.</p>
Matemática Financeira e Atuarial	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Proporções e porcentagem. Álgebra: expressões, operações, equações e sistemas. Juros e descontos simples. Juros e descontos compostos. Equivalência de capitais. Rendas antecipadas e postergadas.
Referências	<p>Básicas FRANCISCO, Walter de. Matemática financeira. 7 ed. São Paulo: Atlas, 1994. PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2000. VERAS, Lilian Ladeira. Matemática financeira: uso de calculadoras financeiras. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.</p> <p>Complementares ASSAF NETO, Alexandre. Matemática financeira e suas aplicações. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1998. AYRES Júnior, Frank. Matemática financeira. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil Ltda, 1981. D'AMBROSIO, Nicolau; D'AMBROSIO, Ubiratan. Matemática comercial e financeira. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1979. HAZZAN, Samuel, POMPEO, José Nicolau. Matemática financeira. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001. MORAES, Euclides M. de. Matemática financeira. 7 ed. Porto Alegre: Livraria Sulina Editora, 1975.</p>
Elaboração de Projetos	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Definição de projetos. Processo de planejamento. Metodologias de gestão de projetos. Equipes de projetos. Gerenciamento de projetos. Indicadores de desempenho de projetos. Identificação de fontes financeiras. Estudo de viabilidade.
Referências	<p>Básicas BRUCE Andy; LANGDON, Ken; TRANJAN NETO, Gabriel. Como gerenciar projetos. 2.ed. São Paulo: Publifolha, 2001. VALERIANO, Dalton. Moderno gerenciamento de projetos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005. XAVIER, Carlos Magno da Silva. Gerenciamento de projetos: como definir e controlar o escopo do projeto. São Paulo: Editora Saraiva, 2016.</p> <p>Complementares ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos: guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo editorial, 2003. CARVALHO4, Marly Monteiro de; RABECHINI JÚNIOR, Roque. Construindo</p>

	<p>competências para gerenciar projetos: teoria e casos. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2008.</p> <p>HELDMAN, Kim. Gerência de projetos: guia para o exame oficial do PMI. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2009.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Administração de projetos como transformar idéias em resultados. 5 ed. São Paulo Atlas 2014.</p> <p>MEREDITH, Jack R. Administração de projetos uma abordagem gerencial. 4 ed. Rio de Janeiro LTC 2003.</p>
Estágio – Práticas Contábeis II – Contabilidade Trabalhista e Previdenciária	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Rotinas trabalhistas, previdenciárias e fundiárias: da admissão à rescisão do contrato de trabalho. Procedimentos de contabilização da folha de pagamento e acessórios. Atividade curricular de consolidação do desempenho profissional na área trabalhista e previdenciária
Referencias	<p>Básicas</p> <p>CARRION, Valentin. Comentários à consolidação das leis do trabalho: legislação complementar, jurisprudência. 31 ed. atual. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.</p> <p>FERREIRA, Ana Paula. Cálculos trabalhistas: férias, 13º salário, remuneração e salários. São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2011.</p> <p>OLIVEIRA, Aristeu de. CLT para contabilistas: constituição, legislação complementar, jurisprudência. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2008.</p> <p>Complementares</p> <p>FERREIRA, Ana Paula; MACHADO, Mariza Abreu de Oliveira; SANTOS, Milena Sanches Tayano dos. Obrigações trabalhistas e previdenciárias na contratação dos prestadores de serviços. 7.ed. São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2010.</p> <p>SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; CASTELLO BRANCO, Ana Maria Saad. CLT comentada. 48. ed. São Paulo: Ltr Editora Ltda., 2015.</p> <p>ALMEIDA, Amador Paes de. CLT comentada. 9. São Paulo Saraiva 2015.</p>
7º semestre	
Contabilidade Pública I	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Serviços públicos. Administração pública. Conceito e campo de aplicação da contabilidade pública. Gestão e exercício financeiro. Legislação específica. Princípios e proposta orçamentária. Regimes contábeis. Receitas e despesas públicas. Licitação pública. Orçamento público. Escrituração. Encerramento do exercício. Demonstrativos contábeis de gestão. Balanço geral. Sistemas de controle interno e externo. Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Lei de Responsabilidade Fiscal.
Referências	<p>Básicas</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBERIO, Carlos Eduardo. Entendendo a contabilidade orçamentária aplicada ao setor público. Brasília: GP Gestão Pública, 2015.</p> <p>ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 12 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2012.</p> <p>Complementares</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade pública: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Balancos públicos teoria e prática. 3 ed. São Paulo Atlas 2015.</p> <p>GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, A. Cláudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.</p> <p>TIMBO, Maria Z. F. & PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade pública: uma</p>

	abordagem da administração financeira pública. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012. ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. Contabilidade pública : da teoria à prática. Edição atualizada conforme a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2004.
Ética e legislação profissional em Contabilidade	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Código de ética profissional contábil, comportamento ético do contador, entidades contábeis
Referências	Básicas Autor? Ética geral e profissional em contabilidade. 2 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda. 1997. SÁ, Antônio Lopes de. Ética Profissional. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda., 2001. Conselho Federal de Contabilidade. Normas da Profissão Contábil, Brasília. 1993. Complementares GALLO, Silvio; ASSUMPÇÃO, Alexandre J. de. Ética e cidadania : caminhos da filosofia: elemento para ensino da filosofia – 10 ed. São Paulo: M.r. Cormacchia & Cia. Ltda., 2003.
Administração Financeira	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Função da administração financeira. Gestão do capital circulante. Fluxo de recursos. Estrutura financeira de capital. Fontes de financiamento. Custo de capital. Ponto de equilíbrio. Alavancagem operacional e financeira.
Referências	Básicas GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Makron Books, 2002. GROPELLI, A. A. & NIKBAKHT, Ehsan. Administração Financeira. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. SANVICENTE, A. Zoratto. Administração Financeira. São Paulo: Editora Atlas, 1998. Complementares WESTON, J. Fred; BRIGHAN, Eugene F. Fund. da Adm. Financeira. São Paulo: Makron Books, 2000. JOHNSON, Robert. Administração Financeira. São Paulo: Editora Pioneira, 1967. CHING, Hong Yuh. Contabilidade e Finanças. São Paulo: Pearson Education, 2003. HOJI Masakasu. Adm. Financeira e Orçamentária. São Paulo: Editora Saraiva, 2017 ROSS, Stephen A. Princípios de Administração Financeira. São Paulo: Editora Atlas, 2000.
Contabilidade Avançada	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Equivalência patrimonial. Consolidações das demonstrações contábeis. Incorporação. Fusão. Cisão. Liquidação. Partes relacionadas. Reavaliação de bens. Juros sobre o capital próprio. Balanço social.
Referências	Básicas ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Consolidação de demonstrações financeiras : Equivalência patrimonial, conversão de demonstrações financeiras em moedas estrangeira. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1991. NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo E. V. Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras. 7 ed. São Paulo: Frase, 1998. BULGARELLI, Waldirio. Fusões, incorporações e cisões de sociedades. 4 ed. atual. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 1999. Complementares MÜLLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. Contabilidade avançada e internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.

Perícia Contábil e Arbitragem	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Conceitos e finalidades. Perícia judicial e extrajudicial. Planejamento. Honorários. Laudos. Normas de perícia. Peças de perícia contábil. Aplicação da perícia na mediação e arbitragem.
Referências	<p>Básicas ALBERTO, Valder Luiz Palombo. Perícia contábil. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007. HOOG, Wilson Alberto Zappa; PETRENCO, Solange Ap. Prova pericial contábil: aspectos práticos e fundamentais. 3 ed. 2 tir. Curitiba: Juruá, 2004. MAGALHÃES, Antonio de Deus Faria et al. Perícia contábil: uma abordagem teórica, ética, legal, processual e operacional. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>Complementares BRASIL. CLT- Consolidação das Leis do Trabalho e Legislação Complementar. 94 ed. São Paulo: Atlas, 2004. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia. Brasília: CFC, 2003. ZANNA, Remo Dalla. Prática de perícia contábil. São Paulo: Thomson, 2005. ORNELAS, Martinho M. G. Perícia contábil. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2011. SÁ, Antônio Lopes de. Perícia contábil. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p>
Estágio - Práticas Contábeis III – Contabilidade Fiscal e Tributária	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Práticas contábeis, lançamentos de notas fiscais, impostos. Atividade curricular de consolidação do desempenho profissional na área Tributária: prática dos tributos e contribuições.
Referências	<p>Básicas NOGUEIRA, Johnson Barbosa; MELO, José Eduardo Soares de; LIMA, Pêrsio de Oliveira; OLIVEIRA, Ricardo Mariz de; CAMPOS, Roberto Siqueira; BALERA, Wagner; PINTO, Antônio Mário de Abreu. Direito tributário contemporâneo: estudos de especialistas. 8 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2013. FABRETTI, Láudio Camargo. Prática tributária da micro e pequena empresa. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011. RUIZ, Davi Leandro; SOUZA, Rodolfo Tomaz de. Manual prático da nota fiscal eletrônica (NF-e): e os reflexos da escrituração fiscal digital (EFD). São Paulo: Informações Objetivas Iob, 2011.</p> <p>Complementares Regulamento do ICMS. Sítio Oficial: disponível em www.sef.sc.gov.br. Aprovado pelo Decreto 2.870/01 Regulamento IPI. Sítio Oficial: disponível em www.receita.fazenda.gov.br. DECRETO Nº 7.212, DE 15 DE JUNHO DE 2010. Regulamento e Anexos do ICMS/SC. KOENIG ICMS/SC. Regulamento e Anexos do ICMS/SC. PROAGIL Sistemas. Regulamento e Anexos do ICMS/SC. Aprovado pelo Decreto 2.870/01 IOB A Thomson Company. Boletim IOB. Caderno ICMS - IPI e Outros. Prefeitura Municipal de Lages. Código Tributário Consolidado, 2002. GORGES, Almir José. Dicionário do ICMS de A a Z: o seu plantão fiscal. 11 ed. Florianópolis: FADEL, 2010.</p>
8º semestre	
Planejamento Tributário	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Conceito e base legal. A contabilidade como base do planejamento tributário. Estudos e relações entre os tipos tributários: federal, estadual e municipal.
Referências	<p>Básicas HIGUCHI, Hiromi; HIGUCHI, Celso Hiroyuki. Imposto de renda das empresas:</p>

	<p>interpretação e prática. 28 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2013.</p> <p>HARADA, Kiyoshi. Código tributário nacional anotado. 6 ed. São Paulo: Iglu, 2014.</p> <p>FOSSATI, Gustavo. Planejamento tributário e interpretação econômica. Porto Alegre: Livraria do Advogado Ltda, 2006.</p> <p>Complementares</p> <p>BORGES, Humberto Bonavides. Planejamento tributário: IPI, ICMS, ISS e IR. 13 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2013.</p> <p>MALKOWSKI, Almir. Planejamento tributário e a questão da elisão fiscal. Leme: Ed. de Direito, 2000.</p> <p>BORGES, Humberto Bonavides. Curso de legislação tributária para concursos. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2000.</p> <p>PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro. Estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório. 2 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011</p> <p>ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. Auditoria de impostos e contribuições. 3 ed. São Paulo Atlas 2009.</p>
Contabilidade Pública II	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Práticas contábeis na administração pública. Lançamentos contábeis da receita, despesa e créditos adicionais. Lançamentos dos instrumentos de planejamento. Atividade curricular de consolidação do desempenho profissional na área Pública.
Referências	<p>Básicas</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBERIO, Carlos Eduardo. Entendendo a contabilidade orçamentária aplicada ao setor público. Brasília: GP Gestão Pública, 2015.</p> <p>ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 5 ed., São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 12 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2012.</p> <p>Complementares</p> <p>QUINTANA, Alexandre Costa. Contabilidade pública: de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público e a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2011.</p> <p>KOHAMA, Heilio. Balancos públicos teoria e prática. 3 ed. São Paulo Atlas 2015.</p> <p>GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, A. Claudia. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2011.</p> <p>TIMBO, Maria Z. F. & PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira pública. 12 ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>ARAÚJO, Inaldo; ARRUDA, Daniel. Contabilidade pública: da teoria à prática. Edição atualizada conforme a lei de responsabilidade fiscal. São Paulo: Saraiva, 2004.</p>
Normas de Contabilidade Internacional	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Aborda os fundamentos da contabilidade internacional e o processo de harmonização das Normas Internacionais de Contabilidade, a partir das interpretações dos pronunciamentos conceituais e técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Normas Brasileiras de Contabilidade; estuda a adequação ao mercado internacional e as principais práticas em relação às demonstrações contábeis.
Referências	<p>Básicas</p> <p>MÜLLER, Aderbal Nicolas; SCHERER, Luciano Márcio. Contabilidade avançada e internacional. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.</p> <p>NIYAMA, Jorge Katsumi. Contabilidade internacional. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2005.</p> <p>Resolução CFC nº. 1.328/11. Normas Brasileiras de Contabilidade. 2011.</p> <p>Complementar:</p> <p>WEFFORT, Elionor Farah Jreige. O Brasil e a harmonização contábil internacional:</p>

	<p>influências dos sistemas jurídico e educacional, da cultura e do mercado. São Paulo Atlas 2005.</p> <p>HERNANDEZ PEREZ JUNIOR, José. Auditoria de demonstrações contábeis normas e procedimentos. 5 ed. São Paulo Atlas 2011.</p> <p>Normas Internacionais de Contabilidade - IFRS. — Brasília: Conselho Federal de Contabilidade ; São Paulo : Ibracon, 2006 disponível em : http://portalcfc.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2013/01/sumario.pdf</p>
Auditoria Contábil	
Carga horária	80 horas – 04 créditos
Ementa	Origem e desenvolvimento de auditoria. Conceito e âmbito da auditoria. Auditoria interna e externa e suas funções. Organização dos auditores externos e internos. Normas e procedimentos de auditoria. Controles internos. Papéis de trabalho. Demonstrações contábeis a serem auditadas. Planejamento da auditoria. Programas de auditoria para contas do ativo, do passivo e patrimônio líquido, de receitas, custos e despesas. Auditoria das demonstrações contábeis do período. Relatório e parecer do auditor.
Referências	<p>Básicas</p> <p>ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Auditoria: um curso moderno e completo: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>OLIVEIRA, Luis Martins de. DINIZ FILHO, André. Curso básico de auditoria. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>CREPALDI, Silvio Aparecido. Auditoria contábil: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>Complementares</p> <p>ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes; BARRETO, Pedro Humberto Teixeira. Auditoria Contábil: enfoque teórico, normativo e prático. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>ATTIE, William. Auditoria conceitos e aplicações. 6 ed. São Paulo Atlas 2012 1 recurso online ISBN 9788522478606.</p> <p>CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Princípios fundamentais e normas brasileiras de contabilidade de auditoria e perícia. Brasília: CFC, 2003.</p> <p>FRANCO, Hilário; MARRA, Ernesto. Auditoria contábil. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>PINHO, Ruth Carvalho de Santana. Fundamentos de auditoria: auditoria contábil: outras aplicações de auditoria. Pinho, São Paulo: Atlas, 2007.</p>
Orçamento Empresarial	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Importância do orçamento para as organizações. Orçamento e o planejamento estratégico da empresa: conceitos básicos e princípios de planejamento, orçamento e controle. Orçamento e planejamento: níveis e tipos. Objetivos e políticas. Implantação do sistema orçamentário. Controle orçamentário.
Referências	<p>Básicas</p> <p>CORREIA N, Jocildo Figueiredo. Planejamento e controle orçamentário: manual de orçamento empresarial. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.</p> <p>FREZATTI, Fábio. Orçamento empresarial: planejamento e controle gerencial. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2000.</p> <p>SOBANSKI Jaert J. Prática de orçamento empresarial: um exercício programado. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2007.</p> <p>Complementares</p> <p>BROOKSON, Stephen; REYES, Luís. Como elaborar orçamentos. 2 ed. São Paulo: Publifolha, 2001.</p> <p>FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. Administração estratégica da competência empreendedora à avaliação de desempenho. 2 ed. São Paulo Saraiva 2012.</p> <p>GITMAN, Lawrence J.; SALIM, Jean Jacques; DOUAT, João Carlos; A. NETTO, Seixas. Princípios de administração financeira. 12 ed. São Paulo: Harbra, 2010. HOJI, Masakazu. Administração financeira e orçamentária. 12 ed. Rio de Janeiro Atlas 2017.</p>

	OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico : conceitos, metodologia, práticas. 27 ed. São Paulo: Editora Atlas Ltda, 2010.
Estágio - Práticas Contábeis IV - TC	
Carga horária	40 horas – 02 créditos
Ementa	Relatórios desde a constituição de uma empresa até o seu encerramento, lançamentos contábeis, conferências de relatórios, considerando os aspectos contábeis em todas as suas dimensões.
Referências	<p>Básicas DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 11 ed. São Paulo: Cortez, 2005. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. INÁCIO FILHO, Geraldo. A monografia na Universidade. 6 ed. Campinas: Papyrus, 2003.</p> <p>Complementares GONÇALVES, Mônica Lopes; BALDIN, Nelma; ZANOTELLI, Cladir Terezinha; CARELLI, MariluciNeis; FRANCO, Selma Cristina. Fazendo pesquisa: do projeto à comunicação científica. Joinville: Universidade de Joinville, 2004. HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto (Org.). Metodologia de pesquisa. 5 ed. Porto Alegre: Penso, 2013. TEIXEIRA, Zeni Calbusch. Cadernos para apresentação de trabalhos acadêmicos. Lages: UNIPLAC, 2004. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Normas para apresentação de documentos científicos: teses dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. Curitiba: UFPR, 2002.</p>

3.5.2.1 Disciplina Optativa

LIBRAS	
Carga horária	80 horas – 4 créditos
Ementa	Surdez e linguagem. Fundamentos históricos epidemiológicos da língua de sinais. O sinal e seus parâmetros. Comunicação: alfabeto manual. Libras: vocabulário e noções gramaticais.
Referências	<p>Básicas GESSER, Audrei. Libras? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009. LACERDA, Cristina Broglia F. de; SANTOS, Lara Ferreira dos. Tenho um aluno surdo, e agora? Introdução a Libras e a educação de surdos. São Paulo: Universidade de São Carlos. SKLIAR, Carlos. A surdez: um olhar sobre as diferenças. 6 ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.</p> <p>Complementares FERNANDES, Eulalia; FERNANDES, Eulalia. Surdez e bilinguismo. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2011. LACERDA, Cristina B. Feitosa de. Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação, 2015. LODI, Ana Claudia B. Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010. QUADROS, Ronice Müller de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. STROBEL, Karin. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2 ed. rev. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina.</p>

3.6 ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

A Contabilidade é uma das áreas que mais proporciona oportunidades para o profissional. O Estudante que opta por um curso superior de contabilidade terá inúmeras alternativas, tais como:

Contador: como analista das demonstrações contábeis, indispensáveis a todas as empresas, organizações e entidades governamentais e não-governamentais, fornecendo informações básicas aos seus usuários, obrigatória para atender à legislação fiscal e ao direito de empresa. Este profissional poderá atuar nos mais diversos ramos da Contabilidade Geral, com: Contabilidade Financeira, Contabilidade Agrícola, Contabilidade Comercial, Contabilidade Hospitalar, Contabilidade Industrial, Contabilidade Rural, Contabilidade Pública, Contabilidade de Seguros, Contabilidade de Custos, Contabilidade Gerencial, Legislação Fiscal e de Direito de Empresa.

Auditor: profissional que examina, verifica e confirma sem vínculo empregatício com a entidade, que dá exatidão aos procedimentos contábeis. Pode atuar como Auditor Independente, profissional não empregado na empresa em que está realizando o trabalho de auditoria. É um profissional liberal, mesmo estando vinculado a uma empresa de auditoria. Auditor Interno: com vínculo de emprego da entidade que faz procedimento de auditoria.

Analista das demonstrações contábeis: analisa a situação econômico-financeira das organizações empresariais e governamentais através dos relatórios fornecidos pela contabilidade. A análise pode ter os mais diversos fins: como medida de desempenho, concessão de crédito e investimentos, nas organizações empresariais, governamentais e não-governamentais.

Perito contábil: a perícia contábil, na maioria judicial, motivada por questões de controvérsias, é solicitada pela justiça como elemento de prova. O contador fará uma verificação da exatidão dos registros contábeis e em outros aspectos, buscando a verdade, verificação e confirmação dos registros contábeis e extra contábeis, revelando a verdade - daí designação Perito Contábil.

Consultor contábil: não se restringe especificamente à parte contábil e financeira, mas também à consultoria fiscal (Imposto de Renda, IPI, ICMS e outros), onde houve um grande avanço da profissão.

Professor de contabilidade: como professor de segundo ou terceiro graus, não só na

área contábil, como também em cursos de Ciências Econômicas, Administração, Ciência da Computação e Direito.

Pesquisador contábil: como investigador científico na contabilidade para aqueles que optarem pela carreira universitária, e que normalmente se dedicam em período integral à Universidade, há um campo pouco explorado no Brasil, a investigação científica na contabilidade.

Cargos públicos: como Fiscal de Renda, tanto na área federal, como na estadual e municipal (tem havido grande contingente de contadores aprovados).

Cargos administrativos: como assessor, postos de chefia, de gerência e, até mesmo, de diretoria, com relativo sucesso. O contador é um elemento gabaritado para tais cargos, pois, no exercício de sua profissão, entra em contato com todos os setores da empresa. É comum afirmar que o elemento que mais conhece a empresa é o contador. Por fim, ainda encontramos contadores que exercem a função de executivos.

Estas funções poderão ser exercidas tanto em instituições públicas quanto em instituições privadas.

3.7 CONTEÚDOS CURRICULARES

A proposta curricular para o Curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC foi estruturada em regime regular presencial, que prevê um período 04 (quatro) anos para a integralização e cujos conteúdos devem ser trabalhados articulando as diferentes áreas (disciplinas) através de práticas laboratoriais e ações pedagógicas que extrapolem o ambiente tradicional da sala de aula.

Os conteúdos curriculares, segundo as orientações das Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis, Resolução CNE/CES 10, De 16 de dezembro de 2004, são diferenciados em Conteúdos de Formação Básica, Conteúdos de Formação Profissional e Conteúdos de Formação Teórico-Prática. Os conteúdos básicos são aqueles relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística, relacionados tanto à parte comum do curso quanto às diferentes habilitações. Os conteúdos de formação profissional são aqueles atinentes às Teorias da Contabilidade, incluindo as noções das atividades atuariais e de quantificações de

informações financeiras, patrimoniais, governamentais e não-governamentais, de auditorias, perícias, arbitragens e controladoria, com suas aplicações peculiares ao setor público e privado, tendo como referência os objetivos e os perfis comuns e específicos anteriormente definidos e o de Formação Teórico-Prática são atinentes ao Estágio Curricular Supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Dentro dos conteúdos curriculares há a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena estão contemplados na disciplina institucional de Cultura, Diferença e Cidadania, do 2º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas, ofertada na modalidade a distância.

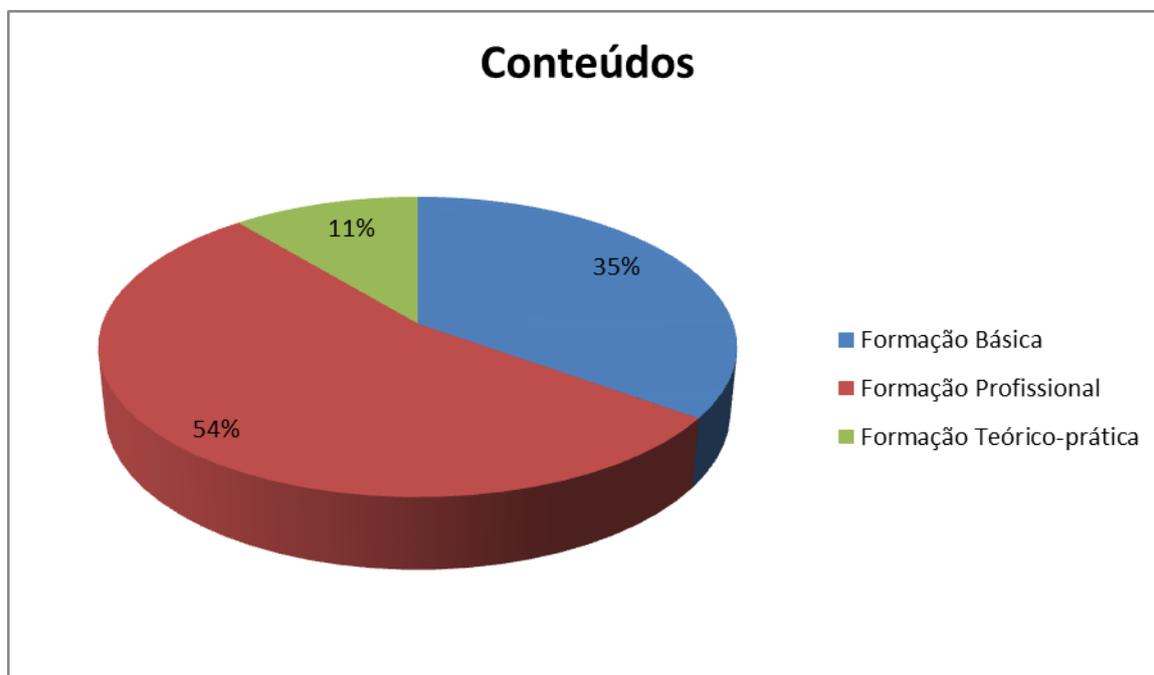
As questões da educação ambiental são abordadas na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, do 5º semestre, com 4 créditos, correspondentes a 80 horas e também ofertada na modalidade a distância, como também na disciplina de Contabilidade Ambiental, correspondente a 40 horas, com 4 créditos, oferecida na modalidade presencial no 2º semestre. Além disso a Uniplac vem desenvolvendo o Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação /PPIEAG, que visa integrar a Educação para inteireza e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

3.7.1 Distribuição das Disciplinas por Conteúdos Curriculares

CONTEÚDOS	DISCIPLINAS	C/H	Disciplinas e %
Formação Básica	- Comportamento Humano nas Organizações	40	17 disciplinas 35,4%
	- Tecnologia da Informação e Comunicação	80	
	- Administração	40	
	- Cultura, Diferença e Cidadania	80	
	- Direito Trabalhista e Previdenciário	80	
	- Língua Portuguesa	80	
	- Direito de empresa	40	
	- Iniciação à Pesquisa Científica	80	
	- Métodos Quantitativos	80	
	- Economia	40	
	- Ambiente, Sustentabilidade e Desenvolvimento	80	
	- Comercio Exterior	40	
	- Matemática Financeira e Atuarial	80	
	- Elaboração de projetos	40	

	- Administração Financeira - Orçamento Empresarial - Legislação Tributária	40 80 80	
Total da Carga Horária do Conteúdo		1080	36%
Formação Profissional	- Contabilidade I	80	26 disciplinas 54,1%
	- Contabilidade Informatizada	80	
	- Contabilidade II	80	
	- Contabilidade Fiscal I	80	
	- Contabilidade Ambiental	40	
	- Contabilidade Imobiliária	40	
	- Contabilidade III	80	
	- Contabilidade Fiscal II	80	
	- Teoria da Contabilidade	40	
	- Contabilidade Societária	40	
	- Contabilidade Empresarial	40	
	- Contabilidade de Custos	80	
	- Contabilidade de Cooperativas	40	
	- Marketing aplicado a contabilidade	40	
	- Contabilidade Tributária	80	
	- Análise de Custos	40	
	- Controladoria	80	
	- Contabilidade Pública I	80	
	- Contabilidade Avançada	80	
	- Ética e legislação profissional em contabilidade	40	
- Perícia Contábil e Arbitragem	40		
- Contabilidade Pública II	40		
- Normas de Contabilidade Internacional	80		
- Auditoria Contábil	40		
- Planejamento Tributário	80		
- Contabilidade aplicada ao agronegócio	40		
Total da Carga Horária do Conteúdo		1560	52%
Formação Teórico-prática	- Estágio - Práticas Contábeis I – Contabilidade Societária e Comercial	40	10,5%
	- Estágio - Práticas Contábeis II – Contabilidade Trabalhista e Previdenciária	80	
	- Estágio - Práticas Contábeis III – Contabilidade Fiscal e Tributária	80	
	- Estágio - Práticas Contábeis IV e Trabalho de Conclusão de Curso (TC)	40	
	- Atividades Complementares	120	
Total da Carga Horária Teórico-prática		360	12%
Carga Horária Total do Curso		3000	100%
LIBRAS		80	

3.7.2 Representação Gráfica do Perfil de Formação



3.7.3 Requisitos Legais

3.7.3.1 Educação Ambiental

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002 e a regulamentação interna através do Conselho Universitário (CONSUNI) (Resolução n. 115, de 1º de novembro de 2013) determinam a inclusão da Educação Ambiental nos cursos de graduação da UNIPLAC.

O projeto do curso de Ciências Contábeis prevê a integração da educação ambiental por meio da disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - 5º semestre - 4 créditos - 80 h e Contabilidade Ambiental – 2º semestre – 2 créditos – 40 h.

A UNIPLAC, através de projeto desenvolvido por professores dos Programas de Mestrado, coordenado pela Pró-Reitoria de Ensino e operacionalizado pelos coordenadores dos cursos de graduação, vem desenvolvendo o **Programa Permanente e Institucional de Educação Ambiental na Graduação/ PPIEAG**, que visa a integrar a Educação para a Inteira e atividades de extensão, no intuito de efetivar a Educação Ambiental nos Cursos de Graduação.

O PPIEAG compreende de uma estratégia transversal de integração de atividades educativas e extensões desenvolvidas pelos professores da graduação / UNIPLAC voltadas à Educação Ambiental. O programa se justifica por fortalecer dois grupos de pesquisa: Grupo de Pesquisa e Estudos em Educação, Saúde e Qualidade de Vida (GEPESVIDA), comprometido com a melhoria da qualidade das produções e o avanço do conhecimento em áreas interdisciplinares de fundamental importância como Saúde e Educação. Esse Grupo envolve 3 linhas de pesquisa que retroalimentam e articulam ideias que se associam à proposta do projeto, como Processos Formativos em Educação e Saúde e Educação Ambiental (coordenado p/ prof^a Marina Patricio de Arruda). O Grupo Estadual de Estudos e Pesquisas em Educação, Saúde e Ambiente: Áreas de Abrangência do Aquífero Guarani (GEPESA), objetiva analisar as relações do ser humano com o ambiente, tendo como espaço mediador a educação ambiental na perspectiva da melhoria da qualidade de vida em áreas de abrangência do Aquífero Guarani (coordenado pela prof^a Lucia Ceccato de Lima). As discussões que fundamentam os grupos acima destacados estão, portanto, em consonância com as diretrizes estabelecidas no Plano de Pesquisa para o período 2012-2018 e atende ao Parecer da Câmara de Ensino, do CONSUNI. Esse Programa apresenta aspectos inéditos por discutir temas inovadores e possibilitar a discussão sobre ambientalização curricular de forma articulada à Educação para a Inteira. De acordo com a gestão da Política Nacional de Educação Ambiental é preciso promover a articulação das ações educativas voltadas as atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental potencializando a função da educação para as mudanças culturais e sociais relacionadas à educação ambiental. Para atender os objetivos, o projeto pretende abordar Ambientalização Universitária, da universidade em Santa Catarina, bem como a ambientalização curricular.

A rede Guarani Serra Geral nasceu do reconhecimento da necessidade de uma gestão eficiente e sustentável dos recursos hídricos, buscando intensificar, atualizar e desenvolver o debate jurídico sobre sua gestão.

Conhecedores da realidade regional e cientes de suas responsabilidades perante a mesma, pesquisadores de universidades e instituições de pesquisa de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná propuseram a formação da REDE GUARANI/SERRA GERAL, com o objetivo de gerar conhecimento para a gestão integrada das águas superficiais e das águas subterrâneas, visando o aproveitamento e a conservação das águas do SAIG/SG.

A REDE GUARANI/SERRA GERAL surgiu, assim, da proposta de reunir

pesquisadores de diversas áreas, pertencentes a instituições e localidades diferentes no Estado de Santa Catarina, num trabalho comum de estudo e ação ambiental na área do SAIG/SG. Durante os primeiros passos para a elaboração do projeto, organizou-se a REDE de pesquisadores, partindo da UNIPLAC, somando-se a UNOESC, UFSC, UDESC, EPAGRI, FUNJAB, FAPESC, FAPEU, UNOCHAPECÓ e FURB. O projeto foi, então, apresentado à Agência Nacional das Águas (ANA), a qual solicitou a ampliação da REDE, incluindo pesquisadores e instituições dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul. A coordenação de REDE dos três Estados ficou sob responsabilidade da ANA, a qual repassou ao CNPq recursos do CTHidro (Fundo Setorial dos Recursos Hídricos) que compõem uma das fontes de recursos financeiros do projeto.

3.7.3.2 Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

Para atender o que dispõe a Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana” (Lei n. 9.394/1996 e Lein. 10.639/2003) a UNIPLAC constituiu a Resolução n. 114, de 1º de novembro de 2013, que determina a inclusão desses conteúdos em todos os Cursos de Graduação.

O projeto do curso de Ciências Contábeis prevê a integração da educação étnico-racial por meio das disciplinas de **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2º semestre - 4 créditos - 80 h.

A UNIPLAC, através do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros (NEAb) tem trabalhado de forma continuada com esta temática, envolvendo vários seguimentos da universidade.

O Núcleo de Estudos Afrobrasileiro “Negro e Educação / Indígena” foi constituído no ano de 2000, aprovado pelo Parecer n. 503, de 09/10/2007, do CONSUNI e, desde então, realiza atividades de ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de investigar a educação e a memória do povo afrodescendente.

3.7.3.3 Direitos Humanos

Para atender o que dispõe o Parecer CNE/CP n. 8, de 06 de março de 2012, que instituiu “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos” (Leis n. 9.131, de 24 de novembro de 1995 e n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UNIPLAC emitiu a Resolução n. 127, de maio de 2014, que determina a abordagem da Educação para Direitos Humanos em todos os cursos de graduação.

O curso de Ciências Contábeis incluiu a temática através da disciplina de **Cultura, Diferença e Cidadania** - 2º semestre - 4 créditos - 80 h, e Comportamento Humano nas Organizações – 1º semestre – 2 créditos – 40h.

3.7.3.4 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A UNIPLAC há bom tempo vem se dedicando às questões relacionadas à inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nessa direção, desde 2012 constituiu a sua Comissão Institucional de Inclusão e Acessibilidade (CIA), pela Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, modificada de tempos em tempos para proceder alterações de componentes, mantendo sempre a mesma linha de finalidades e objetivos.

Entre as finalidades está a de acompanhar e propor medidas à Universidade, que visem a garantir os requisitos de acessibilidade aos acadêmicos com deficiência. Sempre bom lembrar que o trabalho da Comissão tem sido desde sempre voluntário e não remunerado.

Uma dessas medidas, em 29/08/2013 foi a criação do Programa de Acompanhamento Pedagógico ao Aluno da UNIPLAC (PAAP), cuja regulamentação interna foi aprovada em 23/04/2015. Em 29/03/2016, através do Ato Normativo n. 007/16 foram suspensas as atividades do PAAP e na reunião do CONSUNI em 04 de abril de 2016, o CONSUNI aprovou o retorno imediato do Programa.

Em 07 de abril de 2016 o PAAP foi definitivamente aprovado (Resolução n. 213). Ainda em junho deste ano, através da Resolução n. 219, o Programa foi revigorado, para oferecer atendimento aos alunos dos diversos cursos da universidade, visando a oportunizar formação qualificada e adequada às suas necessidades educacionais.

Ainda por influência direta da Comissão de Inclusão e Acessibilidade, a Universidade enfim aprovou a sua Política de Inclusão e Acessibilidade, através da **Resolução CONSUNI**

n. 235, de 11 de agosto de 2016, para dar cumprimento à legislação vigente. É dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida, com **transtornos globais no desenvolvimento** e com altas habilidades ou superdotação (Art. 1º, § 3º). No art. 2º está afixado que “aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, **transtornos globais no desenvolvimento** e altas habilidades ou superdotação, ao ingressarem na Universidade serão ofertados ambiente acessível, apoio e acompanhamento pedagógico e ou recursos multifuncionais necessários à sua permanência com qualidade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Art. 2º, § 1º O apoio pedagógico deverá contemplar ações que promovam o acesso, a permanência e a participação dos estudantes, considerando as necessidades apontadas em sua autodeclaração, registradas no ato de matrícula, ou a qualquer tempo em que estas se manifestarem, enquanto frequentam a Universidade”.

No presente momento, a Universidade não tem alunos autodeclarados como portadores de **Transtorno do Espectro Autista**, mas independentemente de tal situação, a Instituição, para atender à Lei n. 12.764, de 27/12/2012, ao Decreto n. 8.368, de 02/12/2014 e à Nota Técnica n. 24/2013/MEC/DECADI/DPEEN, dispõe de profissionais especializados neste atendimento e ainda desenvolve no seu Curso de Psicologia projeto de Extensão e Grupo de Estudos e Reflexões sobre o Transtorno do Espectro Autista, em que atende às comunidades interna e externa, com o objetivo de desmistificar alguns conceitos e atualizar os conhecimentos científicos e práticos de professores e de todos os profissionais interessados no atendimento com qualidade às pessoas com TEA/TGD.

Entre os profissionais credenciados pela UNIPLAC para este tipo de demanda está a Prof. MSc. Vivian Fátima de Oliveira, docente e Coordenadora do Curso de Psicologia, indicada para representar as Pessoas com Transtornos Globais de Desenvolvimento na CIA (Portaria n. 058, de 05 de maio de 2015).

3.8 METODOLOGIA

Os docentes do curso de Graduação em Ciências Contábeis devem atuar centrados no aluno como sujeito da aprendizagem, sendo o professor um facilitador e mediador do processo ensino-aprendizagem. Neste sentido, o quadro docente deverá buscar a formação integral e adequada do acadêmico através de uma articulação entre o ensino, a pesquisa e a

extensão.

Para efetivação desta articulação, as aulas são desenvolvidas parte em sala de aula e parte em laboratório informatizado, equipado com aplicativos contábeis conforme convênio com empresa de software de contabilidade, a qual contempla os sistemas de contabilidade, patrimônio, fiscal, financeiro, tributário e folha de pagamento permitindo a pesquisa da legislação e a atualização de procedimentos, lançamentos contábeis, emissão de relatórios para análise e tomada de decisão, bem como a interação entre a teoria e a prática.

3.9 ESTÁGIO CURRICULAR

3.9.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio Curricular Obrigatório (ECO) do Curso de Ciências Contábeis está voltado à formação de profissionais capazes de desenvolver competências intelectuais, organizacionais, comunicativas, sociais, comportamentais e políticas a fim de contribuir positivamente para a evolução social, política e econômica da sociedade.

O Regulamento do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Ciências Contábeis foi aprovado pelo Conselho Universitário (CONSUNI) da UNIPLAC mediante Parecer n. 1.162, em 30 de novembro de 2010, cujo objetivo é normatizar as atividades relativas ao estágio e a inserção do estudante no ambiente da prática profissional, qual será desenvolvido em etapas definidas na Estrutura Curricular, em empresas, organizações contábeis ou organizações não-governamentais.

São objetivos específicos do Estágio Curricular Obrigatório:

- I. Desenvolver a prática profissional inerente ao campo de atuação do contador.
- II. Dinamizar e ampliar os conhecimentos do profissional (através dos estudos e pesquisas desenvolvidos) articulando a atividade acadêmica à ciência contábil.
- III. Possibilitar e incentivar o estudante no desenvolvimento de sua capacidade intelectual, habilidades científicas e criativas na área contábil, habilitando-o a desenvolver atividades com competência científica e técnica.
- IV. Compatibilizar a experiência do desenvolvimento do Estágio com a prática contábil.

V. Favorecer o posicionamento crítico e profissional, a partir da compreensão clara do seu papel no contexto sócio-político-econômico.

A Carga horária total do Estágio Curricular Obrigatório é de **240 horas** assim distribuídas:

Disciplina	Áreas	Carga horária
Estágio - Práticas Contábeis I – Contabilidade Societária e Comercial - 5º semestre	Contabilidade Societária e Comercial	40 horas
Estágio - Práticas Contábeis II – Contabilidade Trabalhista e Previdenciária - 6º semestre	Trabalhista e Previdenciária	80 horas
Estágio - Práticas Contábeis III – Contabilidade Fiscal e Tributária - 7º semestre	Fiscal e Tributária	80 horas
Estágio - Práticas Contábeis IV e Trabalho de Conclusão de Curso (TC) – 8º semestre	Contábil/Financeira Trabalho de Conclusão de Curso	40 horas

O Estágio Curricular Obrigatório (ECO) deverá ser feito durante cada semestre letivo que o contemple, desde que comprove o cumprimento dos pré-requisitos previstos na estrutura curricular, sendo elaborado paralelamente com as demais disciplinas que compõem o currículo, e com o acompanhamento de um professor orientador.

O Projeto de intervenção do Estágio consistirá dos seguintes elementos:

- Identificação do projeto
- Objeto
- Objetivos
- Orientação
- Avaliação

Ao final de cada área de intervenção do estágio o estudante deverá elaborar um relatório parcial que será apresentado 10 (dez) dias antes do final do semestre letivo em que estiver matriculado.

Nesse sentido o Estágio Curricular Obrigatório visa a articulação da teoria com a prática e permite refletir, sistematizar e construir os conhecimentos teóricos e instrumentais discutidos durante o Curso, aprofundando os conhecimentos e habilidades nas diferentes áreas, com a possibilidade de interferir no processo de resolução de problemas

organizacionais.

As avaliações serão realizadas observando a política institucional de avaliação do estudante da UNIPLAC (Resolução n. 207, de 20/01/2016).

Na avaliação final, ou seja, na última etapa fará parte a avaliação além de todos os critérios que a área requer, uma apresentação pública articulada ao Trabalho de Conclusão do Curso.

Em 2016, o CONSUNI aprovou o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC, de acordo com a Resolução n. 232, de 08 de agosto de 2016, onde todos os cursos de graduação estão reestruturando seus regulamentos.

3.9.2 Estágio Curricular Obrigatório – Relação entre Teoria e Prática

O estágio curricular supervisionado promove a relação entre a teoria e a prática, contemplando a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da vivência contábil, promovendo a participação do discente em atividades desenvolvimento e planejamento realizados pelos discentes, promovendo ainda simulações de situações vivenciadas pelos profissionais de contabilidade, utilizando softwares próprios para a realização das atividades propostas.

3.9.3 Estágio Curricular Não-obrigatório

O Estágio Curricular Não-obrigatório na UNIPLAC constitui-se em atividade complementar à formação do acadêmico, atendendo ao disposto na Lei n. 9.394/96, na Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, Regimento Geral da UNIPLAC e Resolução n. 231, de 08 de agosto de 2016.

É realizado por livre escolha do aluno, com relação à carga horária semanal/mensal e as atividades a serem desenvolvidas. Os critérios e condições deste Estágio estão definidos no Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta n. 81/2008. “Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa,

modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso. § 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma. § 2º Estágio não obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória”.

No Curso de Ciências Contábeis os alunos poderão realizar estágios curriculares não obrigatórios desde o 1º semestre do Curso.

3.10 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares buscam contemplar atividades importantes para a formação geral e específica do discente, para seu melhor entendimento da profissão contábil e a relação entre prática e teoria.

Atendendo ao art. 8º das Diretrizes Curriculares do Curso de Ciências Contábeis (Resolução CNE/CES 10, de 16 de dezembro de 2004), a estrutura curricular do curso contempla uma parte flexibilizada equivalente a 120 horas, onde os acadêmicos deverão integralizar, durante o curso, comprovando mediante documentação específica, a sua participação em atividades complementares, tais como: seminários, palestras, congressos, convenções, simpósios, semanas acadêmicas, atividades de extensão, disciplinas isoladas e treinamentos. Estes cursos e atividades de extensão devem ser comprovados através de certificados ou certidões emitidas pela UNIPLAC, sindicatos profissionais, federações, entidades de classe, Universidades, faculdades, repartições públicas, organizações oficiais e empresas especializadas em assessoria, consultoria e treinamentos nas áreas contábil, trabalhista, tributária, jurídica, que sejam editoras de livros, revistas, periódicos impressos ou em mídia eletrônica, bem como cursos à distância por teleconferência, em assuntos pertinentes ao conhecimento na formação do contador, cuja aceitação deverá ser requerida ao Coordenador do Curso para deferimento e posterior registro na Secretaria Acadêmica.

O Regulamento das Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis foi aprovado mediante Parecer CONSUNI n. 024, em 10 de março de 2011.

3.11 TRABALHO CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Ciências Contábeis tem como proposta conduzir o acadêmico a elaborar um relatório que envolva toda a vida contábil de uma empresa, desde a sua constituição, passando por todos os tipos de lançamento (compra, venda, transferência, entre outros) até o seu encerramento. Isso engloba questões como o contrato social da empresa, emissão de notas fiscais, balancetes, divisão de lucros, contabilização da depreciação, controle patrimonial, controle financeiro, folha de pagamento, obrigações acessórias e também os registros e medidas necessárias para que a empresa deixe legalmente de existir. Ou seja, o aluno terá condições de ao término de todos os estágios obrigatórios, e na conclusão do TCC, exercitar, aplicar e vivenciar todas as atividades aprendidas no decorrer de seu curso de Graduação.

O TCC deverá ser feito no último semestre, sendo elaborado paralelamente com as demais disciplinas que compõem o currículo, e realizado individualmente com o acompanhamento de um professor orientador.

O TCC poderá ser realizado em qualquer uma das áreas da contabilidade. Os encaminhamentos de elaboração, orientação e apresentação constam do Regulamento do TCC, aprovado pelo colegiado do curso e pelo Parecer n. 1.162, de 30/11/2010, do Conselho Universitário (CONSUNI), onde são detalhados todos os aspectos fundamentais para que o aluno possa executar este trabalho, alcançando os objetivos a que se propõe. É importante, no entanto, destacar que a orientação deverá ser feita por profissional com formação na área em que o TCC será realizado.

Para normatizar as atividades inerentes à produção e elaboração do TCC, o Colegiado de Curso sistematizou seus procedimentos em regulamento próprio, de acordo com as normas internas da UNIPLAC, sendo que são disponibilizados materiais atualizados de apoio à produção dos trabalhos. Os TCCs são disponibilizados em repositórios institucionais próprios acessíveis pela Internet.

3.12 APOIO AOS DISCENTES

O atendimento e o apoio ao aluno são prioridade do curso. Acontece de forma particular, pelo trabalho do Coordenador do Curso, que está sempre à disposição, quando

necessário. Da mesma forma se dá em nível de Colegiado de Curso, sempre mobilizado para incluir os alunos nas discussões e na identificação de necessidades, prioridades e possibilidades, na articulação de soluções e nas tomadas de decisão.

Dentre as atividades gerais abrangidas no nível de atenção do Colegiado do Curso estão às ligadas à participação em atividades pedagógicas, na Universidade e fora dela; à participação em eventos como congressos, simpósios, jornadas e outros e à participação em projetos de pesquisa e extensão. O curso mobiliza seus alunos para a participação maior possível em eventos acadêmicos, considerando que a qualificação profissional está muito além do ambiente da sala de aula e do próprio campus universitário.

O trabalho de apoio ao aluno acontece desde o momento do ingresso na Universidade. No ato de ingresso, são apresentados à estrutura da instituição e a toda gama de serviços disponibilizados, inclusive programas institucionais em desenvolvimento. Também são equacionadas dúvidas relacionadas ou não ao curso, fato que acontece a cada início de semestre, quando a Pró-reitoria de Ensino e toda a estrutura de gestores dos diversos setores de decisão participam de encontros com os alunos.

Para atualizar os alunos, no que tange as questões acadêmicas, o site da UNIPLAC disponibiliza calendários acadêmicos, orientações de como acessar a bolsas de estudo, editais de projetos de pesquisa e extensão, estes últimos com a intenção de inserir o aluno oportunamente em projetos de iniciação científica e à pesquisa.

Há evidentemente todo o apoio do aluno pelos professores do curso. É feito através dos registros acadêmicos, de forma eletrônica, que permite o acesso a qualquer informação em tempo real, de forma ampliada, incluindo desempenhos como diários de classe e desempenho em avaliações.

A instituição como um todo dispõe, ainda, de dois setores fundamentais no atendimento e no apoio ao aluno. São eles a Secretaria Acadêmica, guardiã de todas as informações e documentação sobre a vida funcional do aluno, desde o momento de seu ingresso até o momento de sua saída da Universidade, e o Serviço de Atendimento ao Estudante atualmente é oferecido pelo Apoio Comunitário e tem como objetivo a atenção aos alunos através dos diversos programas de bolsas de estudos que a UNIPLAC disponibiliza.

Como suporte do atendimento ao estudante apresenta-se o corpo técnico administrativo envolvido com a operacionalização dos cursos, de acordo com a necessidade apresentada. Justifica-se que para assessorar os projetos pedagógicos, a Pró-Reitoria de

Ensino, além de toda a estrutura de técnicos para os setores, conta com uma Coordenação de Graduação, com profissionais que dão assistência técnica e pedagógica aos coordenadores de curso e a seus colegiados. E para qualquer encaminhamento pedagógico há o setor específico de Apoio Pedagógico (SEAPE).

Considere-se que a experiência na área da educação superior dos profissionais que atuam nos setores de apoio aos cursos possibilita-lhes uma melhor condição de acompanhamento das propostas pedagógicas dos cursos. Salienta-se que a coordenadora do Curso está cursando mestrado em Ciências Contábeis, o que vem agregar a formação profissional de todos os discentes.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

O quadro abaixo apresenta a relação do corpo técnico administrativo que realiza o acompanhamento ao curso.

Função	Titulação	Carga Horária
PROENS	Mestre	40 horas
Técnico Administrativo - SEAPE	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Especialista	40 horas
Registro Acadêmico Apoio	Graduado	40 horas
Registro de Controle Docente/RH	Graduada	40 horas
Técnico Administrativo – Coord.Graduação	Graduada	40 horas
Coordenação de Curso	Especialista	10horas

3.12.1 Apoio e Acompanhamento Pedagógico

O Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (PAAP) para o aluno da UNIPLAC surge na perspectiva de promover o bem-estar do aluno desta universidade, facilitando a ambiência acadêmica do ponto de vista da aprendizagem e social. Visa ainda desenvolver o protagonismo dos sujeitos estudantes, na construção de sua história na universidade, bem como no mundo do trabalho.

Considerando que atualmente as universidades vem fazendo jus ao seu próprio nome, momento em que o ensino superior realmente se universaliza diante do acesso às camadas menos favorecidas da população, faz-se necessário que se garanta também a permanência desses alunos.

Percebe-se que muitos ingressantes chegam à universidade, após vários anos de conclusão do ensino médio, ou mesmo vindos do ensino médio sem os subsídios necessários especialmente nas disciplinas de Português e Matemática o que gera a necessidade de apoio e acompanhamento.

Em outra frente, o PAAP dá suporte aos coordenadores para organização, comunicação e informações entre docentes e discentes, bem como realizando oficinas de conhecimento geral e específico para os cursos de Graduação.

Dá-se também o ingresso de alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação, aos quais é preciso garantir a acolhida e acompanhamento possibilitando-lhes não somente o acesso, mas, sobretudo, a permanência na IES. Assim os serviços de apoio vem somar à comissão de acessibilidade com o trabalho de Libras e Braille e dentro das especificidades que cada demanda requer.

Dentro desse contexto universitário, poderão emergir em alunos e/ou funcionários, dificuldades em lidar com aspectos emocionais. Para isso, a Universidade vem desenvolvendo a estrutura do acompanhamento psicossocial, que concerne simultaneamente à psicologia individual e a vida social dos sujeitos, com objetivo de privilegiar a qualidade de vida as pessoas que passam por sofrimento psíquico.

Convém ressaltar que nesse acompanhamento, serão abordadas questões focais, não incluindo psicoterapias, com atendimentos contínuos semanais e quinzenais, porém, quando for levantada essa necessidade, serão realizados encaminhamentos para o Serviço-Escola do curso de Psicologia ou para outros segmentos externos que o profissional à frente deste serviço considerar pertinente.

Sabe-se que para ter qualidade pedagógica, é primordial conhecer os modos de representação do saber e dos processos cognitivos, quanto maior for a consciência dos alunos e professores sobre esses processos, maior será a efetividade do ensino e aprendizagem. Desse modo, para intervir e buscar a diversidade de fatores que poderão interferir negativamente para a qualidade do ensinar e aprender, a UNIPLAC vem organizando o acompanhamento psicopedagógico que além de oferecer subsídios para os docentes trabalharem em sala de aula, atuará efetivamente com o aluno no desenvolvimento de seu potencial acadêmico, pessoal e social, essenciais à formação profissional, seguindo os mesmos preceitos do acompanhamento psicossocial.

O PAAP teve origem na Pró-Reitoria de Ensino e na Avaliação Institucional da

UNIPLAC e encontra-se já atuando em algumas frentes, enquanto em outras, está se construindo.

Considerando a relevância desse programa se está investindo em sua ampliação para que se garanta um trabalho de excelência na educação superior em nossa região.

3.12.2 Acessibilidade ao Estudante com Deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação

Para atender as normatizações das Leis n. 10.048/00 e 10.098/00, do Decreto n. 5.296/04 e da Portaria n. 3.284/03, a UNIPLAC dispõe em seu Requerimento de Matrícula, de um campo próprio denominado “Autodeclaração de Necessidades Educacionais Especiais”, em que o aluno declara suas necessidades educacionais especiais, decorrentes de deficiências (motora, visual, auditiva, entre outras) e, acompanhando o instrumento, há a solicitação dos recursos de acessibilidade necessários, que serão disponibilizados conforme legislação vigente.

A Instituição conta também com uma Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA), constituída através da Portaria n. 099, de 22 de outubro de 2012, que vem promovendo discussões e ações, no sentido de melhorar o acesso e a permanência dos alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, transtornos de conduta e altas habilidades/superdotação na UNIPLAC.

3.13 GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

A gestão do Curso de Ciências Contábeis é realizada em conformidade com o PDI da Instituição, buscando sempre a autoavaliação periódica do curso, tanto pelos docentes, discentes e coordenação, sendo transmitido e discutido posteriormente em reuniões do NDE.

O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares. Sendo assim a metodologia de avaliação a aprendizagem segue o que estes instrumentos preconizam e foi normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n. 207, de 20 de janeiro de 2016, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento define a avaliação de aprendizagem como um

“processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”.

No que diz respeito à avaliação, a partir da Resolução n. 207/16, a UNIPLAC estabeleceu uma nova metodologia de avaliação que, segundo o artigo 5º, *"deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluam a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como: I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem; II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente e III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores"*.

Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação do ensino e da aprendizagem será composta de no mínimo 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica e 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.

Assim, o curso de Ciências Contábeis concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;

- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.14 PARTICIPAÇÃO DOS DISCENTES NO ACOMPANHAMENTO E NA AVALIAÇÃO DO PPC

No processo de acompanhamento e avaliação do PPC, em âmbito institucional, a prática de ações permanentes são referendadas em decisões compartilhadas pela comunidade

acadêmica como condição imprescindível à construção de um projeto que se concebe democrático e aberto.

Nesse sentido, o Curso de Ciências Contábeis possibilita a participação dos acadêmicos em todas as instâncias e níveis de decisão, constituindo instrumento essencial para o aprimoramento da capacidade institucional de enfrentar desafios e construir o novo.

Está prevista a participação de representantes discentes nas reuniões de colegiado e reestruturações de PPC e a qualquer momento, por iniciativa dos estudantes, é possível incluir nas pautas das reuniões, itens relativos ao processo de avaliação do curso.

Neste sentido, os professores integrantes do processo formativo encontram-se comprometidos na mobilização dos discentes para a participação em processos de discussão e avaliação.

3.15 PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Em cumprimento a Lei n. 10.861 14 de abril de 2004, Lei que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), o Setor foi Regulamentado pela Resolução n. 239, de 04/10/2016, que regulamenta a Avaliação Institucional no âmbito da Universidade, que tem como objetivo assegurar o processo de Avaliação Institucional da IES, dos cursos de Graduação Presencial e a Distância, de Pós-Graduação “*lato e stricto sensu*”, do desempenho acadêmico de seus estudantes, nos termos do art.9º, VI, VIII e IX da Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996.

Para garantir a autoavaliação da IES, foi constituído no âmbito de instituição, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme art.11, inciso II da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, que tem como atribuição a coordenação dos processos internos de avaliação, sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, obedecidas as diretrizes deste. Entre elas, encontra-se a responsabilidade da CPA fazer a prestação de informações ao INEP/e-MEC e ao Sinaes, respondendo civil, penal e administrativamente por informações falsa, ou distorção de dados a serem fornecidos ao Sinaes, conforme art. 12 da Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004, do CONAES.

Atendendo ao disposto, o Setor de Avaliação Institucional, tendo a coordenação da Comissão Própria de Avaliação como aporte, convoca mensalmente a CPA para analisar e

deliberar sobre os processos desenvolvidos por esse Setor.

A CPA da UNIPLAC está regulamentada pela Resolução do Consuni n. 240 que por sua vez, tem poder consultivo e deliberativo, acompanhando e encaminhando o trabalho desenvolvido pelo Setor de Avaliação apresentando os resultados das Avaliações Internas aos colegiados de curso, seu Núcleo Docente Estruturante – NDE e coordenador, no sentido de contribuir nas ações acadêmicas – administrativas fruto das autoavaliações e também das avaliações externas (quando existem), no âmbito do curso, no intuito de analisar se as tomadas de decisões previstas e implantadas estão sendo produtivas afim de que o perfil profissional do egresso de cada curso se concretize.

Para melhor relacionar-se com a comunidade acadêmica o Setor de Avaliação Institucional pela via da CPA divulga, via página específica no site da IES, apresentando todas as informações necessárias com vistas ao acompanhamento das avaliações e ações provindas destas. Apresenta ainda, banners de divulgação, participa no início de cada semestre das capacitações dos professores e coordenadores, divulgando e sensibilizando a todos sobre a importância da Avaliação Institucional.

Com a parceria da CPA, o Setor de Avaliação institucional desenvolve ainda oficinas para demonstrar o significado do Conceito de Curso (CC); Conceito Preliminar de Curso (CPC); Índice Geral de Curso (IGC); Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e como esses índices podem servir de ferramenta de gestão pedagógica e/ou administrativa. Desenvolve também, um projeto de preparação dos discentes na perspectiva da construção do conhecimento com formato de avaliações operatórias, reportando-se para o modelo utilizado pelo Enade. Assim, prepara e acompanha os docentes e discentes para as avaliações dos processos de ensino aprendizagem, bem como para o ENADE.

Discute e acompanha as ações que estão sendo realizadas em função das autoavaliações semestrais, as quais dão suporte às avaliações externas quando in loco, dando apoio aos colegiados de curso, fazendo com que os resultados das avaliações internas sirvam de ferramenta de gestão, evidenciando e buscando sempre a Excelência do Ensino, da Pesquisa e da Extensão na IES. O projeto original desse Curso foi autorizado pelo **Autorização:** Parecer n. 36/70 do Conselho Federal de Educação e pelo Decreto n.º 69.457/71, do Conselho Federal de Educação.

Seu reconhecimento como Curso Superior se deu através do Decreto n. 69.457/71, também pelo Conselho Federal de Educação (CFE).

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 312, de 23/06/1999 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 031, de 15/06/1999 e Parecer n. 134, de 15/06/1999 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.717, de 10/12/2004 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 058, de 09/11/2004 e Parecer n. 334, de 09/11/2004 do CEE/SC, juntamente com o credenciamento da Universidade.

Readequação da estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis, Parecer CONSEPE n. 317, de 31/05/2007.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 711, de 07/12/2011 do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n.131, de 13/12/2011 e Parecer n. 272, de 13/12/2011 do CEE/SC.

Renovação de Reconhecimento: Decreto n. 2.380, de 28/08/2014, do Governo do Estado de Santa Catarina, Resolução n. 168, de 20/05/2014 e Parecer n. 189, de 20/05/2014, do CEE/SC.

Em 15/06/2018 sob Parecer CONSUNI n. 027 de 15/06/2018 e Resolução n. 356, de 27 de junho de 2018, o Curso de Ciências Contábeis foi reesturado para atender as Resoluções internas do CONSUNI n. 292/2017 e 342/2018.

3.16 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

Segue algumas ações resultantes dos processos de avaliação no âmbito do Curso de Ciências Contábeis:

- Apresentação dos Resultados das Avaliações Internas na Página da CPA e UNIPLAC, *Banners* nos locais mais visíveis da IES, Relatórios enviados a Coordenação e Selo da CPA;
- Divulgação dos Resultados das Avaliações Externas (ENADE), na página da CPA e da UNIPLAC;
- Reuniões com o NDE e o Colegiado docente e discente, para conscientização da necessidade de desenvolver uma cultura de avaliação onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso do curso;
- Oficinas com aulas de Interpretação de Texto, Matemática e Atualidades;
- Diálogo com Corpo Docente e Discente com cruzamento dos dados de interpretações das Avaliações Internas e Avaliações Externas do curso;

- Implementação dos Laboratórios solicitados pela Comunidade Acadêmica via Autoavaliação;
- Uso dos resultados da Avaliação Interna e Externa como Ferramenta de Gestão Pedagógica e Administrativa do Curso;
- Implantação do Projeto de Apoio Pedagógico e Psicopedagógico para os estudantes.

3.17 ATIVIDADES DE TUTORIA

As atividades de tutoria tratam do aspecto logístico de suporte ao aluno, atendendo às demandas didático-pedagógicas das disciplinas em EaD. O mesmo é composto por dois papéis:

- **Professor-tutor:** tem a função de atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular. O tutor compreende o processo de mediação pedagógica junto aos discentes. Do mesmo modo, acompanha os encontros presenciais (quando ocorrem) bem como realiza a interação com os alunos através do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), atuando como facilitador e orientador do processo pedagógico. Além dos encontros presenciais pré-definidos, o professor-tutor encontra-se disponível para o atendimento ao aluno, semanalmente, das 18h00 às 22h00, no setor de EaD da universidade. Para tanto, o professor-tutor possui o domínio do conteúdo, recursos e mídias a serem trabalhados. A devolutiva aos alunos ocorre no prazo máximo de 24hs (em dias úteis), por meio das ferramentas de comunicação do AVA.

O professor-tutor está preparado e capacitado para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas. Ele deve observar o desempenho dos discentes, sanar dúvidas e criar meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor-tutor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Ele estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos. Além disso, deve ter conhecimento do conteúdo trabalhado, oferecer feedbacks constantemente aos alunos, estimular os debates realizados em fóruns, desenvolver a habilidade de cooperação e interação entre os alunos, incentivando a construção do conhecimento de forma coletiva.

Outro ponto importante na atuação do tutor é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os alunos em dificuldades técnico-pedagógicas.

– **Técnico:** esse profissional, que atua como técnico administrativo de nível superior, tem como função participar do acompanhamento docente e discente, oferecendo o suporte técnico necessário na EaD. Sendo assim, acompanha o andamento das atividades dos acadêmicos, auxilia também na promoção das avaliações institucionais internas dos docentes e discentes, além de participar de reuniões semanais entre professores-tutores, designer instrucional e apoio pedagógico. O suporte técnico está disponível para atendimento aos alunos semanalmente das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 22h00, no setor de EaD da universidade.

A equipe pedagógica da EaD e o designer instrucional realizam acompanhamento semanal com os tutores, recebendo e repassando feedbacks, analisando o desempenho dos alunos e da disciplina em relação às ferramentas didáticas utilizadas, bem como ao orientar a realização de melhorias no acompanhamento e atendimento ao aluno, gerando ações retificadoras, quando necessário, e planejando atividades futuras. Além disso, os discentes, participam, semestralmente, do processo de Avaliação Institucional Interna, promovido pela CPA, com resultados encaminhados aos devidos setores para ações de melhoria.

3.18 CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES NECESSÁRIAS ÀS ATIVIDADES DE TUTORIA

A equipe de tutoria é composta por profissionais com formação superior, capacitados para atuar com as tecnologias disponíveis na Instituição, entre eles o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle. Possuem conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para atuar como professor-tutor, alinhados com o PPC. Esta equipe participa semanalmente de reuniões avaliativas com profissionais com formação pedagógica com o objetivo de aperfeiçoamento, além de receberem capacitação sempre que são levantadas demandas. Normalmente, essas demandas são oriundas dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões estratégicas do setor.

3.19 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TICS)

A UNIPLAC propõe um modelo denominado “UNIPLAC em Rede”, para suas disciplinas na modalidade a distância, o mesmo é composto de quatro elementos chaves que buscam garantir a qualidade da oferta destas disciplinas na modalidade EaD. São eles: (a) Sistema Didático; (b) Sistema de Comunicação; (c) Sistema Tutorial e (d) Sistema de Avaliação.



No que tange às disciplinas na modalidade à distância, o sistema de comunicação permite a execução do projeto pedagógico do curso e das disciplinas. O sistema de comunicação é composto por todas as ferramentas tecnológicas que garantem a acessibilidade e promovem a interação entre professor-tutor e aluno, aluno e aluno, aluno e tutor técnico, tutor técnico e professor tutor. Tal processo ocorre através de: (a) Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA); (b) presencialmente; (c) via e-mail e (d) por telefone. A plataforma utilizada pela Uniplac é o Moodle, um sistema de gerenciamento de aprendizagem, gratuito e de código aberto. Esse ambiente possibilita a interação, colaboração e integração da comunidade envolvida através do uso de seus recursos, disponibilizados por meio de ferramentas síncronas e assíncronas.

A universidade disponibiliza, ainda, no setor de EaD, laboratórios e espaços de estudos aos alunos com computadores que promovem a acessibilidade digital, tal como sintetizador de voz, utilizando também os recursos de acessibilidade nativos do Moodle. Além do Moodle, buscando qualificar a comunicação e o trabalho de sua comunidade interna, a Uniplac fez a

parceria com o Google para o projeto de implantação do Google for Education, desde 2017. Esse projeto disponibiliza todas as ferramentas que o Google oferece, mas sob a gestão da Uniplac. Essa iniciativa possibilita o acesso ao e-mail, *Drive*, *Classroom* e outras ferramentas de forma flexível e armazenamento de dados ilimitado. O principal objetivo é prover um ambiente seguro para que o aluno e o professor possam interagir de forma a fomentar a colaboração entre todos através da plataforma Google for Education, compartilhando documentos com todos e interagindo em uma sala de aula virtual, integrados ao Moodle, sempre que necessário.

3.20 AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

Dentro do AVA há mecanismos de interação, que são compostos por ferramentas tecnológicas apropriadas para a apresentação de materiais e recursos a serem utilizados nas aulas. Esses recursos permitem e facilitam a cooperação entre tutores, discentes e docentes. Para possibilitar o estudo via Web, o aluno do curso utiliza a plataforma Moodle, na qual é disponibilizado o material no AVA de cada disciplina, também são apresentados materiais via ferramentas do Google e material impresso (quando necessário). No Moodle o discente pode:

- Acessar o Guia da Disciplina, o material didático, os fóruns e as tarefas;
- Enviar/receber mensagens de outros participantes;
- Verificar sua participação e seu desempenho na disciplina;
- Utilizar o café virtual para trocar ideias com os colegas, tutores, etc;
- Receber as avaliações do seu tutor e, quando for o caso, solicitar revisão de sua nota no fórum específico para isso.

O material disponível para o aluno, nesta disciplina, consiste em aulas veiculadas através de textos originais, videoaulas, textos e propostas de fóruns virtuais assíncronos e de tarefas individuais e em grupo, preparadas com metodologias diferenciadas. Esse material didático é um recurso estratégico que permite desenvolver a reflexão e instigar as aprendizagens significativas e permanentes, facilitando tanto as atividades de ensino quanto as atividades de aprendizagem. As avaliações e revisões para correção ou melhoria destes materiais são realizadas semestralmente ou conforme a necessidade, que normalmente surge dos instrumentos de avaliação ou das próprias reuniões realizadas no setor com a equipe de DI

(designer instrucional) e os professores-tutores.

3.21 MATERIAL DIDÁTICO

Na Universidade é priorizada uma aprendizagem contextualizada, pois vai além do material didático e busca o desenvolvimento do processo global de ensino e aprendizagem do aluno. Esse sistema é apresentado para o apoio pedagógico e orientação ao estudo do aluno, sendo composto pelo manual de orientação do aluno, caderno de estudos (caso necessário), objetos de aprendizagem, atividades on-line e presenciais (quando programadas), bem como todo conteúdo didático previsto no Projeto do Curso. A produção desses materiais deve primar pela linguagem dialógica, isto é, todas as partes do texto a serem apresentadas aos alunos precisam ser articuladas. Para que o material seja desenvolvido pelo professor-autor, são realizadas reuniões com foco em orientação para a elaboração de material didático e cumprimento de prazos.

As disciplinas institucionais da Universidade, oferecidas na modalidade à distância, passam pelo processo de planejamento e criação com o acompanhamento de uma equipe de Design Instrucional (DI). Entende-se material instrucional como tudo o que se refere às ferramentas que dão suporte pedagógico para a EaD, tais como: cadernos de estudos digitais, e-books, videoaulas, infográficos, vídeos, hiperlinks, áudios, manuais de orientação do aluno, atividades on-line e presenciais (quando necessário), plano de ensino, recursos de acessibilidade, dentre outros recursos didáticos previstos no projeto do curso. O sistema didático também prevê a oferta de iniciação do discente a esta modalidade, através de uma capacitação do uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), além do ensino de boas práticas para o aproveitamento de um curso à distância. Além disso, o material instrucional é a mídia-base para o desenvolvimento do conhecimento na área abordada e será elaborado a partir de orientações repassadas pela equipe de Design Instrucional (DI), o qual serve de guia para o professor-autor.

A equipe de DI é composta por um grupo multidisciplinar formado por professores e técnicos e tem como responsabilidade principal dar os encaminhamentos necessários e acompanhar a elaboração dos materiais instrucionais. Na relação de atribuição da equipe consta:

- fazer contato com os professores autores;

- orientar os professores autores em relação à estrutura padrão dos materiais;
- definir prazos de entrega dos materiais e atuar como facilitador para que esses prazos sejam cumpridos;
- acompanhar o desenvolvimento dos materiais, dando as orientações e o suporte necessários aos professores-autores;
- fazer as revisões do material ou encaminhar a revisores externos, se necessário;
- acompanhar as revisões e as ampliações dos materiais;
- solicitar ao gestor do setor de EaD o encaminhamento do contrato de prestação de serviço dos professores-autores à Fundação Uniplac;
- garantir o rigor científico e a escrita dentro das normas cultas da língua portuguesa;
- assegurar que não seja cometido nenhum tipo de apropriação indevida de conteúdos (plágios);
- mediar a interação do professor-tutor com o material instrucional.

O professor-autor é o responsável pelo desenvolvimento do material instrucional do curso e será contratado mediante demanda de trabalho. Esse profissional deve conhecer as possibilidades e ferramentas do ambiente, pois deverá interagir com a equipe de DI para entender a potencialidade dos recursos a serem utilizados e elaborar o desenho da disciplina de forma a contemplar todas as potencialidades. Portanto, é de sua responsabilidade:

- produzir os conteúdos e atuar na estruturação dos objetos de aprendizagem;
- elaborar os mapas de atividade e o plano de ensino, baseados nas ementas das disciplinas;
- propor as atividades avaliativas online e oferecer diretrizes para as correções das mesmas através de rubrica de avaliação.

3.22 SISTEMA DE AVALIAÇÃO (EAD)

Parte-se do pressuposto de que a Avaliação na EaD deve se caracterizar como um processo contínuo e formativo, em que o Professor-Tutor possa, através dos diferentes recursos de comunicação, acompanhar a aprendizagem do estudante, considerando que um dos principais objetos da EaD é o desenvolvimento de sujeitos autônomos. No processo da

avaliação da Educação a Distância, é importante o Professor-Tutor considerar o que pontua Kenski, sobre esta etapa pedagógica.

A educação “presencial” é determinada pela as de aula e todos os recursos físicos, humanos e tecnológicos restritos à área física em que ela se situa. A EaD, ao contrário, se apresenta em um não-lugar, um espaço virtual indeterminado. [...] Ao vivenciarmos a EaD, descobrimos que se trata de uma nova cultura (Kenski, 2010, p. 59).

Para tanto, considera-se a avaliação formativa como possibilidade de aprendizagem para o aluno e para o Professor-Tutor, cria condições para o acompanhamento desta aprendizagem. As avaliações de aprendizagem seguem o disposto no §2º, do art. 4º, do Decreto n.5622/2005, sendo que as avaliações presenciais prevalecem sobre as avaliações on-line. A avaliação para os cursos EaD, segue o regulamento institucional dado pela Resolução n. 131, de 08 de julho de 2014, aprovada pelo Conselho Universitário, que afirma:

“Art.5º A Avaliação da Aprendizagem deve ser entendida como um conjunto de conceitos e práticas que incluem a verificação da apropriação de conhecimentos, do desenvolvimento de habilidades e atitudes, que são compreendidos como:

I – Conhecimentos: são saberes acumulados dentro e fora de processos de ensino-aprendizagem.

II – Habilidades: são capacidades de utilizar os conhecimentos produtivamente.

III – Atitudes: são vontades concretizadas em atos, de transformar qualitativamente a realidade com base em sentimentos e valores.

§1º. Para efeito operacional desta resolução, a verificação de conhecimentos, habilidades e atitudes, deverá ser registrada de forma parcial e final através de conceito numérico.

§2º. Para que o processo avaliativo atinja a plenitude de suas finalidades, deve ser contínuo, cumulativo e somatório, com prevalência da verificação de aspectos qualitativos, mais do que quantitativos, de caráter integrativo e numa perspectiva operatória.”

[...]

“Art.9º A avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação da UNIPLAC será realizada, ao longo do semestre, sendo obrigatória, no mínimo:

I – 02 (duas) avaliações, na forma de provas escritas, orais ou práticas, trabalhos escritos, relatório de trabalhos de campo, seminários ou outras formas, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa,

projeto ou atividade pedagógica.

II – 01 (uma) avaliação integrativa, interdisciplinar, na perspectiva operatória e individual.”

Desta forma, as avaliações, tanto online quanto presenciais, são realizadas na perspectiva operatória e individual.

Sobre as avaliações on-line, tratam-se de atividades de apropriação do conteúdo. Essa atividade deve estar inserida no Ambiente Virtual de Aprendizagem. Essas atividades devem possuir uma data pré-estabelecida para conclusão, sendo que o sistema fecha, automaticamente, após este período. Os prazos para a realização das atividades serão definidos conforme cronograma da disciplina, que é disponibilizada no AVA de cada disciplina. As atividades on-line serão desenvolvidas a partir do início das atividades da disciplina, e a Avaliação Presencial ocorrerá ao final de cada semestre. Essa avaliação deve prevalecer sobre quaisquer outras formas de avaliação, conforme preconiza o Decreto n. 5.622, de 19 de Dezembro de 2005, que regulamenta o art. 80 da Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

Por ser este um processo cumulativo, o aluno que não atingir a nota mínima conforme os regimentos institucionais, estará reprovado, devendo matricular-se e cursar novamente a disciplina. O PPC é construído a partir das diretrizes curriculares, sendo assim a metodologia de avaliação de aprendizagem, segue o que estes instrumentos preconizam e foram normatizada a partir da entrada em vigor da Resolução n.131, de 08 de Julho de 2014, que regulamenta o artigo 123 do Regimento Geral da Universidade, aprovado em Setembro de 2012.

O Artigo 122 do referido Regulamento, define a avaliação de aprendizagem como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”. Para atingir os objetivos propostos pela referida resolução, a avaliação de ensino e da aprendizagem será composta por no mínimo 02 (duas) avaliações, sendo 01 presencial, na forma de prova escrita, e outra on-line, dependendo da natureza da disciplina, módulo, unidade de aprendizagem, unidade educacional, programa, projeto ou atividade pedagógica. Assim, o curso:

– Concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória, na qual são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;

- Utiliza várias estratégias de avaliação, possibilitando que sejam avaliados, em várias oportunidades diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- Informa, nos instrumentos utilizados para avaliação, quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- Desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.23 RECURSOS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (AUDIOVISUAIS E MULTIMÍDIA)

A Uniplac possui uma considerável estrutura física, abrangendo todos os laboratórios estruturados à oferta de cursos superiores. A IES possui o Setor de Meios e o Núcleo de Informática, que fornecem o suporte à utilização dos recursos das tecnologias digitais. Atualmente a Uniplac conta com mais de 500 computadores com acesso à Internet, recurso este que aumenta consideravelmente com os 3.600 acadêmicos, acessando através de seus aparelhos particulares de diversas formas, tais como: notebooks, smartphones, tablets. Especificamente, o setor de EaD possui 01 (um) servidor dedicado à Plataforma Moodle, utilizada como Ambiente Virtual de Aprendizagem.

As salas de aula utilizadas diretamente para a EaD, contam com recursos multimídia fixos, bem como acesso à Internet. Além do laboratório de informática, exclusivo para os alunos desta modalidade. O laboratório está disponível aos acadêmicos de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13h30min às 22h. O laboratório conta atualmente com 18 notebooks e 02 PCs, com multimídia e acesso à Internet, também com perspectiva de ampliação dos equipamentos, conforme a necessidade. A IES possui mais 08 (oito) laboratórios de informática, também disponíveis para as atividades dos cursos, todos com infraestrutura de hardware e software atualizada. Já no que se refere à área administrativa, existe a disponibilidade de computador com multimídia e acesso à Internet individuais para técnicos administrativos, equipe de tutoria e designer instrucional, bem como infraestrutura para gravação e edição de videoaulas. Os acadêmicos também possuem, a sua disposição, o Portal Acadêmico, no qual estão disponíveis os serviços pedagógicos, acesso às notas, históricos, solicitações de protocolos, entre outros.

3.24 ENCONTROS PRESENCIAIS

As disciplinas institucionais na modalidade EaD são desenvolvidas com 01 (um) encontro presencial, que será a avaliação presencial, com direito a recuperação. Neste intervalo de tempo, entre o início da disciplina e a avaliação, as atividades serão desenvolvidas online, no AVA. Caso o aluno não consiga sanar suas dúvidas, através das mídias, poderá comparecer presencialmente ao setor de EaD, pois os tutores estão disponíveis para atendimento presencial, de segunda a sexta das 18h às 22h.

No início de cada semestre, os calouros recebem uma capacitação, na qual são apresentadas as disciplinas que serão disponibilizadas na modalidade EaD. Nesta capacitação, os acadêmicos são instruídos e treinados para efetuarem seus acessos, através de senha particular, capacitados à desenvolverem todas as atividades apresentadas no AVA. Cada pessoa possui seu tempo próprio, para assimilar os novos conhecimentos e recursos disponibilizados, caso o acadêmico não tenha suas dúvidas esclarecidas nestas capacitações, ou não possa comparecer, o setor de EaD possui tutores técnicos e pedagógicos que auxiliam nas dificuldades. O setor de EaD possui seu expediente de segunda a sexta das 08h às 12h e das 13h30min às 22h.

3.25 PROCEDIMENTOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Os procedimentos de avaliação previstos/implantados utilizados nos processos de Ensino e Aprendizagem estão coerentes com a concepção do PPC, permitindo a autonomia do discente.

O processo de avaliação da aprendizagem está normatizado no Regimento Geral da Universidade, aprovado em setembro de 2012, artigo 122, como um “processo contínuo e cumulativo do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos” e também de acordo com a Resolução CONSUNI n. 207, de 20 de janeiro de 2016. Portanto, as relações entre avaliação de processos de aprendizagem e concepção de

avaliação definida no PPC estão em consonância com a concepção de avaliação de aprendizagem definida no Regimento Geral.

A avaliação do processo ensino aprendizagem considera aspectos de conhecimentos, habilidades e atitudes, expressos em conceitos numéricos previstos no Regimento Geral da Universidade.

Assim, o curso:

- concebe a avaliação como função reguladora, diagnóstica, formativa e promotora da melhoria contínua, no âmbito do ensino e da aprendizagem, desenvolve avaliações na perspectiva operatória onde são avaliados os conhecimentos, as habilidades e as atitudes;
- utiliza várias estratégias de avaliação possibilitando os alunos de serem avaliados, em várias oportunidades e com diferentes técnicas, estratégias e instrumentos;
- informa nos instrumentos utilizados para avaliação quais os conhecimentos, habilidades e atitudes que serão foco da avaliação;
- desenvolve avaliações escritas que são realizadas por semestre, com direito a recuperação.

3.26 NÚMERO DE VAGAS

O Curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC tem o compromisso de atender, com profissionais qualificados nesta área do conhecimento, a região composta pelos municípios de Abdon Batista, Anita Garibaldi, Bocaína do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Capão Alto, Celso Ramos, Cerro Negro, Correia Pinto, Lages, Otacílio Costa, Paineira, Palmeira, Ponte Alta, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema, uma vez que esta é considerada uma região altamente produtiva, em qualquer setor da atividade econômica, seja ele, primário, secundário ou terciário, o que justifica a necessidade de profissionais com boa formação contábil nas empresas, que possam contribuir para melhoria da gestão e profissionalização do controle contábil.

Conforme dados de 2017, da Delegacia do CRC-SC em Lages que temos em torno de 250 profissionais em atividade e 190 Empresas Contábeis em atividade na nossa Região.

Porém ainda existe, ainda, um número significativo de contadores não habilitados ou apenas

com formação no ensino médio de Técnico em Contabilidade, trabalhando nas empresas da Região. Atenta a esta realidade, a UNIPLAC, com o propósito de promover a relação entre a qualidade de formação do profissional e o desenvolvimento da região, busca adequar-se ao novo momento, que subsidiem a formação de profissionais cada vez mais qualificados para atender a demanda que a sociedade está a apresentar.

Por fim, ressalte-se que, no mercado globalizado, as regras contábeis tendem a falar uma mesma língua, tendem à unificação dos princípios, pois é somente através da Contabilidade que são exercidos os controles da riqueza universal, motivo que requer dos profissionais desta área, cada vez mais qualificação e aprimoramento.

Tendo em vista essa necessidade o curso disponibiliza 80 vagas anuais para os ingressantes.

4 CORPO DOCENTE

4.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi institucionalizado na UNIPLAC através da Resolução 088/2010 de 24 de setembro de 2010, atendendo a Resolução da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) n. 01, de 17/06/2010.

Com a composição do colegiado, previsto no artigo 95 do Regimento Geral da Universidade, o curso constituiu seu Núcleo Docente Estruturante, o qual terá atuação direta nas tomadas de decisões do curso.

No curso de Ciências Contábeis, o NDE foi constituído através da Portaria n. 096 de 16/05/2011, o qual vem realizando estudos e atualizações periódicas do curso, considerando a DCN para o Curso de Ciências Contábeis Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004 e as demandas do mercado de trabalho, e analisando e verificando a adequação do perfil do egresso.

Atualmente o NDE do curso de Ciências Contábeis foi reconstituído pela Portaria n. 033, de 13/04/2018 e está constituído pelos seguintes docentes:

Professor	Titulação	Portaria de Nomeação
Justine Maria Arruda de Souza Neto - Presidente	Especialista	Portaria 033, de 13/04/2018
Daniel Rengel Ramos	Mestre	Portaria 033, de 13/04/2018
Munir Saleh	Mestre	Portaria 033, de 13/04/2018
Paulo Roberto Elias	Mestre	Portaria 033, de 13/04/2018
Sueli Feldhaus	Mestre	Portaria 033, de 13/04/2018

O NDE reúne-se, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, no início da cada semestre letivo e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros. As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes e após cada reunião lavra-se a ata. Os casos omissos são resolvidos pelo próprio NDE ou pelo Colegiado de Curso, de acordo com a competência dos mesmos.

4.2 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

O setor de EaD da Uniplac conta com uma equipe multidisciplinar que compõem sua

equipe de Design Instrucional (DI) responsável por todas as etapas de produção, revisão e disponibilização dos materiais didáticos. Esta equipe é formada pelos seguintes profissionais: (1) Carlos Eduardo Canani (Revisor), graduado em Letras e mestre em Educação, com experiência em EaD e produção de materiais didáticos desde 2014; (2) Cristiane Marin Wolff (acompanhamento pedagógico), graduada em pedagogia com especialização em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino Superior; (3) Sabrina Manfroi (Designer Instrucional), graduada em engenharia da produção e especialista em Gestão de Pessoas e MBA em gestão empresarial; (4) Luis Ricardo Stocker (técnico audiovisual), graduação em andamento em sistemas de informação, experiência profissional de mais de 20 anos na área de produção audiovisual. O setor de DI, possui planejamento e controle de desenvolvimento de materiais, um plano de ação documentado e implementado através de diferentes ferramentas de gestão.

4.3 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

A atuação do coordenador atende à demanda existente e está de acordo com o PPC e o PDI, considerando a gestão do curso e a relação com os docentes e discentes.

De acordo com legislação e seguindo orientação dos instrumentos de avaliação de cursos do INEP/CEE, o coordenador do curso deverá ser da área profissionalizante de conhecimento do curso.

Deverá, ainda, possuir experiência profissional na área do conhecimento e no magistério superior e ser capacitado para a gestão acadêmica.

A atuação da coordenação do curso é regida pelos Artigos 43, 44, 45 e 46 do Regimento Geral da UNIPLAC. Regimentalmente a coordenação do curso de Graduação é o órgão administrativo para assuntos didático, pedagógicos, disciplinares de cada curso, articulado à Coordenação de Graduação.

O trabalho do coordenador é avaliado semestralmente, quando os alunos e corpo docente avaliam por meio da avaliação institucional, disponíveis na página da Uniplac. A coordenação de curso também administra a integração multidisciplinar existente, administrando conflitos e adequando as necessidades encontradas, proporcionando e almejando a melhoria contínua.

A Coordenadora do Curso possui graduação em Ciências Contábeis, especialização em Contabilidade Pública e Controladoria e atualmente cursa MBA em Gestão Estratégica Corporativa e mestrado em Ciências Contábeis. Possui 10 anos de experiência na área contábil e 06 anos na docência.

4.4 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DE CURSO

O regime de trabalho do coordenador é de tempo parcial, sendo que 10 horas são dedicadas à coordenação do curso. Considerando o número de alunos matriculados, essas horas são adequadas para a gestão do curso. O curso possui representatividade nos colegiados superiores. O planejamento de trabalho é pautado nas necessidades de melhorias e na qualidade do curso, conforme registros em Atas de reuniões de colegiado e do Núcleo Docente Estruturante, sendo sua gestão continuamente avaliada pelo processo de avaliação institucional permanente.

A coordenadora do Curso é também responsável por algumas disciplinas e supervisão de estágio e TCC a qual somadas com as horas de coordenação contempla 40 horas de atividades na IES.

4.5 CORPO DOCENTE: TITULAÇÃO

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis da UNIPLAC atualmente é constituído por profissionais altamente qualificados, na sua maioria composta por professores com formação *stricto sensu*, mestres e doutores. Além disso, o Curso de tem a preocupação com a qualidade pretendida, bem como a garantia maior de qualificação do egresso.

O colegiado do curso ainda é responsável por analisar as demandas das disciplinas quanto ao seu conteúdo, bem como fomentar as discussões e trazer temas atualizados para a temática em sala de aula, proporcionando ao aluno uma atualização e o contato com temas atualizados, incentivando ao aluno a pesquisa e em algumas disciplinas como TC, a publicação dos trabalhos.

4.6 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O regime de trabalho dos professores é diversificado. Está em fase de reestudos a reelaboração do plano de cargos e salários da Universidade, com proposta de contratação por carga horária em regime parcial e integral, além do regime horista para integralizar as substituições, quando necessário.

O regime de trabalho do corpo docente permite o atendimento integral da demanda existente, considerando a dedicação à docência, o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem. Todas as atividades dos professores são registradas nos diferentes sistemas da IES, de acordo com a modalidade da atividade (ensino, pesquisa e extensão). Ao final de cada atividade são aplicados instrumentos de avaliação para a aferição da qualidade da atividade, bem como evidenciar indicadores para o planejamento e gestão para melhoria contínua do curso.

4.7 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO DOCENTE

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis possui experiência profissional no mundo do trabalho, que permite apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional, atualizar-se com relação à interação conteúdo e prática, promover compreensão da aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisar as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

4.8 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA SUPERIOR

O corpo docente do curso de Ciências Contábeis possui longa experiência na docência superior para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período, exerce liderança e é reconhecido pela sua produção.

4.9 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Há uma representatividade significativa de profissionais especialistas, mestres e doutores que já atuaram e atuam no ensino superior em outros cursos da mesma área do conhecimento e com experiência profissional. A UNIPLAC, através de seu PDI (2010-2018), prevê em seu programa de apoio à gestão a formação continuada dos docentes com o objetivo de buscar aprimoramento e qualificação na atuação dos mesmos, o qual acontece anualmente em fevereiro e julho, antes dos períodos letivos regulares. Promovido pela Pró-Reitoria de Ensino, Coordenação de Graduação e Setor de Projetos e Apoio Pedagógico – ProAPe. Além disso, são incentivadas as capacitações conforme necessidade dos colegiados de cursos. Os docentes também recebem uma capacitação docente para a EaD desde 2013, a qual treina esses docentes quanto a utilização das ferramentas do Moodle, de forma a otimizar o acompanhamento pedagógico do discente.

O professor está preparado e capacitado para atender todo o processo durante o andamento das disciplinas, observando o desempenho dos discentes, sanando dúvidas e criando meios que facilitem o acesso à informação pelo acadêmico. O professor atua como orientador e facilitador do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos alunos. Estimula a autonomia dos discentes nos estudos, atua como mediador e realiza avaliações constantes da participação e aproveitamento dos alunos.

4.10 EXPERIÊNCIA NO EXERCÍCIO DA TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Da mesma forma que a formação e capacitação docente é incentivada através do Plano de Gestão da UNIPLAC, a formação dos tutores também é uma prática recorrente. Estas capacitações acontecem semestralmente através de projetos de extensão, sendo que sua prática se dá desde 2013. Atualmente já foram oferecidas 5 turmas de formação de tutores. Estes cursos são oferecidos na modalidade a distância, visando inserir os tutores no cenário de sua prática.

As capacitações tem como objetivo oportunizar aos docentes do Ensino Superior da UNIPLAC práticas e reflexões sobre as possibilidades teórico-metodológicas de cursos e/ou disciplinas na modalidade de Educação a Distância. Sendo que através desta formação o tutor

busca:

- Compreender a construção histórica dos processos de Educação a Distância;
- Dimensionar espaço, tempo e ferramentas do processo ensino e aprendizagem para (re)elaborar o conhecimento historicamente produzido, através de uma aprendizagem flexível e independente;
- Praticar uso de diferentes mídias aplicáveis no processo de ensino e de aprendizagem na modalidade de educação presencial e a distância;
- Conhecer os diferentes papéis dos sujeitos envolvidos nessa modalidade de educação e a sua relevância no processo;
- Vivenciar a experiência de construir material didático para a modalidade de EaD;
- Refletir sobre as práticas educacionais na modalidade de Educação a Distância.

4.11 ATUAÇÃO DO COLEGIADO DE CURSO OU EQUIVALENTE

O Curso de Ciências Contábeis possui colegiado próprio, que possui função consultiva e deliberativa nas questões didático-pedagógicas, no âmbito dos cursos, vinculado às Pró-Reitorias e que congrega os docentes que se encontram em atividade no semestre/ano letivo, conforme estabelece o artigo 95 do Regimento Geral da UNIPLAC.

O colegiado do curso de Ciências Contábeis é composto por especialistas, mestres e doutores que contribuem para a excelência do curso pelo seu empenho e dedicação. A frequência nas reuniões que são realizadas de forma ordinária, conforme calendário acadêmico, duas vezes por semestre e extraordinariamente, sempre que solicitado, ajudam na tomada de decisões e união do grupo.

Compõem, ainda, o colegiado de curso os docentes integrantes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), os responsáveis por disciplina e que não estão em exercício, no referido semestre/ano letivo, pelo fato dos mesmos não estarem sendo oferecidas, como também pelo afastamento para exercício de função administrativa na UNIPLAC.

4.12 TITULAÇÃO E FORMAÇÃO DO CORPO DE TUTORES DO CURSO

As disciplinas institucionais, aprovadas pela resolução n. 292, de 27/11/2017,

conforme os processos de indicação docentes, são trabalhadas por tutores com graduação superior em áreas afins aos cursos a serem tutorados, possuem formação em pós-graduação *stricto sensu* e com comprovada experiência em educação à distância.

4.13 EXPERIÊNCIA DO CORPO DE TUTORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

As disciplinas são trabalhadas por tutores que possuem comprovada experiência em educação à distância, o que permite identificar o tempo de resposta de aprendizagem dos discentes de forma rápida. Os tutores e a equipe de DI estão constantemente analisando o que pode ser melhorado na abordagem e apresentação de exemplos que tornem o conteúdo mais prático e atrativo ao aluno, permitindo assim, expor o conteúdo de maneira adequada à turma.

A equipe de tutores está capacitada para atender todo o processo de tutoria durante o andamento das disciplinas, criando meios que facilitem o acesso à informação pelo discente. Os tutores atuam como orientadores e facilitadores do conteúdo, desenvolvendo e potencializando as habilidades dos discentes. Além disso, possuem conhecimento do conteúdo trabalhado, realizam feedbacks constantes aos alunos, estimulam debates realizados em fóruns, desenvolvem a habilidade de cooperação e interação entre os alunos. Outro ponto importante na atuação dos tutores é o conhecimento e a fluência nos recursos pedagógicos para auxiliar os discentes em dificuldades técnico-pedagógicas.

4.14 INTERAÇÃO ENTRE TUTORES, DOCENTES E COORDENADORES DE CURSO A DISTÂNCIA

O setor de EaD, promove reuniões periódicas para o atendimento pedagógico entre equipe multidisciplinar, coordenação de EaD e professores tutores. Além disso, existe a prática de reuniões semanais entre os tutores e a equipe de DI com o objetivo de identificar eventuais problemas e realizar os devidos encaminhamentos. Por meio das reuniões são geradas ações corretivas ou de melhorias e essas ações são registradas no plano de ação do setor de EaD.

4.15 PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA.

As produções científica, cultural, artística ou tecnológica dos professores do colegiado do curso podem ser comprovadas no relatório gerado pelo setor de Recursos Humanos ou no quadro em anexo.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

A Instituição apresenta uma infraestrutura que contempla espaços de trabalho de excelência para todos os professores em tempo integral, com acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Além destes espaços, em cada bloco, há amplas salas de professores, ventiladas e bem iluminadas, sendo que numa das salas, localizada no bloco I, há 6 computadores com a acesso à Internet e com espaços reservados para os professores. Existem também as salas de apoio e coordenações setoriais, equipadas com computadores, telefone, escrivaninhas e outros equipamentos necessários. Outro espaço apropriado aos estudos dos professores é a biblioteca onde há cabines que podem ser usadas pelos professores. Todos esses espaços de trabalho viabilizam o planejamento e a concretização das ações acadêmicas administrativas e didático-pedagógico, atendendo as demandas institucionais. Os espaços para os professores de tempo integral, garantem privacidade para uso dos recursos, atendimento aos alunos e orientações, bem como a guarda de material e equipamentos pessoais, com segurança.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA O COORDENADOR

A sala de coordenação de curso é ampla e estruturada com equipamentos de multimídia e comunicação e com uma secretaria de apoio para assuntos administrativos, para atender as necessidades dos discentes e docentes. As coordenações têm à sua disposição toda uma equipe administrativa para assuntos técnicos e pedagógicos que pode ser acionada quando necessário, como Secretaria Acadêmica, Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE), Protocolo, Recursos Humanos, Coordenação de Graduação, Núcleo de Informática (NIU), Serviço de Atendimento ao Estudante (SAE).

O curso de Ciências Contábeis da Uniplac tem seus espaços para reuniões com professores, que tanto podem ser em conjunto, quanto em caráter individual, para atendimento de alunos e/ou de professores, supervisão de estágios, e TCC. As reuniões mais gerais acontecem nas salas de aula ou nos auditórios.

5.3 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

As salas coletivas de professores, estão localizadas em diferentes blocos (prédios), são salas que possuem espaço físico adequado, com ventilação, iluminação, mobiliário e equipamentos para propiciar o trabalho docente. As salas possuem recursos de Tecnologias da Informação e Comunicação apropriados (computadores com acesso à Internet) para o quantitativo de docentes e dispõe de apoio técnico-administrativo próprio e espaço para a guarda de equipamentos e materiais (há em cada bloco, armários individualizados, com chaves, para cada professor guardar seus materiais e objetos pessoais).

5.4 SALAS DE AULA

As salas de aula da UNIPLAC foram construídas segundo o padrão definido pela legislação. Estão equipadas com material de acordo com a necessidade de cada curso. As salas para desenvolvimento das disciplinas teóricas estão dentro do padrão estabelecido pela engenharia. Contam com equipamento de multimídia, com agendamento de equipamento de menor porte em todas as salas, como retroprojetor e telas para projeção. Os demais espaços pedagógicos utilizados para a realização das aulas apresentam condições favoráveis ao seu desenvolvimento.

Além disso, o Curso poderá se utilizar de espaços como Auditório para reuniões científicas e defesas de trabalhos de Curso. Estes espaços dispõem de multimídia instalada, cadeiras estofadas, microfones e som ambiente.

5.5 ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

A UNIPLAC conta com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. A rede está conectada à Internet Banda Larga, com Link de internet TPA/Fapesc, configuração das RBS para trabalhar na nova VLAN, UNIPLAC e MidiLages, com a velocidade de 80Mbps para download e 70Mbps, para upload.

O Núcleo de Informática da Uniplac – NIU tem por missão administrar as demandas na área de tecnologia da Fundação Uniplac e de suas mantidas no que se refere ao controle e

desenvolvimento de software, hardware e infraestrutura, sendo o setor responsável pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

A política de atualização tecnológica de equipamentos de tecnologia tem como objetivo garantir à Universidade no âmbito de Ensino, Pesquisa e Extensão infraestrutura de tecnologia adequada para o seu melhor funcionamento.

A atualização de software é realizada conforme dita o licenciamento, porém nossa IES preza pelo uso de software, que são atualizados semestralmente quando realizados a formatação de todas as máquinas disponibilizadas nos laboratórios.

As atualizações dos equipamentos são periódicas. Todo ano os equipamentos de um laboratório de informática são substituídos. O critério de atualização é definido pelo tempo de uso dos equipamentos regidos pela Política de atualização e de manutenção de equipamentos.

Estão à disposição dos alunos 11 laboratórios de informática com acesso a internet, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa excelentes condições de utilização pelos alunos. Em todo o campus o aluno pode acessar à internet via rede sem fio (Wi-Fi).

Aquisição de Hardware e Software - este planejamento de expansão e atualização segue o disposto no PDI Institucional, projetos de cursos de graduação, pós-graduação, projetos de pesquisa e extensão, planos de gestão setoriais e planejamentos institucionais anuais. Após aprovação dos respectivos projetos, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao NIU que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Setor de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva - o NIU possui uma equipe de técnicos responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva.

O setor ainda planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de TI da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários no canal de suporte do NIU.

Dentro desse processo, existe a verificação diária dos laboratórios de informática, por um técnico, que ao identificar qualquer problema, quer seja de hardware ou de acesso a qualquer aplicativo, imediatamente, abre chamado ao NIU, que procede com o ajuste.

Através do relato fica evidente o compromisso da IES em prover e manter o acesso aos alunos quanto aos recursos de TI, tendo todo o aporte do NIU, responsável por manter e gerenciar todo o patrimônio e atualizações periódicas dos recursos de informática (escalabilidade, segurança, hardware, software), adotando práticas de gestão da TI para preservar a qualidade dos recursos de forma a atender as demandas da comunidade acadêmica.

O Curso de Ciências Contábeis possui laboratório de Informática para todos os seus docentes e discentes, o qual contempla softwares atualizados da área contábil, para lançamentos e gerações de relatórios e também para consulta de legislação, na área tributária, trabalhista, fiscal, departamento pessoal e contábil.

5.6 BIBLIOGRAFIA BÁSICA POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.7 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR POR UNIDADE CURRICULAR (UC)

O acervo físico da biblioteca está tombado e informatizado, sendo utilizado o sistema Pergamum, que é utilizado amplamente pela maioria das universidades brasileiras e por mais de 8.000 bibliotecas em todo o país. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca (por exemplo, reserva, empréstimo, consulta, relatórios, dados de aquisição, levantamento bibliográfico, dentre outras), funcionando de forma integrada, com o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária com os seus usuários.

O acervo virtual possui contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES, com assinatura para acesso a base de dados de E-books Minha Biblioteca. Ela é um consórcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil - Grupo A, Grupo Gen-Atlas, Manole e Saraiva - que oferece às instituições de ensino superior uma plataforma prática e inovadora para acesso a um conteúdo técnico e científico de qualidade pela internet.

Através da plataforma Minha Biblioteca, estudantes têm acesso rápido e fácil a mais de 6.500 títulos acadêmicos entre as principais publicações de diversas áreas de especialização: direito, ciências sociais aplicadas, saúde, entre outras.

Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem.

Conforme relatório referendado as bibliografias básicas do curso por UC, o NDE do curso se responsabiliza pela adequação e atualização do acervo da bibliografia básica em relação às UC e aos conteúdos descritos no PPC do curso, levando em consideração o número de vagas autorizadas e a quantidade de exemplares por título e/ou assinatura de acesso disponível no acervo.

Além dos serviços de aquisição, catalogação, pesquisa, organização do acervo, estatísticas dos materiais pesquisados, restauração e encadernação de materiais danificados, empréstimo local e domiciliar, entre outros serviços, a Biblioteca também disponibiliza acesso a informação eletrônica através de cursos, oficinas e aulas expositivas, demonstrando como utilizar os diversos recursos de bases de dados disponíveis na Biblioteca ou na internet. Também está a disposição, através de bibliotecários, para orientar nas pesquisas, auxiliando na busca de informações independente do formato. Recursos eletrônicos disponíveis:

- O Catálogo Coletivo da Rede de Bibliotecas ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais), tem como objetivo integrar o acervo das bibliotecas participantes do Sistema ACAFE oferecendo serviço de consulta simultânea aos acervos de todas as bibliotecas participantes do projeto e empréstimo entre as bibliotecas.

- COMUT (Programa de Comutação Bibliográfica) – É um serviço do IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia - que atende a mais de 2.600 bibliotecas brasileiras. Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. Entre os documentos acessíveis, encontram-se periódicos, teses, anais de congressos, relatórios técnicos e partes de documentos. O COMUT sempre é utilizado quando o pesquisador não encontra o texto completo do documento que está pesquisando.

Além disso, o acervo possui exemplares e assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo é gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas,

sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço, sendo utilizados os seguintes:

- Portal de Periódicos da Capes - O Portal de Periódicos, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Ele conta com um acervo de mais de 36 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

- Nove bases de dados contemplando todas as áreas do conhecimento. As primeiras bases que a instituição teve acesso via Portal da Capes, em 2007, foram a Scopus (Base referencial que abrange todas as áreas do conhecimento) e a ScienceDirect (Base com texto completo também contemplando todas as áreas do conhecimento). Em 2012, foram liberadas pelas Capes para Uniplac, mais sete bases de dados. São elas: BioOne (área de Ciências Biológicas); Derwent Innovations Index (nas áreas de Química, Elétrica e Eletrônica, Engenharias); Ecological Society of America – ESA – (Ciência da Ecologia, Meio Ambiente, Mudança Climática); JCR – Journal Citation Reports (Dados sobre mais de 8.000 revistas em Ciência e Tecnologia e mais de 2.600 em Ciências Sociais); Mary Ann Liebert (Ciências Biológicas, Biomedicina, Biotecnologia, Medicina clínica); SAGE Publications (Comunicação, Ciências Políticas, Psicologia e Sociologia, Urbanismo); Web of Science (Ciência, Ciências Sociais, Artes e Humanidades).

5.8 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO BÁSICA

A UNIPLAC conta atualmente com significativa infraestrutura em relação aos equipamentos de informática. Os Laboratórios de informática estão localizados no bloco 01 no primeiro e segundo pisos, permitindo excelente acesso aos seus usuários. Estão à disposição dos alunos seis laboratórios de informática com acesso a *internet*, contendo de 15 a 20 terminais cada um deles e ainda a sala de multimídia localizada na biblioteca, contendo 15 microcomputadores conectados a internet, o que representa boas condições de utilização pelos alunos.

A Universidade também possui acesso à rede sem fio (*wireless*). O sinal está disponível no Bloco I, Bloco 2, Biblioteca, Auditório CCJ, Centro de Convivência e

Escritório Modelo, permitindo dessa forma aos alunos condições suficientes de acesso às tecnologias.

5.9 LABORATÓRIOS DIDÁTICOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

O Curso de Ciências Contábeis possui laboratórios para formação específica de seus discentes, contemplando softwares atualizados de gestão contábil para lançamentos e gerações de relatórios e também para consulta de legislação, na área tributária, trabalhista, fiscal, departamento pessoal e contábil.

Demonstrados no quadro abaixo estão os laboratórios especializados que estão a disposição do curso.

Especificação
Laboratório de Informática I/Aquífero Guarani
Laboratório de Informática II
Laboratório de Contabilidade/Supervisão de Estágio
Laboratório de Gestão

FONTE: Setor de Patrimônio e Manutenção, 2016.

5.10 PROCESSO DE CONTROLE DE PRODUÇÃO OU DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)

De acordo com Filatro (2008), o design instrucional é um conjunto de atividades para identificar uma necessidade de aprendizagem e desenhar, implementar e avaliar a solução para esta necessidade. Pode ser definido como um processo sistemático para elaboração de um planejamento educacional e deve responder as três perguntas: (a) Onde vamos? (Objetivos de aprendizagem); (b) como podemos atingir os resultados desejados? (Pedagogia, estratégias educacionais e ferramentas instrucionais); (c) como sabemos se atingimos os objetivos com o modelo proposto? (Assessment e avaliação).

O modelo de design instrucional proposto para a utilização pela EaD da Uniplac, é o *Integrative Learning Design Framework – ILDF for on-line Learning Environments*, proposto por Dabbagh e Bannan-Ritland. Segundo Araújo, Oliveira e Santos (2009):

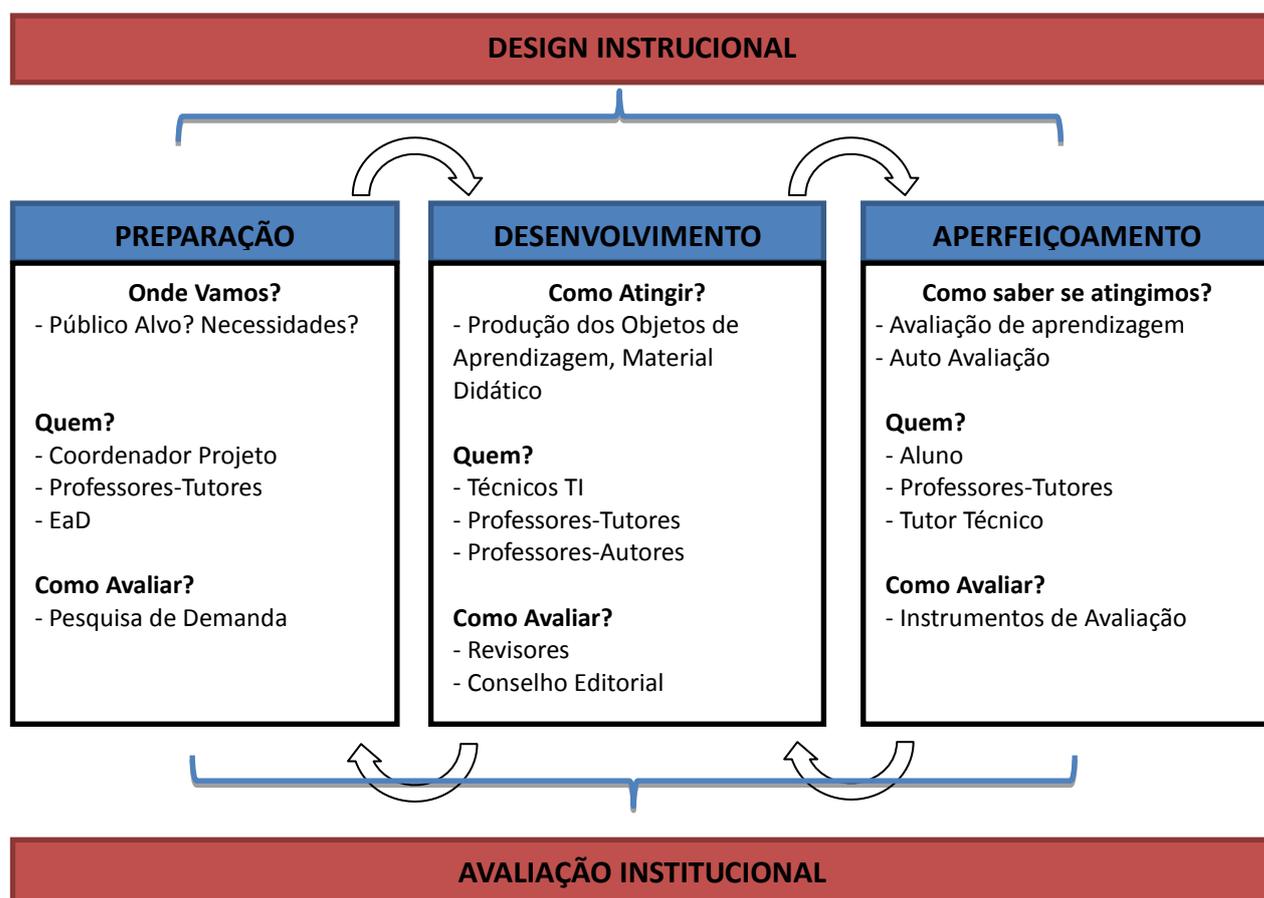
este modelo combina o melhor dos demais modelos de design instrucionais sistematizados com as considerações preciosas dos

conhecimentos de professores, instrutores e treinadores, suas experiências e relatos de aprendizagem para contextos, conteúdo, alunos, estratégias e tecnologias específicas.

O propósito do modelo ILDF on-line é prover um framework sistemático que incorpora em três fases (exploração, *enactment* e avaliação) três elementos essenciais para a elaboração de um curso: os modelos pedagógicos com suas características pedagógicas, as estratégias educacionais e as tecnologias instrucionais que são adaptáveis aos múltiplos cenários educacionais utilizando, para tanto, métodos formais ou informais.

Com relação às fases do modelo ILDF, resumidamente pode-se dizer que: na fase de preparação ocorre a investigação e documentação de todas as informações relevantes relacionadas ao cenário instrucional, incluindo as crenças individuais e coletivas do professor ou desenvolvedor e de outros envolvidos na situação de instrução. Na fase de desenvolvimento (*enactment*) são mapeadas as informações recolhidas na fase de preparação sobre o processo de aprendizagem, o conteúdo e os modelos pedagógicos existentes, considerando as características particulares para identificar e programar estratégias instrucionais online. Na fase de aperfeiçoamento são determinados os propósitos, resultados desejados e métodos de avaliação da aprendizagem online, incorporando a avaliação formativa e revendo ciclos que resultam na efetiva implementação e resultados previstos.

Esse modelo de design instrucional é cíclico, pois, após a instrução ter sido testada e avaliada, ela será utilizada para a retroalimentação do modelo, de forma a permitir a sua evolução contínua (FILATRO, 2008). O material didático é produzido conforme o curso, perfil do estudante, podendo abranger os mais variados tipos modelos de aprendizagem, como, por exemplo, caderno de estudos digital, vídeos aula, textos online, etc. A forma de distribuição do material é realizada no formato digital, já que os mesmos são desenvolvidos em um modelo hipermidiático.



5.11 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

O Comitê de Ética em Pesquisa na UNIPLAC foi criado por meio da Resolução n. 010, de 17 de abril de 2002.

A Plataforma BRASIL é o sistema oficial de lançamento de pesquisas para análise e monitoramento do Sistema CEP/CONEP. No ano de 2014 o CEP-UNIPLAC, por determinação do CONEP/CNS, passou a receber e analisar os Projetos de Pesquisa envolvendo seres humanos através da Plataforma Brasil. Desde então, todos os documentos necessários à apreciação ética dos Projetos de Pesquisa são incluídos na base de dados da Plataforma.

A norma assim o estabelece e no caso da UNIPLAC também acontece que os protocolos de pesquisa são entregues à Comissão de Ética na Pesquisa para análise e parecer

justificado e orientado por princípios de impessoalidade, transparência, razoabilidade, proporcionalidade e eficiência, particularmente em aspectos que envolvam:

Pesquisa com seres humanos; Genética humana; Reprodução humana; Equipamentos e dispositivos terapêuticos novos ou não registrados no País; Novos procedimentos terapêuticos invasivos; Estudos com populações indígenas; Projetos de pesquisa que envolvam organismos geneticamente modificados (OGM), células-tronco embrionárias e organismos que representem alto risco coletivo, incluindo organismos relacionados a eles, nos âmbitos de: experimentação, construção, cultivo, manipulação, transporte, transferência, importação, exportação, armazenamento, liberação no meio ambiente e descarte; Protocolos de constituição e funcionamento de biobancos para fins de pesquisa; Pesquisas com coordenação e ou patrocínio originados fora do Brasil, excetuadas aquelas com copatrocínio do Governo Brasileiro; e Projetos que, a critério do CEP e devidamente justificados, sejam julgados merecedores de análise pela CONEP.

Os projetos são encaminhados a um Relator por área de conhecimento, discutido em plenária, sendo após emitido um parecer consubstanciado.

O atual Conselho de Ética na Pesquisa – CEP da UNIPLAC foi reconstituído mediante Portaria n° 091, de 19 de agosto de 2015 e alterado pela Portaria n° 118, de 03 de dezembro de 2015.

No que tange à sua constituição o perfil é multidisciplinar. O serviço prestado ao CEP é voluntário e não remunerado.

O Comitê reúne-se uma vez por mês, todas as terceiras quartas-feiras, às 17h 30min, tendo como pauta a discussão dos projetos em avaliação.

Conforme determina a norma específica, o CEP-Uniplac dispõe de ambiente exclusivo de trabalho, privativo para os componentes, dotado dos equipamentos necessários e de funcionária de apoio em regime de 10 horas semanais.

Operacionalmente falando, o CEP-UNIPLAC revisa todos os protocolos (projetos) de pesquisa envolvendo seres humanos, cabendo-lhe a responsabilidade primária pelas decisões sobre a ética da pesquisa a ser desenvolvida na instituição, de modo a garantir e resguardar a integridade e os direitos dos voluntários participantes nas referidas pesquisas. Tem também papel consultivo e educativo, fomentando a reflexão em torno da ética na ciência, bem como a atribuição de receber denúncias e requerer a sua apuração.

6 REQUISITOS LEGAIS

O projeto pedagógico do Curso de Ciências Contábeis prevê e preconiza o estrito cumprimento dos marcos regulatórios abaixo relacionados:

Dispositivo legal ou normativo	Explicitação de como o PPC prevê a situação normatizada
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Ciências Contábeis	<ul style="list-style-type: none"> – Pareceres CNE/CES 776, de 3/12/97, CNE/CES 583, de 4/4/2001, CNE/CES 67, de 11/3/2003 – Parecer CNE/CES 289, de 6/11/2003 – Parecer CNE/CES 269, de 16/09/2004 – Resolução CNE/CES 10, de 16/12/2004
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Lei 9.394/1996 e Lei 10.639/2003. – Resolução CONSUNI n. 114/13. – O curso incluiu a temática na disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre com 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. – Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002. – Resolução CNE/CP n. 1 de 17 de junho de 2004. – Resolução UNIPLAC n. 115/13. – O curso incluiu a temática na disciplina de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do 5º semestre com 4 créditos, 80 horas.
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação em Direitos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> – Parecer CNE/CP n. 8 de 06 de março de 2012. – Resolução n. 127, de junho de 2014, que determina a inclusão da Educação para Direitos Humanos na graduação. – O curso incluiu a temática na disciplina de Cultura, Diferença e Cidadania do 2º semestre com 4 créditos, 80 horas.
Titulação do corpo docente	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.394/96, art. 66. O curso de Ciências Contábeis apresenta um corpo docente em sua ampla maioria Pós-Graduado em nível de <i>lato e stricto sensu</i>.
Núcleo Docente Estruturante – NDE	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CONAES n. 1, de 17/06/2010. – Resolução n. 088/2010 – UNIPLAC – Constituído pela Portaria n.096 de 15/05/2011 – Atualizado pela Portaria n.033 de 13/04/2018
Carga horária mínima em horas	<ul style="list-style-type: none"> – Resolução CNE/CP n. 2/2007. O PPC prevê uma carga horária total de 3.000 horas em conformidade com o previsto da norma específica.
Tempo de integralização	<ul style="list-style-type: none"> – Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995. – Resolução CNE/CP n. 2, de 18/06/2007. – Resolução CONSUNI n. 172 de 25/05/2015. CONSUNI.
Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.296/2004. – Portaria n. 099, de 22/10/2012 – Criação da Comissão Institucional de Acessibilidade (CIA).
LIBRAS	<ul style="list-style-type: none"> – Decreto n. 5.626/2005 - Inserção da disciplina de Libras no PPC. – Resolução n. 086, de 21/01/09 UNIPLAC. – Disciplina de Libras como disciplina optativa, com 80 horas cada/ou caso seja optativa, descrever.
Informações acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> – Normativa n. 40, de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC n. 23, de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010. – Todos os registros acadêmicos de todos os cursos da UNIPLAC

	são disponibilizados em cópias físicas ou <i>on line</i> .
Regulamenta internamente os critérios para o credenciamento de docentes nos cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Regime de Migração das Instituições de Educação Superior Privadas para o Sistema Federal de Ensino.	– Edital n.4, de 1º/07/2014 e Portaria Normativa n. 40, de 12/12/2007, do MEC. – Resolução CONSUNI n. 134, de 25/07/2014.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 232, de 08/08/2016.
Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 231, de 08/08/2016. – Resolução n. 432 de 27 de setembro de 2013. (D.O.U nº 217 Seção I de 07/11/2013).
Atividades Complementares do Curso de Ciências Contábeis	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002 – Parecer CONSUNI n. 024 de 10/03/2011 –
Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Ciências Contábeis	– Resolução CNE/CES n. 04, de 19/02/2002. – Parecer CONSUNI n.1162, de 30/11/10
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno (PAAP).	– Resolução n. 213, de 07/04/2016. – Resolução n. 219, de 08 de junho de 2016.
Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Aluno – PAAP, vinculado ao Setor de Apoio Pedagógico (SEAPE) da Pró-Reitoria de Ensino (PROENS).	– Portaria UNIPLAC n. 023, de 20/03/2017.
Política de Inclusão e Acessibilidade vigente. Dirigida às pessoas com deficiências ou mobilidade	– Resolução CONSUNI n. 235, de 11/08/2016.
Avaliação do Ensino e da Aprendizagem.	– Resolução CONSUNI n. 131/14, revogada pela Resolução CONSUNI n. 207, de 20/01/2016.
Credenciamento de docentes nos cursos de graduação da UNIPLAC.	– Resolução CONSUNI n. 124, de 04/06/2014.
Comitê de Ética em Pesquisa.	– Portaria de Criação do CEP, n. 010, de 17/04/2002. – Portaria n.118, de 03/12/2015.
Disciplinas na Modalidade a Distância	– Portaria MEC n. 1.134, de 10/10/2016. – Resolução CONSUNI n. 292, de 21/11/2017. – Resolução CONSUNI n. 342, de 20/03/2018. – Resolução CONSUNI n. 355, de 19/06/18.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.131**, de 24/11/1995. Altera dispositivos da Lei n. 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.394**, de 20/12/1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 9.795**, de 27/04/1999. Dispõe sobre a educação ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.048**, de 08/11/2000. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e dá outras providências. Decreto n. 5.296/04.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.098**, de 19/12/2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 4.281**, de 25/06/2002. Regulamenta a Lei n. 9.795, de 27/04/1999, que cria a Política Nacional de Educação Ambiental.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 10.639**, de 09/01/2003. Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 3.284**, de 07/11/2003. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições.

BRASIL. Congresso Nacional, **Lei n. 10.861**, de 14/04/2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação, Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n. 1**, de 17/06/2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000.

BRASIL. Governo Federal. **Decreto n. 5.625**, de 22/12/2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24/04/2002 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19/12/2000.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 11.788**, de 25/06/2008. Dispõe sobre estágio de estudantes.

BRASIL. Governo Federal. **Lei n. 12.764**, de 27/11/2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do Art. 98 da Lei n. 8.112, de 11/12/1990.

CONEP. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira **Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)**.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 134**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 031**, de 15/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 312**, de 23/06/1999. Credenciamento da Universidade do Planalto Catarinense.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 334**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 058**, de 09/11/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 2.717**, de 10/12/2004. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 3.309/05**. Homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE).

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 380**, de 27/10/2009.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Parecer n. 243**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 070**, de 23/11/2010. Renovação do Credenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Governo do Estado. **Decreto n. 038**, de 10/02/2011. Recredenciamento da Universidade.

SANTA CATARINA. Conselho Estadual de Educação. **Resolução n. 174**, de 22/10/2013. Estabelece providências e normas Complementares à Resolução CEE/SC n. 100/2011 para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina.

UNESCO. **Relatório da UNESCO**. “Educação: Um tesouro a descobrir”.

UNIPLAC. CONSUNI. **Resolução n. 051**, de 18/12/2006. Normatiza a Avaliação Institucional.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 086**, de 21/12/2009. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

UNIPLAC. Conselho Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão. **Parecer n. 503**, de 09/10/2007. Criação do Núcleo de Pesquisa Negro e Educação (NEAB).

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. 088**, de 24/09/2010. Institucionaliza os Núcleos Docentes Estruturantes.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 1.156**, de 30/11/2010.

UNIPLAC. CONSUNI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010/2018**.

UNIPLAC. Diálogos Integradores. **Avaliação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC**. 08/10/2011.

UNIPLAC. CONSUNI. **Parecer n. 080**, de 15/12/2011. Revisão e adequação das linhas de Pesquisa da UNIPLAC.

UNIPLAC. **Regimento Geral da Universidade**. 12 de agosto de 2012.

UNIPLAC. **PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**, Edital n. 11/2012.

UNIPLAC. CONSUNI. **Portaria n. 099**, de 22/10/2012. Comissão Institucional de Acessibilidade.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 114**, de 01/11/2013. Diretrizes para Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 115**, de 01/11/2013. Diretrizes para a Educação Ambiental.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 127**, de 12/06/2014. Diretrizes para Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Parecer n. 050**, de 26/08/2014. Institui requisitos legais sobre: Educação Ambiental, Educação para Relações Étnico-raciais e Educação em Direitos Humanos.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n.207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 172**, de 25/05/2015. Estabelece o tempo máximo de integralização dos cursos de graduação da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 231**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Não-Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Conselho Universitário. **Resolução n. 232**, de 08/08/2016. Aprova o novo Regulamento Institucional dos Estágios Curriculares Obrigatórios da UNIPLAC.

UNIPLAC. Reitoria. **Resolução n. CONSUNI n. 207**, de 20/01/2016. Define nova metodologia para a Avaliação da Aprendizagem no âmbito da UNIPLAC e regulamenta o artigo 123, parágrafo único do Regimento Geral.